



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 83

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 12 de Junho de 1996

Presidente. Deputado Humberto Melo

Secretários: Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 15.25 horas)

No Período de Antes da Ordem do Dia, procedeu-se à leitura do expediente entrado na Mesa, passando-se de imediato ao período destinado às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região, no qual intervieram os seguintes Srs. Deputados:

Manuel Brasil (*PSD*), Dionísio de Sousa (*PS*), José Maria Bairos (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Francisco Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Jorge Cabral (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Rui Melo (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*), Álvaro Manito (*PSD*), Homem de Gouveia (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*).

Posteriormente, passou-se ao Período da Ordem do Dia no qual foram analisadas as seguintes iniciativas legislativas:

— Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que "recomenda ao Governo Regional que proceda de imediato às transferências orçamentais necessárias a dotar os serviços de saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização das contas com os diversos fornecedores".

Para apresentar este diploma, usou da palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*), intervindo de seguida os Srs. Deputados Fernando Fonte (*PS*), Rui Melo (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*), o qual foi rejeitado por maioria.

— Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Sistema de apoio excepcional a conceder aos clubes desportivos".

A apresentação deste documento coube ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*), tendo ainda proferido intervenções os Srs. Deputados Duarte Pires (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Victor Cruz (*PSD*), Rui Melo (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Victor Evaristo (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), Fernando Fonte (*PS*), Carlos Morais (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Gastão Barbosa Pacheco (*PSD*).

O diploma supramencionado, foi aprovado tanto na especialidade como na generalidade por maioria.

— Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Alterações ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1996".

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*) e Rui Pedro Ávila (*PS*).

A apresentação do diploma coube à Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*), tendo sido o mesmo aprovado, tanto na generalidade como na especialidade, por maioria.

— "Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores para o Conselho Económico e Social".

Foram eleitos os seguintes cidadãos:

Efectivos:

Humberto Melo: 27 votos favoráveis, 10 contra, 3 abstenções.

Monteiro da Silva: 26 votos favoráveis, 9 contra, 4 abstenções e 1 voto em branco.

Suplentes:

Carlos Raulino: 23 votos favoráveis, 14 contra, 3 abstenções.

Eduardo Caetano de Sousa: 22 votos favoráveis, 11 contra, 6 abstenções e 1 voto em branco.

— Proposta de Resolução que declara findo o Período Legislativo de Junho.

A proposta acima mencionada foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 4.00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Agradecia que tomassem os vossos lugares para iniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15.25 horas)

Vamos proceder à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD; PS, PP; PCP; Dep. Ind.)

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o nosso Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura do expediente entrado na Mesa.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Presidência do Governo foi enviada a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/96 "Alterações ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1996".

Presidente: Terminada a leitura do expediente vamos passar ao ponto seguinte referente às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O progresso, de uma ilha como S. Jorge, está não só no dinamismo das suas gentes na capacidade que estas tenham em investir, criar, inovar ou gerir, mas sobretudo, está também nas políticas que criem as condições necessárias e favoráveis ao seu desenvolvimento. Hoje, no momento, em que cada vez mais se fala, na Aldeia Global, e no desenvolvimento sustentado, numa Região, como a nossa, é de cada vez melhor gerirmos e aproveitarmos as potencialidades de cada ilha, a boa vontade das suas gentes, enfim tudo o que temos, quer seja diferente ou complementar, natural ou construído.

S. Jorge, não é uma ilha, que tenha riquezas no subsolo, grandes áreas de superfície agrícola útil ou que nela estejam implantadas, grandes indústrias de produção e transformação, que lhe criem mais valia significativa.

S. Jorge, é tão somente, uma ilha, de geografia especial e orografia difícil que motivado por estes factores, apresenta características específicas, nas suas paisagens, nos seus usos e costumes, e até tipicidade sui generis em alguns dos seus produtos.

S. Jorge, é sem dúvida uma ilha, que tem grandes potencialidades turísticas, que aliadas às características dos seus produtos tradicionais, poderá no futuro criar riqueza, e com esta o bem estar das suas gentes.

Mas ter só potencialidades turísticas, numa ilha como S. Jorge, não chega. É sem dúvida necessário, que existam as infraestruturas mínimas que passam não só pela capacidade hoteleira e até neste pormenor S. Jorge, está bastante abaixo, daquilo que devem ser as suas necessidades, isto é, falta a S. Jorge, não só a capacidade hoteleira, como algumas infraestruturas de base de apoio, aquele sector. Neste particular referirmos à construção de uma Marina e de um Campo de Golfe, elementos hoje, considerados fundamentais, num turismo ilhéu, que se pretende criar em pleno Oceano Atlântico Norte.

Hoje, toda a gente sabe que uma Marina, numa ilha como S. Jorge, trás sem dúvida, em termos turísticos, mais valia à terra, isto não só porque o iatismo mundial, está a aumentar como também porque estes cavaleiros dos oceanos têm a paixão pela descoberta das ilhas, desde que estas tenham as condições mínimas, para eles as poderem visitar. O criar-se uma Marina em S. Jorge, por certo não irá tirar

movimento às que já existem nos Açores, mas irá certamente aumentar, complementar e diversificar esse movimento.

Por outro lado, o Golfe, além de ser um desporto de alto valor turístico, não deixa de ser também um hobby cujos seus amantes, o praticam durante todo o ano, o que para zonas de turismo sazonal, não deixa de ser interessante. E uma vez que este interesse pelo Golfe, se está a generalizar na Região, visto que neste momento caminhamos para cinco destas estruturas, seria sem dúvida, uma falta de bom senso e marginalização, não se pensar a sério, na construção de um espaço para tal prática desportiva em S. Jorge.

Estamos sinceramente convencidos, que com a implementação destas estruturas, com o arranjo do Porto da Calheta, e com o estabelecimento de transportes convenientes de e para a ilha, S. Jorge se transformará numa terra onde vale a pena viver, que o turista gostará de visitar o empresário terá confiança em investir e onde os filhos dos jorgenses, com alegria, construirão casa e família.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Cont. fot 1

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem foi aprovado neste plenário a criação de um grupo de trabalho para tentar proporcionar as melhores condições para a participação desta Assembleia no processo de revisão Constitucional, em curso, na Assembleia da República.

Hoje ou ontem, não me lembro com precisão, o Presidente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, anunciava que ia retirar do âmbito das questões da Revisão Constitucional as matérias relacionadas com a regionalização que a tem bloqueado na Assembleia da República.

A aproximação desses dois factos é apenas para tentar justificar, antecipadamente, o propósito que aqui me traz de lançar um olhar sobre a complexidade e a importância da tarefa que aquele grupo de trabalho terá que se debruçar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É comumente sentida e reconhecida a necessidade de alterações radicais no actual modelo de autonomia das regiões insulares portuguesas.

Esta consciência será porventura o único aspecto em que estarão de acordo os protagonistas político-partidários regionais e nacionais em relação ao regime autonómico.

Se a Constituição da República Portuguesa deixou consagrada em 1976 as históricas aspirações autonomistas das populações insulares, a sua próxima revisão para tentar corresponder à verdade histórica deverá reflectir a actual aspiração insular a uma profunda mudança no estatuto político-jurídico das autonomias.

Não é difícil encontrar nos projectos de Revisão Constitucional, presentes na Assembleia da República desde Fevereiro passado, as linhas gerais de orientação dos diversos partidos naquilo que os une e naquilo que os separa, na tentativa de concretização daquela ansiada mudança.

Podemos assim distinguir, por um lado a tendência protagonizada pelos actuais detentores do poder nos dois arquipélagos, que procura prolongar o modelo de autonomia vigente desde 76 embora apostando em dois tipos de alterações de sentido oposto, e por outro a busca de um novo modelo protagonizado pelo PS.

Os detentores tradicionais do poder nas regiões autónomas, revelam-se prisioneiros do modelo que implantaram. Os seus representantes nos Açores por exemplo, esforçam-se por manter a consonância com a posição do partido a nível nacional, mesmo que para isso tenham que reincidir em erros crassos de anteriores projectos de revisão, nomeadamente o de 1994, como sejam a subordinação dos decretos legislativos regionais a todas as leis e decretos-leis e a transferência de competências legislativas das Assembleias Legislativas Regionais para os Ministros da República.

Estas duas alterações parecem chocantes, por isso são aqui explicitamente mencionadas. A primeira já foi ressalvada por voz autorizada do PSD como sendo um mero lapso, embora lapsos dessa dimensão em documentos desta importância

convidam a outro tipo de interpretações, nomeadamente quando eles se repetem em duas versões sucessivas, no caso a de 1994 e a actual.

Em relação à segunda, ou seja, a transferência de competências legislativas para o próprio Ministro da República, ninguém invocou o lapso, deixando pressupor que é deliberada, parecendo-nos uma inovação sem qualquer sentido e ao arrepio da confessada aversão do PSD/Açores ao cargo.

Exceptuadas, porém, estas duas anomalias nos aspectos fulcrais das relações entre a autonomia e a soberania, ou sejam, as competências legislativas e as relações financeiras, os Sociais Democratas dos Açores pretendem a continuidade do actual modelo constitucional de autonomia propondo, no que respeita às relações financeiras, a manutenção sem qualquer alteração explícita, seja do ponto de vista formal seja do ponto de vista do conteúdo, da situação actualmente vigente, isto é, "a regulação..." — cito — "... nos respectivos estatutos político-administrativos das relações financeiras entre o Estado e as Regiões Autónomas". Assim diz o n.º 2 do artigo 281, do Projecto V/77, apresentado pelo PSD.

Propõe-se, no que respeita às competências legislativas, "prosseguir a tentativa iniciada na Revisão Constitucional de 89 e que a experiência subsequente revelou de nulo alcance prático com a introdução de mais uma alteração no actual modelo abstracto, genérico e impreciso, de delimitação das competências legislativas das Regiões Autónomas". O limite a eliminar seria o das Leis Gerais da República.

Recorde-se que na Revisão de 89, o limite eliminado foi o desenvolvimento de determinadas leis de base e a abertura à possibilidade de rogar Leis Gerais da República mediante autorização legislativa concedida caso a caso. A proposta actual apenas generaliza aquela disposição.

Ainda no âmbito das relações com a soberania, os Sociais Democratas açorianos, não tendo possivelmente obtido aquiescência da sua estrutura nacional para a eliminação do cargo de Ministro da República para cada uma das regiões, viram-se forçados a recorrer á solução, sem sentido histórico, sem lógica constitucional ou eficácia política, de um único membro do Governo da República que do Terreiro do Paço — cito palavras da introdução do projecto de revisão — "exercerá competências no domínio da assinatura dos diplomas legislativos e regulamentares regionais e de

articulação com o Governo da República em matérias com interesse para as duas regiões".

Esta versão das competências do, propostamente chamado, Ministro para as Regiões Autónomas, é intencionalmente redutora, porque no projecto ainda se mantêm outras importantes funções muito mais políticas e muito menos burocráticas com são as de nomear o Presidente do Governo Regional e exonerar os restantes membros do Governo.

Em todo o caso, mesmo aquela versão minimalista das competências do, propostamente chamado, Ministro para as Regiões Autónomas, deita por terra a versão idílica propagandeadas pelo actual líder Regional do PSD que deixaria de haver intermediários entre os Governo Regionais e da república.

Não deixa de ser útil uma referência neste momento, à outra perspectiva de revisão dos Sociais Democratas da Madeira, cujas alterações de maior impacto político incidem em aspectos de mera preocupação de carácter nominalistas como sejam a classificação das Regiões Autónomas como estados regionais, dos respectivos estatutos como constituições ou do próprio estado português como estado Regional.

Esta é outra fase das tentações sociais democratas nessa área, isto é, a de só conseguirem conceber as Regiões Autónomas como pequenos estados com todos os títulos, menos o poder legislativo, menos a capacidade financeira, no fundo, menos tudo.

Ao contrário do que se constata no domínio das relações com a soberania, é nas relações entre os órgãos de Governo próprio das Regiões, executivos e assembleias legislativas regionais, que o projecto de revisão do PSD, propõe a alteração radical do modelo vigente através do estatuto das autorizações legislativas aos governo regionais e da redução da competência legislativa exclusiva das assembleias regionais à aprovação do orçamento regional das grandes opções do plano e das contas da Região e ainda a adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades regionais.

É de notar que a existência da alguma competência legislativa exclusiva destas assembleias, mantêm-se apenas para um a leitura benévola e mais favorável do texto proposto. Com efeito já houve juristas que numa leitura mais rigorosa e literal do

texto, chegaram à conclusão de que mesmo essa exclusividade reduzida era eliminado.

Seja como for, o que não há qualquer dúvida é que uma das linhas de força desta proposta de revisão do PSD é a de dar competências legislativas ao Governo regional, pois se se opta por um texto ambíguo, no caso das assembleias, no caso do Governo o texto é claríssimo dizendo que, — cito — "é da exclusiva competência legislativa do Governo regional a matéria respeitante à sua própria organização e funcionamento". Tudo isto, é evidente que poderia ser dado sem competências legislativas, mas estas estão aqui claramente explicitadas para o caso do Governo.

Em contra-posição a estas duas variantes sociais democratas, a proposta de Revisão do PS aponta para um novo modelo de delimitação das competências legislativas Regionais através da definição taxativa das matérias da competência exclusiva da Assembleia da República e do Governo e de uma mais adequada clarificação constitucional das receitas fiscais pertencentes às regiões.

Aquela enumeração passa a constituir o conteúdo do velho artigo 230.º que em 19 alíneas, discrimina as matérias da competência exclusiva da Assembleia da República e do Governo e que passam a ser o único limite além da própria Constituição à capacidade das Regiões legislarem em matéria de interesse específico. Ainda no domínio do poder legislativo regional, avança-se para uma nova definição de lei geral da república que permita com muito maior rigor e eficácia delimitar a área remanescentes ou residual de competências legislativas partilhadas ou concorrenciais entre o Estado e a Região.

Em relação a outro aspecto substancial, ou seja, em relação ao financiamento das regiões constitucionais, o projecto de revisão do PS constitucionaliza a disposição estatutária, mas que se mantém sem eficácia actual o que permite às Regiões o direito às receitas fiscais que devam pertencer-lhe, não em função do local da ocorrência **do facto do legislador da obrigação do imposto** mesmo que fora da região, e ainda o direito a transferências do orçamento do estado nos termos da lei.

A estas duas inovações substanciais poderiam-se acrescentar outras de menor relevo em relação ao paradigma ou modelo regional, mas também de alguma importância.

Elas são na totalidade 12, além das duas já referidas, não vou enumerá-las todas mas poderia referir o reforço das garantias da participação regional no processo de construção da União Europeia, o reforço da participação das Assembleias Legislativas Regionais no processo legislativo da Assembleia da República com a atribuição de poderes às Assembleias Legislativas Regionais para solicitarem prioridade e não apenas urgência para assuntos de interesse regionais, extensão às Assembleias Legislativas Regionais de garantias de organização e funcionamento democrático previsto pela Assembleia da República, a clarificação das funções do Ministro da República e a sua cessação por exoneração do Presidente da República ouvir o conselho de estado e com o termo do mandato do Presidente da República, a identificação clara das competências do Ministro da República que nos termos da lei e das orientações do conselho de Ministros deve superintender na actividade dos serviços e das funções administrativas no estado da Região, a previsão da possibilidade de solução das Assembleias legislativas regionais suprimindo a lacuna constitucional actualmente existente, a consagração da possibilidade de referendo nas Regiões Autónomas, a possibilidade de controlo constitucional de diplomas regionais a requerimento de um décimo de deputados, o reconhecimento da legitimidade para desencadear a fiscalização da inconstitucionalidade por omissão a um décimo dos deputados das Assembleias Regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas observações finais:

A primeira para salientar que o facto de neste breve apanhado de projectos de revisão constitucional, a ausência de referência aos projectos de revisão constitucional do PP ou do PCP, não se significa qualquer menosprezo por eles, mas resulta apenas da perspectiva das alterações substanciais em que me coloquei nesta intervenção e que como já foi reconhecido por alguns responsáveis regionais daqueles partidos, não constituem efectivamente a tónica dos seus projectos.

A segunda observação é para salientar que a tarefa que se depara ao grupo de trabalho ontem constituído é efectivamente complexa e delicada porque terá que encontrar zonas de consenso para aquilo que alguém já classificou de subversão do modelo constitucional em vigor para as regiões autónomas, mas como pudemos ver estas

subversões incidem em aspectos e em âmbitos diferentes pelo que os consensos não deixando de serem possíveis afiguram-se relativamente complexos e exigir possivelmente aturado e esforçado trabalho técnico e político.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos no fim da V Legislatura....

Fot 2

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros dos Governo:

Hoje, gostaria de trazer aqui algumas considerações, no âmbito das funções próprias de deputado, sobre o acompanhamento e fiscalização da acção do Governo.

Há 3 meses nesta Câmara tivemos a oportunidade de chamar a atenção do Governo por um lado e por outro de denunciar o que estava ocorrendo em volta da famigerada via rápida Angra/Praia, nomeadamente no troço entre a Canada do Joaquim Alves e o Porto da Praia, ou seja, a fase final.

Na altura, além da denúncia relativamente ao erro que deu origem à anulação do concurso, insistimos junto do Governo Regional para que não se perdesse tempo em relação ao acabamento daquele troço essencial da ligação Angra/Praia.

Foi-nos prometido aqui pelo Governo Regional através do Secretário Regional responsável, de que embora houvessem inconvenientes no atraso da repetição do concurso, o Governo por meios próprios, nomeadamente por administração directa através dos respectivos serviços na Ilha Terceira, iria iniciar trabalhos no âmbito do

troço em falta, precisamente trabalhos que envolvessem equipamentos e que satisfizessem parte das terraplanagens necessárias.

Passados 3 meses, verificamos que o acto público do concurso deveria ter tido lugar — e espero que tenha tido — no dia 29 de Maio, ou seja, há 15 dias, e na verdade, até ao momento, nada foi feito por parte da administração, pelo menos que se veja, relativamente aquela obra.

A promessa aqui feita pelo Governo Regional (mais uma!) não foi cumprida e pelo que se sabe, os serviços competentes da Secretaria Regional na Ilha Terceira não puseram mãos na obra no avanço do último troço da via rápida Angra/Praia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Outro projecto no âmbito rodoviário da Ilha, que tem suscitado as maiores denúncias nesta Assembleia e é comprovativo do desinteresse e do mau andamento das obras deste sector na Ilha Terceira, diz respeito à estrada do litoral, ou seja, a ligação Lajes/Santa Bárbara. Também aqui o Partido Popular, no início deste ano, propôs ao Governo Regional que fossem desencadeadas duas frentes nessa obra, isto é, além da frente prevista a partir das Lajes desencadeassem uma segunda frente a partir de Santa Bárbara.

Perante todos nós, o Governo Regional deu conta que não seria possível, porque não estaria previsto no âmbito do contrato estabelecido com o empreiteiro. Numa perspectiva de compreensão relativamente a essas limitações, insistimos junto do Secretário Regional da tutela para que fosse dado instruções para um ritmo adequado no andamento desta obra.

O que nós constatamos é que a obra avança a "passo de caracol" e não nos venham alegar dificuldades técnicas relativamente àquele tipo de obra. Se alguém tem dúvida disso, basta ver o bom ritmo por exemplo, que ocorreu na asfaltagem do troço entre o Alto das Covas e Portões de São Pedro, da responsabilidade da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em que em poucos dias não só preparou o respectivo piso como praticamente num dia foi feita a aplicação do tapete em toda aquela extensão.

Por conseguinte, não podemos admitir que uma obra que está atrasada anos e anos relativamente à sua programação, uma obra em que o Governo perante todos nós nesta Assembleia comprometeu dar o seu empenho político na obtenção de um bom

ritmo, esteja a decorrer como está decorrendo a obra entre as Lajes e Santa Bárbara. Ao ritmo actual, muito dificilmente o próprio prazo do contrato será atingido, quando era propósito do Governo que os trabalhos fossem concluídos antes do prazo para o qual foi estabelecido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora de forma empírica quero dar conta da situação respeitante ao piso dessas estradas.

Passei há poucos dias no piso que está a ser posto no início do troço das Lajes. A sensação que tenho como automobilista é que ele é de qualidade inferior àqueles que já foram feitos na Ilha e no resto da Região. Fica aqui a suspeita fundamentada, embora não técnica, de que o piso não está sendo feito em condições.

É um **apelo** que deixo aos órgãos próprios de controlo e fiscalização do Governo Regional para que se empenhem no sentido da verificação da qualidade técnica dos pisos que são feitos, porque todos nós temos experiências de obras que não podem ser respeitadas, que deveriam ser obras de décadas, que exigem um esforço significativo do orçamento regional e que passados poucos anos e até mesmo meses da sua conclusão, começam a apresentar fissuras e deficiências que são claramente deficiências de construção.

O Partido Popular apresenta este assunto e pretende que ele seja bem entendido como um alerta. Não nos cabe a nós deputados, cabe ao Governo, dar a garantia a esta Câmara de que os serviços de fiscalização estão a actuando eficazmente junto dessas obras.

De resto, verifica-se no resto da via rápida — a tal via que ainda não foi inaugurada, ou melhor, já foi inaugurada tantas vezes quantas as eleições pelas quais ela mesma já passou, note-se que essa via já passou por 5 Governos Regionais, portanto deve ser a obra que mais experiência tem da incapacidade do Governo Regional e se falasse provavelmente saberia dizer o que é que esta sucessão de Governo é capaz de prometer e não cumprir, mas como não fala, quem lá passa já comenta — os estragos que ela já apresenta.

Pergunto ao Governo, uma vez que a obra ainda não está concluída, o que é que pensa fazer para atenuar a degradação dos troços concluídos daquela via que já

apresentam deficiências e nalguns casos deficiências graves acontecendo o mesmo na estrada do litoral que liga Angra à Praia pelas freguesias?

Com isto quero dizer que é lamentável que estejamos aqui a denunciar e a exigir que o Governo cumpra com aquilo que nos prometeu relativamente àquilo que não fez, que já deveria ter feito e que está a avançar a ritmo insatisfatório. Mas o que é mais grave ainda é que nós tínhamos a obrigação de estarmos satisfeitos, porque com a conclusão do troço Lajes/Santa Bárbara, a Ilha Terceira ficaria com uma rede — não só no litoral como de ligação entre os dois principais centros — teoricamente excelente para o nosso nível, porque é recente e daria por concluído o esforço rodoviário do Governo no principal nó rodoviário da Ilha Terceira, mas o que foi feito há poucos anos já apresenta mostras de grande e rápida degradação.

Deixo aqui um apelo ao Governo para que mencione quais as medidas que vai utilizar para conservar e manter aquilo que já está feito, e que teoricamente deveria estar bem feito, relativamente aos troços Angra/Praia já concluídos pelo interior da ilha e relativamente aos troços do litoral que já apresentam graves fissuras.

É este o nosso alerta no âmbito da fiscalização do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chamando á colacção o assunto focado há pouco na tribuna pelo nosso colega, Deputado Alvarino Pinheiro...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Colega?!

O Orador: Colega desta Assembleia, desta Casa. Acho que fica bem o tratamento amistoso e acima de tudo criando um ambiente que às vezes parece não existir por parte da vossa bancada, mas que da nossa parte está sempre de coração aberto e lavado.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Isso não é verdade!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

,

Em relação ao Pico e citando o Diário das Sessões desta Assembleia do dia 8 de Fevereiro em que o Sr. Secretário Regional — é pena que não esteja presente, mas por causa disso não vamos deixar de falar no assunto, embora hajam outros secretários presente eles não falam, no entanto vamos tratar as coisas com a dignidade que merecem e nos períodos legislativos em que esta Assembleia está reunida para depois não sermos acusados de que estas coisas não são tratadas com deveriam ser...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não vale a pena!

O Orador: Ficamos aqui pelas reticências Sr. Deputado, para que nos entendamos.

Mas voltando ao assunto, o Sr. Secretario nesse diário dizia que "As estradas do Pico serão consignadas no dia 12 deste mês" (Fevereiro).

No parágrafo seguinte dizia que " a consignação desses trabalhos corresponde exactamente ao arranque dos mesmos".

Não foi verdade, isto não aconteceu assim. As obras estão andando a "passo de galinha" num troço entre a Ribeirinha e Piedade e o que quero pedir à Sra. Secretária que ontem nos deu alguns esclarecimentos sobre o que o Governo em gestão e que está tomando conta dos destinos desta região (mal, mas ainda está tomando conta), o que é que pensa sobre os outros troços?

Quais as notas que vão deixar nos gabinetes do Governo para o próximo plano a médio prazo?

A administração pública vai continuar e da nossa parte não temos dúvidas sobre esse aspecto. Todos continuam da mesma maneira, os secretários é que vão mudar e já se diz o mesmo por esses lados, portanto isto não está em causa.

Há alguma medida prevista no vosso P.M.P. — antes de visitarem o Pico, porque quando lá chegarem em visita oficial vai ser tudo maravilhas —para novos troços daquela triste via a qual eu já apelidei aqui de "picada de outras paragens" e todos nós entendemos o que é que isto quer dizer, nos próximos 4 anos?

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente às intervenções formuladas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, gostaria de dizer que ao perguntar ao Governo o que é que ele vai fazer para manter as estradas regionais, a resposta é muito simples, ou seja, vai continuar a manter no programa do Governo um programa nesse sentido: Manutenção das Estradas Regionais.

É óbvio que o processo de construção e de manutenção de estradas ou de qualquer outro tipo de equipamentos é uma tarefa contínua, permanente e que exige de qualquer governo um empenhamento constante e permanente e a respectiva inscrição das rubricas nos planos anuais e de médio prazo.

Quanto a este assunto julgo que não há qualquer dúvida.

Quanto ao andamento dos projectos seria melhor o Sr. Secretário Regional das Obras Públicas responder, mas de qualquer modo penso que a própria bancada do partido Socialista constatou que embora andando a "passo de caracol", como o disseram, está a andar. Portanto, as obras arrancaram pelos vistos, mas não vou mais longe, porque não me compete.

Quanto à questão das obras no Pico, as obras nas estradas têm que avançar em qualquer plano e em relação ao Pico elas serão contempladas no próximo plano a médio prazo, um plano de 4 anos que irá contemplar estradas de todas as ilhas da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Foi com gosto que ouvi V. Exa. falar e dizer a frase de que "vai continuar a manter no plano", porque estava também a pensar numa outra via rápida - parece que só há 2 nos Açores, uma delas até teve um bocadinho de marcas de auto-estrada, tinha sinalização de fim de auto-estrada a 400 metros, não tinha princípio, mas tinha fim — ou seja, a via rápida de Ponta Delgada/Ribeira Grande que vai continuar, tal como V. Exa. disse, no plano.

Esta via já esteve no plano com 120 mil contos para ser repavimentada, já saiu e já voltou a entrar.

Pergunto, se efectivamente há alguma dúvida de que no próximo quadriénio possa voltar a entrar — já que V. Exas. dizem que estão a preparar o próximo plano para o P.M.P. de 96/2000 — a repavimentação da estrada onde circula o maior número de veículos na Região Autónoma dos Açores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Lembro-lhe que dispõe de um minuto.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretário Regional das Finanças:

Para além do que referi, gostaria de lhe colocar uma questão muito curta.

Eu compreendo muito bem a tarefa do Governo em manter verbas para uma acção contínua e permanente junto da manutenção de estradas.

O que quero registar aqui, é que no caso em apreço, a acção do Governo continua a não ser contínua, nem permanente, porque quer a via do litoral entre Angra e Praia da Vitória, quer o troço da chamada via rápida, estão a degradar-se de forma visível e preocupante aos olhos de todos e a acção do Governo Regional é de uma passividade preocupante.

Foi essa denúncia que quis trazer aqui e espero que o Governo Regional através do titular competente, dê a atenção devida, porque aquele património está a degradar-se e o problema não é do Governo é da Região e dos seus utentes.

O Governo tem a obrigação de zelar antes que o mal cresça.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A Sra. Secretária Regional das Finanças acabou de afirmar que a manutenção das estradas vai continuar, bastará que esses projectos sejam devidamente providos.

Lamentavelmente, nós verificamos que de quase todas as nossas ilhas da Região, vêm críticas em relação à manutenção das nossas vias.

Espero bem que este mês aquando da visita do Governo Regional à Ilha das Flores, este seja capaz de poder comparar o péssimo e lamentável estado das vias existentes naquela ilha, em relação aquilo que existia a alguns anos.

A deterioração tem-se agravado e estou convencido que este ano verifica-se a maior degradação dos últimos 20 anos.

Esta é uma realidade objectiva que V. Exas. com certeza vão verificar, porque o estado das estradas da Ilha das Flores nunca foi tão mau como se encontram neste momento.

Em primeiro lugar, pergunto se essa parte do investimento regional, no que diz respeito à manutenção das estradas, terá sido devidamente contemplada?

Em segundo lugar e uma vez que não houve disponibilidade financeira até ao momento, gostaria de saber se nos poucos meses que o Governo Regional ainda tem pela sua frente será possível fazer alguma coisa para que as nossas estradas não se tornem totalmente intransitáveis?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para prestar os esclarecimentos pedidos pelos Srs. Deputados que me antecederam.

Em termos gerais, gostaria de dizer que - e todos já sabemos - temos 9 ilhas com muitos quilómetros de estrada.

É natural que haja umas estradas mais degradadas outras menos e é necessário estabelecer prioridades, mas isso cabe ao Sr. Secretário Regional das Obras Públicas, dentro das suas disponibilidades orçamentais e físicas porque isso é uma realidade e um recurso escasso, conseguir dar resposta a todas as necessidades de manutenção das diversas ilhas.

Não é um caso particular nem da Ilha Terceira, nem da Ilha das Flores. Julgo que é um caso que se pode generalizar a toda a Região, porque em toda a Região há situações dessas e estas nunca poderão deixar de haver e daí eu dizer que é um processo contínuo e permanente.

Quanto ao próximo Plano a Médio Prazo, eu não posso estar aqui no dia 12 de Junho a dizer qual vai ser o próximo plano, isto não faz sentido.

O que posso dizer é que estão a ser preparados alguns projectos, nomeadamente aqueles que já têm compromisso e aqueles que estão em curso, para se deixar como trabalhos preparatórios do próximo Plano a Médio Prazo.

É óbvio que aquilo que já estava comprometido nos planos anteriores fará de certeza absoluta a parte do próximo. De qualquer modo o plano final será sempre da competência do próximo Governo que estabelecerá as prioridades que entender e que fará a tiragem final dos projectos de acordo com as suas disponibilidades orçamentais, porque ao fim e ao cabo não é uma questão de vontade, mas sim de possibilidade.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e se me fosse permitido, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, gostaria de saudar o futuro dos Açores e saudá-lo na pessoa daqueles jovens, naquelas crianças que irão gerir a Região Autónoma dos Açores. As minhas saudações e votos de um bom futuro.

(Aplausos da Câmara)

O Orador: Em segundo lugar, dois apontamentos telegráficos muito rápidos em relação a infraestruturas.

Em relação às estradas deixaria aqui o apelo ao Governo para que finalmente equacionasse a resolução do problema da Rua do Paim, uma rua utilizada diariamente por centenas de pessoas e de viaturas e que vai desembocar numa avenida de intenso e alto trânsito.

Deputado Francisco Sousa (PS): E a Rua Gonçalo Botelho!

O Orador: Em segundo lugar uma mensagem telegráfica para o Governo dos Açores.

Já que o PS reconhece que vamos executar o próximo Plano a Médio Prazo a partir de 1996, gostaria de deixar um apelo ao Governo dos Açores para que equacione por uma vez e em definitivo a questão da construção do Porto de Pescas Industrial de São Miguel.

Muito obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria deixar aqui um esclarecimento em forma de protesto.

No assunto que estamos a tratar não está em causa apenas o facto concreto que existe, mas sim a prática que eu condeno em absoluto.

Eu conheço um troço de estrada no Pico, entre São Caetano e as Lajes — e muita gente conhece-o — que está totalmente degradado, ou seja, o troço da Silveira. É uma autêntica vergonha!

Quero deixar aqui bem explicado aos Srs. Deputados e Membros do Governo que aquele troço estava degradado, mas num frenesim antes da ida do Governo (já lá vão 7 anos, reparem bem **7 anos!**), os responsáveis de ilha meteram uma máquina, degradaram por completo a beira da estrada, encheram-na com carradas de brita. Durante 7 anos a brita esteve lá e o caminho que nós passamos ficou em ribeira.

É esta a prática que eu condeno em absoluto e peço ao Governo Regional que acabe com os frenesins bajuladores antes da visita do Governo à ilha.

Limpar de depressa na véspera e pôr brita na estrada para mostra obra feita, nós não queremos isso. Queremos que as coisas sejam tratadas como devem ser.

Há dificuldades, mas não enganem as pessoas e sobretudo não se ponha em pior estado aquilo que já estava mal.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, quero dizer ao Sr. Deputado Manuel Serpa que estou totalmente de acordo com a sua intervenção.

Quando era estudante o Ministro da educação veio visitar a Região.

As casas de banho que não funcionavam há 6 ou 7 meses, foram pintadas e na semana que o Sr. Ministro chegou elas ficaram a funcionar.

Naquela altura, passei à frente de todos e fui dizer ao Sr. Ministro que as casas de banho tinham sido postas a funcionar para ele ver. Desde essa altura eu não concordo que se faça isso e se continuam a fazer, estão fazendo mal.

Pedi a palavra também para lembrar um a questão que ainda não foi referida.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e outros Srs. Deputados têm falado no atraso das obras.

Eu diálogo muito com empreiteiros e quero lembrar os Srs. Deputados que o Inverno este ano foi rigorosíssimo. As obras estão atrasadas em toda a região.

Os próprios empreiteiros privados que não estão a fazer obras públicas, neste momento, estão a admitir pessoal — o que é bom para nós — para poder cumprir com os prazos das adjudicações. Esta é a principal razão para que muitas obras estejam atrasadas.

Nós, Partido Social Democrata, não somos parvos e em ano de eleições não queremos atrasar as obras.

Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

Nós queremos adiantar as obras, mas não podemos de forma nenhuma escamotear que o Inverno foi muito rigoroso e muita da obra que se fez foi destruída. Agora temos que refazer novamente.

Este é o principal atrasado de diversas obras.

Em relação a muitas das estradas que têm sido faladas, quero lembrar, solidarizando-me com o meu companheiros Deputado Jorge Nascimento Cabral, que as estradas são para quem tem automóveis.

De facto, há situações nas cidades de Ponta Delgada e Angra em que as pessoas para percorrerem uma distância de 500 metros levam mais de meia hora.

É necessário olhar para as entradas e saídas dos grandes centros de urbanos.

Este é um alerta que deixo e espero que desperte a vossa solidariedade para terem presentes estas graves situações cujos centros urbanos estão a passar neste momento.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais quero agradecer à Sra. Secretária a amabilidade que teve em responder dizendo que vamos continuar, mas eu fico altamente preocupado com a continuação, porque essa continuação vem desde 1988, no que diz respeito à via rápida da Ribeira Grande, que está tão triste, tão triste, tão triste que até tem três curvas porque o Governo Regional não declarou em tempo útil na altura a utilidade pública, que por sua vez na altura não teve as tais medidas cautelares das célebres alminhas de Rabo de Peixe que ainda hoje estão lá três curvas onde infelizmente já morreram vários açorianos. Esses açorianos morreram porque não foram tomadas medidas cautelares, porque essas medidas são tomadas quando se apetece e se quer tais como as que falávamos ontem.

Já se que o Sr. Secretário da educação e Cultura está presente, vou aproveitar a oportunidade para lhe colocar algumas questões, mas antes gostaria de agradecer ao Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral por ter falado na Rua do Paim, porque de facto a minha esposa tem que lavar as janelas várias vezes porque aquela rua é terrível e também dizer-lhe que o PS não reconhece que o PSD vai ser Governo daqui a 4 anos.

O que nós dissemos foi apenas aquilo que a Sra. Secretária disse ontem, ou seja, que estava a preparar documentos para o próximo Governo e nesse sentido nós solicitámos que nessa preparação fosse incluída uma vez mais a via rápida da Ribeira Grande, porque desde 88 que ela espera por alguma coisa.

No que diz respeito ao Sr. Deputado Rui Melo, de facto o Inverno foi muito rigoroso, mas no orçamento regional de 1984 havia 120 mil contos para a via rápida da Ribeira Grande e nessa altura o Inverno não foi rigoroso, embora eu reconheça que este ano, em relação ao Concelho da Ribeira Grande, já se gastaram milhares de contos nas reconstruções da estrada devido aos temporais deste Inverno, mas isto não significa que os milhares de contos que deveriam ter sido gastos o anos passado e há dois anos naquela via não pudessem ter sido gastos, mas eles foram desviados para pagar obras que tinham sido feitas em 1992 e que não tinham sido pagas tais como sejam o

celebérrimo chafariz ?????????????????????? e as obras da avenida de Ponta Delgada.

Em relação ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, uma vez que a Sra. Secretária das Finanças entrou no debate porque o Sr. Secretário não estava presente mas reconheceu que não era a pessoa mais indicada, volto a frisar um assunto que ontem não foi discutido.

Ontem aprovámos aqui um diploma, mas ficámos sem saber o que é que aprovámos e tanto foi que há pouco estivemos tentando fazer a redacção final de coisa qualquer que há-de aparecer no jornal oficial.

O Governo de que V. Exa. faz parte apresentou uma proposta a esta Assembleia onde falava na Escola Secundária da Cidade da Horta.

A Comissão da qual eu faço parte, ouvindo V. Exa., fez um relatório em que chamava Escola Geral e Básica e Secundária da Horta. O plano do Governo que aprovámos há uns anos atrás, chamava Escola Preparatória da Horta.

Como estas coisas devem ser discutidas nos lugares próprios e aproveitando as pessoas certas, eu solicitava que V. Exa. dissesse a esta Câmara que tipo de escola o Governo vai finalmente fazer na Horta, porque já obrigaram os socialistas desta bancada, os socialistas da Câmara e da Assembleia Municipal da Horta a mudarem de posição.

Na última vez que discutimos o plano e orçamento regional aceitámos que se fizessem três escolas para o 2.º e 3.º ciclo mais ensino artístico, isto é, escolas do 5.º ao 9.º ano, em Ponta Delgada, Terceira e Horta, porque isso significava uma poupança para a Região de largos milhares de contos, porque seria um projecto único, uma adjudicação única, a fiscalização seria única e haveria uma séria de questões em termos financeiros que seriam únicas.

Nós percebemos, aceitámos e alterámos a nossa posição com base nessa exposição que V. Exa. fez.

Ontem, voltou-se de novo a falar na Escola Secundária da Horta.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que terminasse porque o seu tempo esgotou.

O Orador: Termina já Sr. Presidente:

Em termos de sistema educativo, o Partido Socialista não tem dúvidas que o que se deve fazer na Horta é uma escola para o 3.º ciclo do ensino básico e secundário, ou seja, do 7.º ao 12.º ano de escolaridades. Nós nunca tivemos dúvidas nessa matéria.

Fomo-nos adaptando às situações económicas, financeiras e políticas da Região. Fi-lo há 4 meses a trás. Ontem queriam que nós novamente mudássemos de posição. Já agora, o Sr. Secretário explique-nos se mudou de posição de há 4 meses a esta parte e porque é que mudou de posição?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, aproveito e registo com agrado a participação de V. Exa., Sra. Secretária, ao querer estar aqui da parte do Governo de corpo inteiro nesta Assembleia e também registo o humor cáustico do Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral que traz à colacção uma via que em princípio será a municipal para este areópago regional.

Queria referir que quanto às expectativas criadas nas ilhas — nas ilhas mais frágeis para não dizer um chambão que por aí andou com o qual concordávamos da interioridade dentro da insularidade e porque a juventude que hoje aqui está, na minha ilha tem um futuro muito incerto, porque as expectativas são difíceis e aí eu estou um bocadinho de acordo com o Sr. Deputado Rui Melo — a solidariedade parte desta Casa no encontro de soluções para os problemas das mesmas, mais e muito mais do que no encontro de situações de resolução de problemas de trânsito em qualquer cidade desta Região.

Primeiro vamos começar pelos problemas que afectam a nossa juventude e depois vamos ao encontro desses, porque para esses problemas os municípios, em princípio, devem estar apostando na resolução dos mesmos.

Os enganados existem e são os próprios autarcas do PSD que o dizem.

Este Governo fez promessas aos autarcas do PSD de São Roque do Pico e vou citar para não me enganar:

"A quando da visita do elenco governativo em 94, ficou a promessa da Secretaria Regional da Habitação que iria responsabilizar-se por desenvolver o projecto de construção do porto de passageiros em São Roque do Pico.

Veio um técnico da Colsomar" etc., etc., etc....

No entanto, este Governo que aqui está, o segundo desta legislatura, informou os autarcas que afinal não havia dinheiro para desenvolver esse projecto.

Quanto à orla marítima das Lajes, estes anos todos levaram à conclusão que se chegou ao fim de uma coisa que se chama "ensaios laboratoriais que prevêm os galgamentos da Vila das Lajes do Pico". Projecto?!... É daqui por diante.

Mais um engano aos autarcas do PSD.

As gares marítimas estão previstas no plano e foram postas a concurso. Mas, o quê? O projecto e concessão da obra. Para quando? Não é para este Verão, talvez nem sequer a da Madalena. São Roque e Velas não terão gares marítimas este Verão, porque as estruturas metálicas são as que foram postas no mês de Junho. Se vão pôr no mês de Agosto, muito obrigado já passou.

Isto é enganar e quem está a enganar ou são os responsáveis políticos ou são os assessores deles que não existem com competência e não os deputados que aqui levantam as questões séria e responsabilmente nesta Assembleia. Estes não são com certeza!

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse porque o seu tempo esgotou.

O Orador: Para concluir diria que quando se prevê futuras obras, eu julgo que há alguma responsabilidade política de quem o está assumindo.

Hoje, com 20 anos de democracia, sabemos que há uma continuidade político-partidária para o futuro em qualquer instituição quer seja municipal, regional ou nacional.

É necessário que o Governo assuma nas visitas que efectua — este ano julgo que é mera desobriga, porque é tanta viagem dentro e fora da Região que, na minha opinião, o que está acontecendo por aí é uma mera desobriga, mas respeito as opções que cada um toma e assume — aquilo que vê com viabilidade de resolver e não fazer aquela resposta vaga de que "todos fazem assim".

Sra. Secretária, há assuntos que estão a ser tratados e o meu colega Manuel Serpa já falou neles, que são para assumir no próximo plano a médio prazo esteja quem estiver no Governo.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Fico muito indignado com a questão que aqui levantou em relação à tipologia da escola da Horta, na medida em que não podendo, ontem, ter estado presente por imperativos de serviço — estava a representar o Sr. Presidente do Governo em outros actos — naturalmente que acompanhei pela comunicação social os trabalhos aqui desenvolvidos.

Sei que as medidas cautelares para a escola da Horta foram aprovadas por unanimidade e como tal, no mínimo, de facto é de indignar o Sr. Deputado ter levantado essa questão, mas como levantou vou dar-lhe a resposta como é devido tê-la.

Sr. Deputado, na proposta de plano e orçamento para este ano, estava aberta a acção de uma EB2-3+ ensino artístico para a Horta.

Na discussão em Comissão houve um Sr. Deputado do Partido Socialista que manifestou-se admirado na medida em que tinha a informação que por posições da Assembleia Municipal, da Câmara e de outras forças vivas, seria uma escola secundária.

Foi neste contexto que num debate havido na comissão, verificou-se que a existência do investimento para a Horta no âmbito da estrutura escolar que abarcasse o 2.º e 3.º ciclo mais o ensino artístico, o conjunto das três escola seria viável para a implementação de uma processo que vai desde os programas funcionais, à elaboração do projecto, concurso e execução da obra.

Nada é imutável na vida.

Em fase deste alerta que me foi deixado, tentei averiguar, tentei ouvir as escolas, mandei estudar esse processo — aliás está sendo feito esse estudo que dentro de 15 ou um mês estará terminado — na perspectiva de uma projecção da população

escolar para a próxima década para verificar qual o equipamento mais adequado em relação à Horta.

Tendo em conta uma redução do número de inscritos no 1.º ciclo, reprodução essa que se vai verificar nos próximos anos no 2.º e 3.º ciclo, torna-se mais premente que seja um equipamento escolar que abarque o 3.º ciclo e o ensino secundário. Aí estou de acordo com o Sr. Deputado.

Há poucos dias, quando aqui estive, fui convocado para ir à Comissão e fui. Lá foi dito que nós estamos a complementar este estudo, o qual aponta para ser uma escola com o 3.º ciclo e secundário, logo uma escola geral, básica e secundária.

As medidas cautelares servem apenas para proteger o terreno no qual está apontada a localização para a construção e não tem nada a haver com a tipologia da escola nesta fase.

Na minha opinião, o assunto está perfeitamente esclarecido e a Horta vai ter uma escola que vai ser confirmada pelo estudo que vamos fazer, isto é, uma escola geral, básica e secundária.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não propriamente para participar no debate, mas para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Os meus cabelos brancos ficaram mais brancos ao chegar à altura de ouvir nesta Casa que eu tinha trazido aqui um assunto municipal.

Eu relevo a ignorância do Sr. Deputado sobre a matéria, porque a rua em questão faz parte da zona envolvente a uma avenida bastante grande, com muito tráfego, de modo que a sua envolvência é uma obra regional e nunca municipal, quando muito municipal poderá ser um eventual alargamento ou um eventual arranjo, mas a parte final de enquadramento na avenida Antero de Quental já é uma obra regional.

Apenas este esclarecimento que queria dar aos Srs. Deputados para que fique para a história que eu não trouxe aqui um problema municipal.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, a Canada do Paim não é uma obra municipal.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Não é a Canada do Paim!

O Orador: Na Canada do Paim, no último mês e meio, passaram milhares de toneladas de terra para o aeroporto de Ponta Delgada.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ó Sr. Deputado, não foi isso que eu disse!

O Orador: Mas quando pedi a palavra foi para intervir no que diz respeito ao Sr. Secretário Regional da Educação Cultura, porque da nossa parte também nada é imutável.

Nos temos feito evoluções e V. Exa. já acompanhou algumas delas, embora esteja cá há pouco tempo.

Nessa célebre reunião da comissão em que estudávamos o plano e orçamento da região, pedimos um estudo para a Região sobre construções escolares, o qual V. Exa. disse que tinha pronto.

Na penúltima vez que a comissão reuniu esse estudo voltou a vir à baila e uma vez continuo em plenário a pedir, a solicitar — não tenho outros verbos, solicitar o que é normal, pedir ou estender a mão, eu não tenho necessidade nenhuma de estender a mão a V. Exa. porque é um direito que assiste enquanto deputado — a requerer o envio do estudo que V. Exa. disse que existia na secretaria.

V. Exa. é que o disse e uma vez mais volto a requerer (já o fiz por escrito mas não o recebi, já é a terceira vez que o faço verbalmente) pela terceira vez esse estudo que existe na Região com vista às construções escolares para os próximos 10 anos.

V. Exa. diz que o estudo da Horta já feito aponta para... Sempre apontou para e a questão da Horta, desde 1985, foi sempre uma questão política.

Segunda questão:

O nome da escola não tem nada a ver com a tipologia da escola, mas a tipologia da escola tem a ver com os sectores de ensino, com os ciclos que lá vão ser seleccionados. É fundamental para a cidade da Horta e para a Ilha do Faial ter uma escola que corresponda às necessidades e já não digo da década de 90 porque já não

vai ser, mas pelo menos do próximo milénio, porque ela só vai aparecer depois do ano 2000.

Infelizmente, nos últimos 10 anos nenhuma escola apareceu feita em 4 anos. Digo isto com mágoa, com dor, com pena porque nos últimos 10 anos assisti a duas inaugurações nestas ilhas, ou seja, a Escola das Laranjeiras e a Escola Secundária da Praia. Só assisti a duas inaugurações de escolas nessa área.

Entretanto, desde 1986 a escolaridade obrigatória passou a ser de 9 anos para toda a gente.

Infelizmente, o Governo Regional e o PSD ainda não perceberam, ainda não entenderam que hoje estamos a falar de uma questão completamente diferente.

Todos os jovens, todas as crianças dos Açores têm direito à escolaridade obrigatória de 9 anos e a escola tem que ser capaz de responder a isto e não estamos a falar da escola selectiva de há 30 anos onde há partida, quando se acabava a 4.^a classe, estava feita a selecção.

A selecção agora é feita depois da saída da Universidade.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que terminasse porque o seu tempo esgotou-se.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, que escola é que efectivamente vai ser feita?

Já agora, que escola é aquela que existe na Madalena do Pico?

Na Madalena do Pico, ninguém sabe o que é que existe. É uma EB2-3/S, ou seja, uma escola para o 2.º, 3.º ciclo e ensino secundário?

É uma escola onde se vão fazer as matrículas para o ensino superior?

É uma escola que terá condições de responder à Ilha do Pico no que diz respeito ao acesso a todo o ensino técnico superior, universitário, politécnico ou é mais uma escola onde se vai leccionar o ensino secundário que os Srs. na passada semana anunciaram em S. Jorge e V. Exa. sabe que foi uma perfeita não digo a palavra porque é ofensiva. Em S. Jorge já estava criado o ensino Secundário. V. Exa. sabia e foi lá dizer que tinha criado o 12.º ano.

Vamos a ver se conseguimos falar com o mínimo de rigor, pelo menos da parte daqueles que são da área.

Muito obrigado Sr. Presidente pela sua bondade.

Presidente: Srs. Deputados, informo que o Período Antes da Ordem do Dia foi prorrogado a pedido do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Começaria pelas suas últimas palavras: o mínimo de rigor e de seriedade. Eu considero-me uma pessoa rigorosa nas minhas condutas e sério no meu tratamento e quero-lhe dizer que não devemos "fazer de uma tempestade um copo de água". Devemos encarar as coisas com optimismo e com realismo.

Há aqui duas importantes acções que foram desenvolvidas pelo Governo e que são do meu interesse, não como Secretário Regional da Educação e Cultura, mas como pai e principalmente do interesse de todas as crianças da Região, ou seja, a escola criada na Madalena do Pico, uma obra que está a decorrer e que vai começar a ser utilizada este ano, e as medidas cautelares que são o embrião de uma nova escola que vamos ter aqui.

De facto, o Sr. Deputado, num direito que lhe assiste, solicitou-me aquando dos trabalhos preparatórios da apreciação do plano e orçamento, esse estudo.

Na altura foi dito ao Sr. Deputado que o estudo que a Secretaria Regional da Educação e Cultura tinha estava desactualizado e que estávamos a trabalhar na actualização do mesmo.

Naturalmente eu percebi que um trabalho desactualizado não interessava ao Sr. Deputado, mas sim um trabalho actualizado.

Essa tarefa ainda não está terminada, porque queremos que seja feita com adequado rigor e qualidade e tem muito a ver com questões demográficas, com o último senso e com a densidade da população escolar que precisamos de a conhecer bem.

Eu não tenho conhecimento, mas não estou isento de falhar, que o Sr. Deputado tenha requerido esse documento ou esse estudo por escrito, mas vou averiguar.

O que posso dizer ao Sr. Deputado e não estou a fazer nenhum favor, é que terminado esse estudo o Sr. Deputado terá-o na mão como um direito que lhe assiste e como

qualquer outra tarefa que seja desenvolvida no âmbito da Secretaria Regional da qual eu sou responsável.

O Sr. Deputado dizia que esta alteração de nomenclatura da escola da Horta era um questão política.

Em primeiro lugar, eu não estou a desempenhar uma função técnica, mas sim uma função política e estou atento, naturalmente, aos comentários que me são feitos, aos apelos que as entidades políticas me fazem, à abordagem que fazem das questões. Independentemente disso, exijo a mim próprio, numa conduta pessoal de trabalho, que haja um substrato real para tomar uma decisão.

Não foi por acaso que na minha última estadia aqui na Horta fui visitar as duas escolas e não foi por acaso que questionei as pessoas que lutam nelas dia a dia e são responsáveis por elas.

Não obstante de ainda não estar terminado esse trabalho, o que se aponta, o que é previsível e será mais adequado, por onde se deve começar, é exactamente pela tipologia de uma escola que abarque o 3.º ciclo e o secundário, principalmente o 3.º ciclo para potenciar a carga horária dos pobres professores.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão da escola da Horta que já ontem mereceu a atenção e a discussão aquando da apresentação de uma proposta do Governo de medidas preventivas relativamente à sua construção, merece também da minha parte alguma reflexão.

Gostaria de referir e lembrar que a necessidade de construção de uma nova escola na Ilha do Faial vem já há alguns anos. Se não me falha a memória entre 1986/87 terá sido decidido construir uma escola e na altura chamar-se-ia escola secundária.

Houve reuniões com o Governo, mais propriamente com o Secretário Regional que exercia funções na altura, com a Câmara Municipal, com outros representantes da sociedade faialense e foi decidido que a opção seria por uma escola secundária.

É evidente que em função das reformas educativas, os nomes têm-se alterado, mas o que interessa fundamentalmente nesta discussão é que o que estava subjacente na

altura, o que os deputados do PSD sempre defenderam e que agora continuam a defender, é que essa escola deverá ser uma escola que abranja a leccionação desde do 7.º ao 12.º ano.

São essas as pretensões da Ilha do Faial, é essa necessidade que nós reconhecemos importante que venha a ser decidida.

Aguardamos com certeza o estudo que está a ser feito pela Secretaria da Educação, mas gostaria de lembrar o Sr. Secretário, uma vez que são importantes esses aspectos, para ter em atenção outras situações.

Gostaria de lembrar V. Exa. que quando encerraram as escolas do Magistério Primário, a Ilha do Faial e a cidade da Horta viram-se, desde logo, privadas de um ensino terminal.

Houve cursos que foram criados noutras ilhas que também a Horta tinha condições para que se viessem a efectuar, mas não foram feitos por opções políticas.

Deixo aqui muito claramente a minha posição de que, tal como anteriormente, os deputados eleitos pelo PSD, os deputados eleitos e representantes da Ilha do Faial pelo PSD, entendem e consideram que a decisão deve ser tomada sobre a construção de uma escola que abranja do 7.º ao 12.º anos.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional a Educação e Cultura:

Lembro V. Exa. que quando tivemos a reunião preparatório do plano e orçamento para este ano, V. Exa. disse que o estudo estava pronto e que teria muito gosto em entregá-lo.

Todos os membros da Comissão estão presentes e eu já o lembrei que numa 2.^a ou 3.^a reunião da Comissão essa questão voltou a ser falada e portanto, ninguém teve dúvidas de que V. Exa. iria entregar o estudo.

Não quero voltar a discutir essa questão porque senão não saímos mais daqui e, na minha opinião, as coisas que se passam na Comissão é melhor não trazê-las ao plenário. Esta foi uma questão que ficou assente, lembro-me perfeitamente e portanto não preciso perguntar a nenhum elemento do PSD o que é que foi dito na altura.

O último senso que existe nesta Região é de 1991. Já lá vão 5 anos. O Governo Regional desde há 5 anos não teve tempo de fazer estudos demográficos?

O Dr. Mota Amaral disse que 20 anos eram de mais e eu digo que 5 anos é de mais.

Sr. Deputado Eugénio Leal, quando V. Exa. era Secretário Regional —sentava-se naquela bancada — o Grupo Parlamentar do PSD em 1988, aprovou um papel o qual já não posso chamar de documento, nem de diploma, mas sim papel em que se dizia — cito:

"Faial- Secundária da Horta — Execução de refeitório e cozinha.

Preparatória da Horta — 40 turmas — Execução do Projecto incluindo pavilhão Gimnodesportivo".

O PPD/PSD, em 1988, aprovou na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, um diploma onde dizia Escola Preparatória da Horta. A Lei de Bases do Sistema Educativo foi publicada em 1986, dois anos antes.

Não há nenhuma desculpa legislativa para se trocar nomes e é por isso que eu não admito que 10 anos depois da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, troquem-se nomes de escolas. Não admito!

V. Exa. disse que sempre defendeu uma escola secundária. Não defendeu, aprovou na Assembleia Legislativa Regional dos Açores uma escola preparatória para a Horta e aprovou ontem um papel onde dizia Escola Secundária.

Em Janeiro deste ano aprovou uma escola para o 2.º e 3.º ciclos (do 5.º ao 9.º ano) + ensino artístico.

Sr. Deputado Eugénio Leal, V. Exa. aprovou este ano no plano e orçamento da Região uma EB,2- ensino artístico. Se não sabe o que é que aprovou eu lamento profundamente e lamento sobretudo que os Deputados do PSD, principalmente os Srs. Deputados do Faial do PSD, não saibam o que é que aprovaram há 3 meses.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero este momento particularmente importante e perguntava ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura — faço com toda a sinceridade porque

não tenho uma opinião certa — dentro dos parâmetros de rigor que foram aqui apontados, se há alguma diferença entre escola básica com ensino secundário e escola secundária?

Se é a mesma coisa que escola básica, porque é que — aliás o Sr. Dep. Aurélio da Fonseca quando se sentava nesse lugar como Secretário da Educação e Cultura sempre falou em Escola Secundária Cardeal Costa Nunes — no despacho de criação da escola, ela não continua a ser Escola Secundária Cardeal Costa Nunes?

Eu tenho ouvido opiniões díspares sobre isso. Uns garantem que não é a mesma coisa e que se nivela por baixo em vez de respeitar aquilo que foi sempre a pretensão da Ilha do Pico. Desde 84, eu brado na Assembleia Regional por uma escola secundária para a Ilha do Pico e há muita gente que pode testemunhar o que estou a dizer, pelas conveniência que possa trazer à ilha.

É só isso que me preocupa, ou seja, que sejam coarctados os direitos do povo do Pico e que ela não corresponda àquilo que deve ser na sua função dentro da ilha.

O meu camarada Francisco Sousa já levantou aqui uma questão e eu volto a referi-la, ou seja, os jovens do Pico que se quiseram inscrever na Universidade tiveram que pagar o boletim, atravessar o canal inscreveram-se na Secundária da Horta. Portanto, pagaram um bilhete de ida e vinda e perderam o dia.

Eu não tenho uma opinião sobre isso, com toda a sinceridade, mas gostaria de ser devidamente esclarecido, porque esse é um assunto que me preocupou durante 11 anos ou quase 12 anos e foi "cavalo de batalha" no Pico nas Comissões políticas de todos os partidos.

Eu gostaria de sair desta Casa, embora eu saiba que há muita gente com pretensões a protestar em relação à mudança do nome, com a convicção de que a escola sonhada, apregoada durante anos pelo Sr. Secretário Aurélio da Fonseca de Escola Secundária Cardeal Costa Nunes é a mesma que vão fazer na Madalena do Pico.

Eu quero ter a certeza absoluta de que embora o nome seja outro, ela é a mesma escola com todas as prerrogativas em relação ao futuro que tem uma escola secundária. Depois não digam que não se pode fazer porque não é secundária.

Eu acho que fui bem claro e gostaria de ser devidamente esclarecido.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito.

Deputado Álvaro Manito (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria que ficasse claro uma situação em relação à escola da Madalena do Pico.

O que eu gostava de ouvir da boca do Sr. Secretário em relação àquela escola, e de alguma forma já foi solicitado pelo Sr. Deputado Manuel Serpa, é se de facto é possível aos alunos do Pico a continuidade dos seus estudos entre o 2.º e 3.º ciclos (do 7.º ao 12.º ano) e se os alunos do Pico não têm podem fazer as matrículas na Universidade sem sair da Ilha?

De facto, esta é uma das questões que nos são colocadas.

Nós pensamos que já tivemos essa resposta, porque aquela escola está criada com as condições para que o ensino seja do 7.º ao 12.º ano, mas gostaríamos de ver reforçada essa resposta nesta Câmara.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Bento Barcelos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No rescaldo da última intervenção do Sr. Dep. Francisco Sousa, começaria por dizer-lhe o seguinte:

Certamente que deve haver um equívoco Sr. Deputado e poderá ser da minha parte, mas o que referi no decurso dos trabalhos preparatórios na Comissão, foi que o estudo que existia era desactualizado e que iríamos actualizá-lo. Poderá haver um equívoco da minha parte mas tenho plena consciência que foi isto que eu referi.

O Sr. Deputado referiu que já lá vão 5 anos em relação aos sensos de 91, mas sabe muito bem que até há bem pouco tempo, o INE tinha ainda dados provisórios, na medida em que é necessário fazer um conjunto de conjugações estatísticas para que um documento seja considerado no ponto de vista estatístico universal, geral e definitivo.

Isto não justifica de forma nenhuma a premência deste trabalho e julgo que a sua premência só justifica e evidencia as preocupações de quem está neste sector em fazer um trabalho sério, honesto e objectivo. É por esta razão que este trabalho ainda não foi concluído.

Em relação às questões do Sr. Deputado Manuel Serpa, naturalmente que eu empenhei-me para que este processo de criação da escola fosse feito com a maior normalidade.

Naturalmente também que eu solicitei aos meus colaboradores que me indicassem se aquela escola ia ter alguma valência diferente das escolas das Lajes e de São Roque.

Tendo em conta a informação que me foi prestada de que aquela escola iria ter as mesmas potencialidade que as outras duas escolas, não faria sentido estar a utilizar uma terminologia diferente aquando do diploma de criação.

Por outro lado Sr. Deputado, eu confio plenamente na sinceridade da questão que levantou.

Se eu fosse habitante do Pico, não queria de forma nenhuma sentir por uma razão ou outra, que aquela escola poderia estar diminuída nas suas capacidades e potencialidades.

Se este problema da inscrição para o ensino superior não se põe em São Jorge, porque é que se há-de pôr no Pico?

A escola vai ter as mesmas potencialidades que tem as outras e numa conjugação de agrupamentos para o 10.º, 11.º e 12.º anos, na medida em que não é lógico haver todos os agrupamentos numa só escola, mas sim a complementaridade dos agrupamentos nas três escola, para dar resposta às necessidades e às expectativas dos alunos do Pico. Acredito nisso e fica aqui sinceramente expresso que se por ventura tal não se verificar, como nada é imutável na vida, farei aquilo que estiver ao meu alcance por forma a poder corrigir aquilo que for necessário corrigir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Novamente intervenho para esclarecer, talvez até nem era preciso porque de facto o Sr. Deputado Francisco Sousa é uma pessoa ligada ao sector da educação, portanto tem acompanhado e acompanha a evolução das terminologias das escolas e das reformas do ensino, mas numa declaração que V. Exa. fez dizendo que eu tal como os restantes membros do Grupo Parlamentar do PSD tínhamos aprovado há 3 meses a construção de uma escola EB2/3 ensino artístico da Horta, não falou verdade.

Eu tenho aqui o plano de 96 Sr. Deputado Francisco Sousa, e na página 9 diz na acção "8.2.30 - Escola Básica 2-3/S ensino artístico da Horta".

O Sr. Deputado prepositadamente esqueceu-se de referir /S. É essa a correcção que eu queria dizer.

(Apartes inaudíveis do Deputado Francisco Sousa)

O Orador: Em 1996, eu aprovei, conjuntamente com os meus colegas companheiros de bancada, uma EB2/3 ensino artístico da Horta.

Era esta a correcção que eu gostava de aqui deixar para que fique devidamente esclarecida esta questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu agradeço o seu tom cordato e o seu empenho numa causa que é de todos, mas eu não fiquei nada esclarecido.

O problema não é que a escola tenha as potencialidades das outras, isso foi sempre assim, já poderia ter sido criado em 84, 87.

O problema é se a escola tem as potencialidades de uma secundária de outra ilha, por exemplo.

Eu sei o que é que estou a dizer!

Vamos ser claros!

O problema não é que a escola da Madalena tenha as potencialidades das Lajes ou do Cais do Pico, isso é evidente.

O meu problema é se de facto a criação da Escola Secundária da Madalena resolve o problema do ensino secundário na Ilha do Pico. Este é que é o meu problema.

Eu quero que fique esclarecido aqui que o vão resolver. Eu penso que fui claro.

Que seja igual às outras isso é normal, normalíssimo!

O que queremos é que responda a nível da ilha pelo ensino secundário do Pico. Este assunto é gravíssimo e tem que ser devidamente ponderado e as coisas têm que ficar assentes.

Porque é que não é criada a Escola Secundária Cardeal Costa Nunes, por exemplo?
Há-de haver alguma razão para que seja escola básica. É porque as outras são assim?
Não é isso que está em causa!

Se algum técnico disse que era assim, porque as outras são assim, eu não quero ouvir isso.

Eu quero é que a escola resolva o problema do ensino secundário da Ilha da Pico, que isto fique bem claro nesta Assembleia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da honra e da consideração.

Presidente: Da consideração?

Deputado Francisco Sousa (PS): Eu explico ao Sr. Presidente e à Mesa.

Eu peço a palavra para defesa da consideração porque o Sr. Deputado entendeu que eu tinha feito uma afirmação que não era correcta e entendo que a minha consideração está em causa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Eugénio Leal naturalmente não leu o relatório da Comissão, no qual começávamos desde logo uma vez mais, por chamar a atenção para a designação correcta das escolas.

Esse relatório foi aprovado dessa parte por unanimidade, aos gritos e aos berros de toda a gente dentro da Comissão...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Credo!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Se houve alguém que berrou foste tu!

O Orador: ... que se designasse pelo menos as escolas pelo nome certo.

A Escola EB2/3 e ensino artístico da Horta, foi corrigido o seu nome no relatório da comissão.

Em segundo lugar, quero dizer ao Sr. Secretário que não admito, nem sequer me passa pela cabeça, que as valências da Escola da Madalena do Pico fossem diferentes das Escolas das Lajes e São Roque.

Presidente: Sr. Deputado, o Sr. já terminou a defesa da consideração.

O Orador: Agora, pretendo prestar um esclarecimento ao Sr. Secretário.

Presidente: Então o Sr. senta-se e volta a pedir a palavra, se faz favor.

É só por uma questão de contabilizar o tempo.

O Orador: Sr. Presidente, só mais um segundo.

As valências das Escolas das Lajes e de São Roque não podem ser as mesmas da Madalena por uma questão muito simples, ou seja, a Escola da Madalena vai ter que responder a tudo o que diz respeito ao ensino secundário do Pico.

Foi nessa perspectiva que ela foi criada, embora seja uma Escola igual à de Santa Cruz das Flores, Santa Cruz da Graciosa, do Nordeste, da Povoação, Velas, Calheta e de todas as outras que já têm ensino secundário, ou seja, do 10.º ao 12.º anos. Todas nos Açores, felizmente!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Serpa, Sr. Deputado Álvaro Manito (há pouco esqueci-me de V. Exa. peço desculpa):

Eu não conheço nenhuma escola secundária na região, nem que a designação da Escola Secundária Cardeal Costa Nunes, nessa perspectiva, não era naturalmente a designação mais correcta.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): O Sr. é que falou em Escola Secundária!

O Orador: Ó Sr. Deputado deixe-me falar! Quando o Sr. falou eu estive calado!

A escola criada EB2-3+S Cardeal Costa Nunes, terá todas as potencialidades de uma escola secundária. Terá as potencialidades de ter cursos nocturnos, cursos técnicos e já disse e reafirmo, se alguma coisa for indiciada para limitar essa escola, se eu puder ter mão activa em relação a essa matéria, será corrigida.

Não quero de forma nenhuma ter uma visão minimalista, nem redutora das coisas.

O que posso garantir ao Sr. Deputado, é que a EB2-3 + S de São Roque e das Lajes do Pico, também tem 10.º, 11.º e 12.º e que num esforço que o Governo tem vindo a desenvolver, muitas escolas que eram escolas básicas intrinsecamente, acabaram por assumir também o papel de desenvolver o nível do Secundário num apelo das próprias famílias que queriam os filhos mais próximos. Lá por isso não foi necessário alterar a própria tipologia, as designações, até porque a informação que tenho e o Sr.

Deputado Francisco Sousa naturalmente terá uma informação mais correcta que a minha, o despacho que determina a nomenclatura e a tipologia das escolas, está a ser sujeito à apreciação a fim de ser alterado.

Sinceramente, Sr. Deputado Manuel Serpa, o que importa neste momento é que sejam criadas as condições adequadas e necessárias para que a Escola Cardeal Costa Nunes da Madalena possa assumir cabalmente as suas funções com plenitude do nível secundário, nomeadamente, assumir os cursos técnicos e os cursos nocturnos se for caso disso. Estamos a pugnar nesse sentido.

Essa resposta que dou ao Sr. Deputado Manuel Serpa pela semelhança da questão levantada pelo Sr. Deputado Álvaro Manito, é igual.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Sousa (PS): E então este papel datado de 9 de Maio que refere as escolas secundárias?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Para terminar, uma questão concreta que o meu colega Deputado Manuel Serpa colocou e ainda não teve resposta:

As minhas filhas e a filha do meu colega vieram do Pico ao Faial fazer a candidatura e entregar os pré-requisitos porque era no Faial que havia uma escola secundária.

Eu tenho mais filhas. Depois da criação da escola da Madalena como o Sr. diz, no próximo ano as candidaturas poderão ser feitas lá?

Peço apenas a resposta a esta pergunta.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Bento Barcelos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila não leve a mal que eu faço um ligeiro comentário dirigido mais ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

Sr. Deputado, V. Exa. na dupla função que tem de presidente do sindicato, recebeu a proposta desse diploma na sua mão para emitir parecer e não fez — que eu saiba — qualquer comentário em relação à nomenclatura da escola.

Fi-lo enviando para o sindicato. Não fiz mais que a minha obrigação e que eu saiba não me foi feita referência, até há hora que levei esse assunto ao Conselho do Governo. Se de facto houve alguma comunicação essa comunicação não me chegou a mim.

Sr. Deputado Rui Ávila, para uma pergunta séria, uma resposta séria:

Eu tenho que confirmar isto, mas estou quase convencido que não vai ser necessário as suas filhas ou os outros alunos dos Pico virem à Horta para se prepararem ou entregarem as suas candidaturas ao ensino superior.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa. Recordo-lhe que dispõe de mais um minuto.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Já lhe disse três vezes e esta é a quarta e a última vez: nesta Casa está o Deputado Francisco Sousa!

O sindicalista reúne com V. Exa. nem que seja ali na parte de trás.

Mas já que está a perguntar o que é que o Deputado Francisco Sousa pensa sobre isso, no dia 17 de Novembro de 1995 o Presidente do Sindicato dos Professores dos Açores disse a V. Exa. que era preciso criar a escola em Novembro de 95.

V. Exa. não a criou nem em Novembro, nem em Dezembro, nem em Janeiro!

Não pôs em concurso uma única vaga e neste momento está a cometer uma série de ilegalidades - e está a falar o sindicalista, já que V. Exa. o exigiu — para colocar professores naquela escola!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Mas o que é isto?!

O Orador: Já que quer o sindicalista fale, V. Exa. está a dar coisas ao pessoal auxiliar administrativo daquela escola que não tem habilitação que não dá a professores sem habilitação que V. Exa. e todos os seus antecedentes autorizaram a ensinar naquela escola.

Já que está a perguntar ao sindicalista, vou-lhe dizer mais:

V. Exa. já foi lá, já foi lá o Director Regional, já foi lá os Deputados do PSD e os do PS e eu como sindicalista já lá fui e só a semana passada é que uma comissão que deveria ter criada em Novembro é que tomou posse.

Já que V. Exa. quer uma resposta do sindicalista é nestes termos que lhe diz que V. Exa. deveria ter feito há meses atrás aquilo que só fez a semana passada.

A resposta é esta na defesa da minha honra enquanto sindicalista.

Nesta Casa sou Deputado a tempo inteiro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Eu ao referir essa outra qualidade, sinceramente que nunca pensei que o magoasse!

Pela terceira ou quarta vez, eu já o fiz de outras vezes, e o Sr. Deputado nunca reagiu dessa forma!

Será que reage desta forma porque desta vez não gostou de eu usar a outra função que tem?

Sr. Deputado, eu julgo que para enfrentar os problemas reais, temos que ter serenidade, temos que ser calmos e julgo que isto não tem nada a ver com o "timing" da criação da escola. O "timing" da criação da escola é o "timing" que o Governo Regional entendeu correcto.

O diploma que foi aprovado é um decreto regulamentar regional, logo é da competência do Governo e este faz na altura que estão reunidas as condições adequadas. Faz na altura que achar que é oportuna.

Quando o Sr. Deputado me refere que existem ilegalidades no diploma, eu devo dizer-lhe...

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Não é no diploma!

O Orador: Não, o Sr. Deputado há pouco referiu que havia ilegalidades e que eu estava a cometer ilegalidades.

Sinceramente, ou eu percebi mal, mas eu estou plenamente em consciência tranquila de que lá não está nenhuma ilegalidade....

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Ilegalidades na colocação de pessoal docente!

O Orador: ... o diploma já foi assinado pelo Sr. Ministro da República e creio que já está a ser publicado.

Creio que não constam ilegalidades no diploma...

Deputado Francisco Sousa (PS): E na colocação do pessoal docente?

O Orador: ... e todo o processo subsequente que vamos desenvolver daqui por diante com a cooperação no diálogo sério e honesto com os sindicatos, vai ser feito da forma mais correcta, cabal e digna, até porque o grande objectivo é que não só seja feito com normalidade, mas que seja feito também indo em conta, tanto quanto possível, às expectativas dos trabalhadores, professores e do pessoal não docente do externato que até agora desempenharam um papel importante naquela comunidade escolar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco, quando fiz a minha intervenção, foi apenas no sentido de corrigir aquilo que o Sr. Deputado Francisco Sousa tinha referido.

De facto, não percebi a utilização da figura regimental defesa da honra que o Sr. Deputado empregou, embora o Sr. Presidente tenha-lhe dado a palavra, mas na minha opinião não havia necessidade disso, porque o que quis corrigir foi a afirmação que o Sr. Deputado fez, ou seja, que há 3 meses eu tinha aprovado uma escola EB2-3 + ensino artístico da Horta e o Sr. Deputado omitiu o S.

Foi nesse sentido que fiz a minha intervenção, está na gravação e esta minha intervenção tem única e exclusivamente essa finalidade, fazer uma correcção.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não há S nenhum. O Sr. não aprovou o S.

O Orador: Espero que com esta nova intervenção não tenha ferido a sua dignidade e a sua honra. Apenas quis fazer uma clarificação e pôr a verdade no seu lugar.

Apenas isto que queria referir, nada mais.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Homem de Gouveia.

Deputado Homem de Gouveia (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque vivemos numa época em que a informática pretende dominar o nosso quotidiano, em que uma qualquer avaliação, que antigamente demorava horas ou

mesmo dias, hoje tem como unidade de referência o segundo, é inaceitável, que somente no fim do mês de Maio, mais precisamente no passado dia 28, que o Instituto Nacional de Estatística torne público alguns dos indicadores relativos à mortalidade da criança respeitantes ao ano de 1995. E se não fosse já suficiente o atraso verificado, não pode deixar de ser digno de reparo o modo como o fez - o que aliás não é inédito dado que já o mesmo se verificou no ano transacto, isto é, através da comunicação social, pelo que os profissionais de saúde, incluindo os dos serviços centrais, foi desta maneira que deles tiveram conhecimento.

São procedimento ou caprichos, cuja razão nos ultrapassa, e que me dispense de tecer qualquer outro comentário.

No entanto, não posso deixar de me referir à maneira como vivi esse momento, ou seja, através de uma estação particular de televisão, em que o locutor se preocupou, uma vez mais, em apresentar os resultados fornecidos pelo I.N.E. pelo seu lado negativo, sem qualquer explicação complementar, denegrindo a imagem das Regiões Autónomas. Dada a frequência com que se verifica esta maneira de proceder, era de esperar que já nos tivéssemos habituado. Contudo continuamos a reagir com um sentimento de revolta dada a injustiça que o mesmo encerra.

Após esta breve introdução, passamos ao motivo da minha intervenção.

É ponto assente, que a taxa de mortalidade infantil é um parâmetro importante para avaliação, entre outros, dos níveis social, económico e sanitário de uma comunidade, pelo que é de esperar que como deputado e pediatra todos os anos tenha a preocupação de os apresentar e comentar nesta Assembleia tirando as ilações que julgo mais pertinentes.

Recordo que no ano passado, tive a oportunidade de realçar o facto desta taxa ter sido de 8,2 por mil nados vivos, destacando, especialmente, o facto de que para além do notório decréscimo verificado, ter passado a ser referenciada por um único dígito, razão pela qual nos aproximava dos países, ditos evoluídos, em especial os da União Europeia à qual pertencemos por direito próprio. Na mesma data, considerei que ao apresentarmos uma taxa alimentada principalmente pela patologia gerada durante a gravidez ou provocada por acidentes verificados a quando do trabalho de parto, tornava muito mais difícil mantermos o decréscimo continuado que se vinha

verificando, agravado ainda por passarmos a viver num universo em que se trabalha com um diminuto número de unidades, qualquer alteração que se verifique, tem uma maior repercussão nos resultados totais.

Um exemplo típico do que acabo de referir, é sem dúvida a taxa de natalidade, cuja evolução praticamente não depende dos técnicos de saúde, mas que influencia de modo significativo o cálculo de taxa de mortalidade infantil. Assim, e em relação ao ano anterior, esta foi de 8,9 por mil, portanto mais 7 décimos do que em 1994. No entanto, o número de óbitos infantis, que são os que contam para o seu cálculo foi, unicamente, superior a uma única unidade, isto é, passou de 30 para 31.

Daí que o agravamento verificado e já anteriormente referido, se deva, principalmente, à diminuição da natalidade dado que se verificaram menos 164 nascimentos.

Esta, é uma primeira análise que é possível fazer-se relativamente aos indicadores conhecidos, que embora sendo os mais importantes para a Região, são ainda insuficientes para um estudo comparativo com os restantes distritos nacionais.

De qualquer maneira, por esta análise podemos concluir que a política traçada pelo Plano Regional de Saúde na área da Saúde Materno-Infantil, continua a dar os resultados pretendidos, mal grado as manifestas dificuldades com que presentemente lutamos.

Nestas, salientamos o excessivo número de vagas ainda existente nos quadros de pessoal médico e de enfermagem de alguns centros de saúde - caso de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Angra do Heroísmo - e nos serviços de pediatria e obstetrícia dos 3 hospitais da Região. São problemas reais, cuja solução nos ultrapassa, pois dependem principalmente da definição e execução das carreiras destes profissionais.

Lamentavelmente, todas as tentativas levadas a efeito por iniciativa da Região, no sentido de resolver ou atenuar esta situação não suscitou qualquer resultado positivo da parte dos profissionais de saúde. Não esquecer, que problema idêntico, se verifica em muitos distritos continentais, sendo nossa convicção que apenas com uma revisão do actual sistema de saúde a nível nacional é que podemos ter esperanças de um dia esta situação caminhar para a normalidade.

A propósito, numa reportagem recente da nossa televisão referente a um debate levado a efeito na Assembleia da República sobre este tema, e em que intervieram antigos ministros da Saúde e a actual ministra, constatamos que cada qual defende princípios tão díspares para a resolução de tão cadente problema, que é com manifesto pessimismo que ficamos a aguardar a chegada do dia em que finalmente haja um consenso sobre esta matéria.

Reportando-me ainda à evolução da nossa taxa de mortalidade infantil verificada nos últimos anos, direi que a mesma se deve à notória melhoria do nível de vida da nossa população e ainda à estratégia executada em que tem havido a preocupação de privilegiarmos, muito especialmente, a vigilância da gravidez, à assistência ao parto e ao recém-nascido.

Para pôr em prática estes princípios, dadas as características geográficas da nossa Região, houve que adaptar princípios universalmente recomendados pela O.M.S., tarefa que só foi possível dado o nosso sistema autonómico. Caso contrário, penso que seria muito difícil executá-lo, pelo que a transferência para o Poder Central da administração do sector da Saúde defendida por alguns como meio para se ultrapassar o preocupante aumento dos seus custos, constitui um grave erro, que se traduziria por um retrocesso dos avanços até agora conseguidos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

A actual legislatura está a terminar e compete ao Povo que nos elegeu o julgamento da forma como defendemos os seus interesses.

Foram quatro anos que se passaram num ápice, mas foi tempo suficiente para se aprender algo, como por exemplo, que é difícil a um técnico que passou a sua vida absorvido com os problemas da sua profissão, situação que se agrava quando estão em jogo vidas humanas, a sua adaptação às exigências de uma carreira política não foi tarefa fácil.

No entanto, no desempenho das suas funções, procurou colocar acima de tudo os interesses do Cidadão, relegando para plano secundário o requinte de oratória ou o recurso a uma dialéctica nem sempre leal ou ainda a tudo que não fosse coincidente com aquele objectivo.

Assim foi a sua conduta traduzida nestas breves palavras.

Desculpem V. Ex.^{as} o tempo que lhes roubei com esta intervenção, mais longa do que em princípio desejava. Mas como foi em nome dos interesses desse Ser maravilhoso que o Criador um dia concebeu - a Criança Açoriana - à qual dediquei toda a minha vida profissional e continuarei a fazê-lo enquanto as forças não me faltarem, espero estar perdoado.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo regimental.

Peço aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos Srs. Deputados das Representações Parlamentares o favor de nos reunirmos na sala de conferência.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17.30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 18.20 horas)

Presidente: Vamos iniciar o Período da Ordem e lembro aos Srs. Deputados que o 2.º ponto da ordem foi retirado a pedido da Representação Parlamentar do Partido Popular, uma vez que entende que o assunto já está a ser discutido em Comissão, devendo seguir essa tramitação.

O primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos refere-se a o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução "Que recomenda ao Governo Regional que proceda de imediato às transferências orçamentais necessárias a dotar os serviços de saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização das contas com os diversos fornecedores"**, apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Popular.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular apresentou a Proposta de Resolução, cujo pedido de urgência e dispensa de exame em comissão aqui formulamos, na sequência de uma situação que veio a público e que na altura gerou tomadas de posição dos responsáveis da tutela.

Foram públicas as declarações do Sr. Director Regional da Saúde relativamente à denúncia por parte dos credores da administração regional na área da saúde de que os seus créditos ultrapassariam um milhão de contos.

A posição do Sr. Director Regional da Saúde foi o mais equívoca possível, admitindo por um lado as dívidas, mas deixando uma nota numa absoluta insegurança, na medida em que declarou mesmo não saber o que fazer perante a necessidade de ocorrer à satisfação de tais dívidas.

Posteriormente, o Secretário Regional da Tutela assumiu publicamente um papel algo semelhante ao seu Director Regional, isto é, deixando uma onda de insegurança junto dos credores da administração relativamente à capacidade do Governo Regional dotar dos meios necessários os orçamentos dos respectivos serviços hospitalares.

A matéria esteve aqui para ser analisada no último plenário, mas foi entendimento de que, atendendo ao conjunto de pedidos de dispensa de exame em comissão, esses diplomas deveriam baixar à análise em comissão para uma apreciação no presente plenário.

Nós concordámos com essa tramitação exactamente no entendimento de que o assunto era urgente, mas tudo o que viesse no sentido de clarificar o conteúdo dessa matéria podia ser útil e não haveria grande prejuízo dado que reuniríamos a 11 e 12 de Junho.

O facto de não fazermos parte dessa comissão, impede-nos de ter pormenores nesse domínio, mas o que é certo é que por razões alegadas no âmbito da comissão competente, não foi possível a mesma ouvir e obter elementos do Secretário Regional envolvido, os quais a comissão entendia por bem obter.

Sob o ponto de vista política o que nos interessa em primeiro lugar, uma vez que o assunto é urgente, é que não faz nenhum sentido que este Parlamento deixe de tomar posição sobre a matéria nesta sessão de Junho atirando o problema para Setembro, última sessão.

Em segundo lugar, não está aqui em causa para o Partido Popular fazer um levantamento exaustivo e rigoroso de quais as dívidas que na verdade a administração regional tem perante os armazenistas fornecedores de especialidades hospitalares ou, em pormenor, perante as farmácias desta Região ou inclusivamente perante os laboratórios desta Região.

Infelizmente, a situação atingiu uma dimensão que nos é irrelevante saber se são 700 mil, 1 milhão ou 1 milhão e 500 mil. Há responsáveis hospitalares que já estimaram valores superiores a 1 milhão e meio de contos.

Repetimos: isto em Sede de Assembleia Regional e para fins de aprovação de uma proposta de resolução, na nossa opinião, não é matéria essencial. O essencial, e está provado, é que a dívida da administração existe, é de montantes preocupantes e já afecta o tecido comercial fornecedor da administração regional.

Há empresas nesta Região que, normalmente, seriam empresas saudáveis, viáveis e de êxito e estão passando por dificuldades financeiras devido aos atrasos sistemáticos da administração regional no sector da saúde. Para nós, isto é importante.

Para nós o que é importante é o facto de o Governo Regional não ter uma resposta, um plano assumido de pagamentos a esses fornecedores. Isto é que é importante e grave.

Para nós, o que não pode acontecer é esta matéria continuar indefinida, o que não pode acontecer é este Parlamento deixar de se pronunciar objectivamente sobre isso.

A forma que este Parlamento tem de o fazer, é uma forma política, é uma forma de recomendação e foi por isso que o Partido Popular propõe que esta Assembleia recomende ao Governo Regional que proceda de imediato às transferências orçamentais necessárias a dotar os serviços de saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização das contas com os diversos fornecedores.

Não há proposta mais inofensiva sobre o ponto de vista prático, mas julgamos que não há proposta mais adequada sob o ponto de vista político que não seja esta.

Se se deve tem que se pagar!

A administração regional e os órgãos da Região já passaram por uma situação que todos nós queremos afastar do nosso horizonte e da nossa memória.

O que aconteceu em 1992 com a autonomia e com a administração regional, não se pode repetir.

Este Governo tem que fazer a engenharia orçamental que for necessária para ocorrer à satisfação desses compromissos. Não podemos deixar os fornecedores da administração regional sem resposta.

Não podemos sair desta Assembleia de mãos vazias politicamente e chegar junto dos nossos concidadãos e eles perguntarem o que é que a Assembleia pensa sobre essa matéria? O que é que a Assembleia resolveu?

A Assembleia não pode resolver nada sobre essa matéria.

Ademais, temos na própria sessão de hoje uma proposta de alteração orçamental, na qual não vi os mecanismos eventualmente necessários para dotar a Secretaria ou os serviços de meios financeiros.

Será que não é necessário passar por esta Assembleia qualquer alteração financeira para que o sector da saúde e os serviços hospitalares satisfaçam as suas obrigações?

Ótimo, se não está aqui presente é porque não é necessário. Então o Governo tem mecanismos internos, tem transferências internas, portanto, tem possibilidades de dotar os centros de saúde e os hospitais regionais dos meios necessários para efectuar os pagamentos. Então, a Assembleia que recomende ao Governo que faça as transferências e que pague.

É essa a preocupação do Partido Popular, é essa a forma que nós entendemos que politicamente o assunto deve ser tratado.

Se a Assembleia assim o fizer, nós achamos que está cumprida a nossa função de fiscalização e de acompanhamento da acção do Governo. É para isso que cá estamos.

Não estamos a fazer votos de censura ao Governo nem estamos criticando de forma caustica. Estamos na hora certa e no momento certo a dar uma recomendação política, ou seja, que pague. Se o Governo não pagou até agora fez mal.

É isso que nós queremos dizer e vamos lutar para que esta Assembleia resolva hoje, favoravelmente, este assunto para dignificação dos órgãos de Governo próprio, para credibilidade do próprio Governo Regional e de todos nós.

Isto não pode continuar a acontecer como está acontecendo até aqui. Já o disse publicamente e volto a repetir: o Governo com atitudes dessas dá um mau exemplo aos cidadãos e às famílias dos Açores.

Este Governo não pode ter marca de caloteiro. Os Governos Regionais anteriores, alguns já a tiveram.

Felizmente que a situação para a Região foi resolvida. Este Governo, pela voz do seu titular das finanças perante nós, tem insistido na necessidade de credibilidade do Governo.

Este Governo está preocupado em cumprir com os seus compromisso relativamente à iniciativa privada. Este Governo tem que dar o exemplo.

De que serve termos projectos, anunciarmos incentivos ao investimento, anunciarmos apoio às empresas, anunciarmos projectos de verificação para melhorar a situação financeira de algumas empresas quando algumas dessas empresas são credoras do Governo Regional?

Algumas dessas empresas não precisam da esmola do Governo Regional para lhes bonificar juros através do APER. O que eles precisam é que o Governo Regional lhes pague aquilo que lhes deve e o Governo ao pagar aquilo que lhes deve não precisa de utilizar esquemas de favor.

É por essas e por outras que não entendemos porque este Parlamento, que é um órgão de bem e as pessoas que nele se sentam também são pessoas de bem, quer as que estão no Governo quer as que estão no lado da Assembleia, quer as que estão na oposição quer as que estão a apoiar o Governo, não tome uma medida que é própria de gente de bem.

Essa medida na nossa óptica é recomendar ao Governo que pague o que deve e que faça as transferências que forem necessárias.

É por esta razão que introduzimos o processo de urgência e dispensa de exame em Comissão para que esta Assembleia resolva hoje o que deve resolver nesse domínio.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente o que estamos a discutir neste momento, é o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão desta proposta de resolução que visa o pagamento das dívidas do sector da saúde.

Abstenho-me de fundamentar a proposta uma vez que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acabou de o fazer e na minha óptica perfeitamente bem.

O que estamos a discutir efectivamente é a urgência.

O Partido Socialista vai aprovar este pedido de urgência e fá-lo de uma forma consciente, porque embora sejamos defensores que todos os assuntos devem baixar às comissões e devem ser aprofundados em trabalho de comissão, pensamos que sobre essa matéria houve possibilidades desse trabalho ser feito, o que não aconteceu por razões que de uma forma mais ou menos rápida vou passar a enunciar:

A Comissão de Juventude e Assuntos Sociais reuniu no dia 24 de Maio passado, no último plenário. Por dificuldades de calendário resolvemos reunir naquele dia e apreciar todos os diplomas que estavam pendentes na Comissão e que estavam em condições de subir a plenário e hoje estamos aqui a trabalhar.

Acontece que nessa altura já não foi possível ouvir o Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social porque ele já se tinha ausentado da Horta, mas a comissão deliberou oficiar o Sr. Secretário para que fornecesse os elementos que a Comissão considerava necessários para poder apreciar a presente proposta de resolução.

Efectivamente, assim aconteceu. O Sr. Presidente da Comissão imediatamente a seguir ao plenário, no dia 29 de Maio, enviou uma carta ao Sr. Secretário pedindo uma relação discriminada das dívidas dos hospitais e centros de saúde aos seus fornecedores.

Até a esta data, o Sr. Secretário não deu qualquer resposta a este pedido e não nos parece que teria sido difícil dar essa resposta.

Também fomos informados pelo Presidente da Comissão que moveu algumas diligências junto do Sr. Secretário para que ele pudesse ir à reunião da Comissão que se realizou ontem para uma vez mais tentássemos esclarecer esse assunto e subisse ao plenário. Uma vez mais o Sr. Secretário mostrou-se indisponível com o argumento

que andava a acompanhar o Sr. Ministro da Solidariedade que está de visita aos Açores.

Na nossa opinião, o Sr. Secretário ao não responder à carta enviada pela Comissão, ao não se disponibilizar para ir ontem à mesma e ainda ao possibilitar que esse assunto fosse relatado, fosse objecto de parecer, contribuiu e inviabilizou, na prática, que este assunto pudesse ter sido agendado hoje como um processo normal e tivesse todas as informações disponíveis para ser analisado.

Nós pensamos e reafirmamos que este assunto tinha sido possível ser discutido aqui hoje com todas as informações, mas não aconteceu, na nossa opinião, por culpa exclusiva do Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social.

O Sr. Secretário poderia estar hoje presente na discussão deste pedido de urgência e ao aprovarmos, na discussão que se seguiria poderiam ser dados todos os esclarecimentos e eventualmente poderia ser aprovado, mas o Sr. Secretário sabendo que esse assunto estava agendado, porque teve conhecimento através do seu grupo parlamentar, mesmo assim preferiu acompanhar o Sr. Ministro da Solidariedade para o Pico - num dia de visita particular, não constava no calendário oficial - e não quis vir a esta Assembleia prestar os esclarecimentos que eram devidos.

Mais grave que isso Srs. Deputados, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez há pouco algumas referências a declarações do Sr. Secretário Regional e do Sr. Director Regional sobre essa matéria.

Eu tive conhecimento que o Sr. Director Regional da Saúde disse a um órgão de comunicação social (eu ouvi na RDP), que este assunto estava a ser estudado pelo Governo, estavam a ser equacionados vários cenários e que dentro de uma semana pensava ter a solução para esse problema e até deu a entender que seria uma das hipóteses possíveis para a solicitação do jornalista foi a contracção de um empréstimo de 2 milhões de contos junto do BCA para satisfação dessa dívidas. Repito, 2 milhões de contos, porque o Sr. Deputado na sua resolução falava de 1 milhão de contos.

Nós tínhamos conhecimento que era muito mais e efectivamente pela boca do Sr. Director Regional da Saúde já foi confirmado aquilo que outros responsáveis de unidades de saúde desta Região já tinham afirmado, ou seja, a dívida neste momento dos hospitais e das unidades de saúde aos seus fornecedores já atingiu os 2 milhões

de contos. O Grupo Parlamentar do PSD já sabe dessas declarações do Sr. Director Regional e também sabe que o problema está a ser equacionado, estão a ser estudados vários cenários e que este assunto, a querer na boa fé e na veracidade das declarações do Sr. Director Regional, vai ser resolvido daqui a uma semana.

O que o Sr. Secretário Regional fez e está a fazer foi impossibilitar, ou impedir, que esta Assembleia discutisse este assunto, apostando na sua resolução daqui a alguns dias. Tentou escapar à censura política — não era bem uma censura era uma recomendação — para que na passagem desse assunto nesta Assembleia ele pudesse ser discutido, pudesse ser levado ao conhecimento do grande público e das pessoas interessadas, mas passasse despercebido e quando se quisesse voltar a ele, ele já estava resolvido. Isso politicamente é incorrecto.

A nós não nos parece que seja uma postura correcta e foi contra ela que nos opusemos em sede própria e é contra ela que nos opomos neste momento.

O Partido Socialista vai votar favoravelmente este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão e fá-lo em consciência sem ter dificuldade de justificar.

É pena o Sr. Secretário não estar presente porque gostaríamos de fazer algumas perguntas. Gostaríamos de saber porque é que isso acontece e porque é que isso vem acontecendo ano após ano. Esta questão não é nova, não é uma questão deste ano e como prova disso tenho um requerimento feito precisamente por mim há um ano — foi feito no mês de Junho de 1995 — em que fazia uma série de perguntas ao Governo sobre esse mesmo problema.

Essa questão não é uma questão nova.

Se virmos bem, os orçamentos do Serviço Regional de Saúde, têm aumentado todos os anos. De 83 para 84 aumentaram 10%, de 84 para 85 aumentaram 6,5% e de 85 para 86 verificou-se um aumento maior, cerca de 14%.

Se os orçamentos aumentam, tudo leva a crer que havia de haver disponibilidade, havia de haver dinheiro para pagar os fornecedores. No meio de tudo isto, existem muitas nublosas, existem muitos pontos escuros e muitas coisas por esclarecer.

Eu tenho aqui o orçamento do Serviço Regional de Saúde para o ano de 95/96. Os encargos correntes da dívida em 95, eram cerca de 30 mil 675 contos e este ano esses encargos com a dívida já passaram para 238 mil contos, isto de um ano para o outro.

Nas despesas de capital, os passivos financeiros são 2 milhões 800 mil contos, ou seja, os cerca de 3 milhões que o Serviço Regional de Saúde aumentou do ano de 95 para 96, tudo levava a crer que era para satisfazer compromissos com os fornecedores, está a ser completamente absorvido por encargos caseiros, por dívidas do Serviço Regional de Saúde. Está é que é a realidade e nós precisávamos que o Sr. Secretário estivesse aqui para nos esclarecer essas situações.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Mesmo que o Sr. Secretário estivesse aqui não podia esclarecer.

O Orador: Ó Sr. Deputado, se o Sr. quer esclarecer esclareça!

O Sr. Secretário pode esclarecer porque ele sabe de onde é que derivam essas dívidas. O que é um facto é que a rubrica de aquisição de bens e serviços correntes, essa mantém-se praticamente inalterável de ano para ano. Aliás, de 95 para 96 baixou o que não deixa de ser curioso. Se uma verba de 95 para 96 baixa e se os preços aumentam não há nenhuma dificuldade em perceber que o Governo tenha cada vez mais dificuldades em pagar aos seus fornecedores e que tenha dívidas.

Era para estas e muitas outras questões que nós gostaríamos de ter aqui o Sr. Secretário para nos dar resposta.

Ele não está e na nossa opinião não está porque não quer e por aquilo que acabei de referir aqui, ou seja, está a apostar na resolução deste problema sem ele passar pelo Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes demais impõe-se complementar alguns esclarecimentos que foram dados pelo Sr. Deputado Fernando Fonte acerca do trabalho da Comissão.

Tudo o que foi aqui foi citado está correctíssimo, só que o Sr. Deputado não complementou as razões pelas quais o Sr. Secretário esteve ausente.

Nós fizemos uma diligência por escrito, mas o Sr. Secretário teve que se ausentar na semana seguinte para participar nas Jornadas Médicas que se realizaram no Arquipélago da Madeira, as quais já estavam programadas há muito tempo. São umas

jornadas que todos nós nos orgulhamos delas e que o Sr. Secretário, como é hábito, participa.

Na semana posterior, por sua iniciativa, o Sr. Ministro da Solidariedade Social decidiu visitar os Açores, o que achamos muito bem. Como sempre fizemos no passado e como sempre o Governo fez com membros do Governo da República, o Sr. Secretário acompanhou o Sr. Ministro nas suas deslocações.

Para não sermos acusados nesta Casa que os Ministros do PSD eram muito mais bem tratados que os Ministros do PS, nós consideramos e achamos muito bem que o Dr. António Menezes esteja a acompanhar o Sr. Ministro da Solidariedade mesmo que ele esteja em viagem de férias.

Nós consideramos que o Sr. Ministro merece o acompanhamento do Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social.

Assim sendo, penso que esta questão está esclarecida complemento apenas que nós estamos aqui a discutir o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão e como os Srs. Deputados sabem, os Srs. membros do Governo não podem intervir porque o nosso regimento não o permite.

Deputado Fernando Fonte (PS): Mas pode intervir a seguir à votação.

O Orador: Nem a seguir ele pode intervir — já fica claro qual a posição do Grupo Parlamentar do PSD — porque não iremos viabilizar este pedido de urgência usando a vossa argumentação. Os Srs. dizem que a Assembleia não pode resolver nada, dizem que é necessário dignificar a Assembleia e o Sr. Deputado Fernando Fonte diz que é necessário aprofundar todas essas questões.

Se isso é matéria que para ser aprofundada é necessário contar com a participação do titular da pasta da saúde, seria impossível e incorrecto esta Assembleia pronunciar-se sem a disponibilidade desses elementos.

Nós comprovámos nas duas intervenções que foram feitas que enquanto o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro a certa altura falou primeiro em cerca de 800 mil contos e depois falou em 1 milhão e meio, o Sr. Deputado Fernando Fonte em seguida vem falar em 2 milhões de contos.

O Sr. Director Regional não responde pela Secretaria e vai continuar a não responder. Quem responde politicamente pela Secretaria é o Sr. Presidente do Governo ou o Sr.

Secretário e como tal está provado que nós não temos os elementos disponíveis para com responsabilidade e com aquela postura que sempre marcou o Grupo Parlamentar do PSD, venham as propostas de onde vierem, tentarmos aprofundar as questões.

Nós convocámos os membros do Governo para nos receberem, mas não foi possível e essa urgência só se justifica porque estamos em ano de eleições. Caso contrário ela esperava até Setembro como muitas outras.

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD quero reafirmar que nós votamos o processo de urgência e dispensa de exame em Comissão favoravelmente porque consideramos que não estão reunidas as condições que nos permitem em consciência votar favoravelmente.

Sendo assim, nós vamos rejeitar o pedido de urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, nós pensamos que este processo tem sido mal conduzido, com responsabilidades para várias entidades e não só para o Governo Regional, se bem que o grande culpado de toda esta confusão é o Secretário Regional, mas vou procurar explicar o que acabo de dizer.

Eu vou votar esta urgência, mas já a poderia ter votado há uma semana quando o plenário aqui esteve reunido.

Se esta urgência tivesse vindo na última vez que nós estivemos aqui reunidos, a comissão teria que, obrigatoriamente de acordo com o artigo 162.º nosso regimento, dar o seu parecer dentro de 5 dias. É isso que o Regimento obriga.

Em meu ver o erro está pelo facto do proponente não ter apresentado na última sessão essa urgência e nesse caso teria que haver e havia a obrigação por parte da comissão de encontrar espaço para que o Secretário Regional tivesse sido ouvido.

Infelizmente isto não mereceu há 15 dias a tramitação urgente e a comissão não conseguiu que o Sr. Secretário Regional viesse à comissão.

Nós, Partido Comunista Português, consideramos que o Sr. Secretário Regional não veio à comissão porque não quis vir, não quis responder e interessa-lhe muito mais ir para a comunicação social dizer duas ou três coisas ou mandar o Sr. Director

Regional dizer outras tantas coisas e depois aparecer como o salvador disto tudo, despoletando e fazendo aparecer verbas ou outro modo qualquer para resolver a situação.

Esta situação já se arrasta há muito tempo. Se a memória não me falha já há três anos que nós falamos das dívidas dos Centros de Saúde e dos Hospitais e falamos nelas porque há interessados que dizem que não pagam e há responsáveis por esses departamentos que dizem que não têm dinheiro para pagar.

É do conhecimento público que há Centros de Saúde e Hospitais que há 10 meses não pagam aos fornecedores e dizem que o orçamento que recebem quando o orçamento regional é aprovado e quando se efectua a transferência de verbas é praticamente para pagar dívidas já efectuadas.

Todos nós sabemos e já foi aqui referido que embora os orçamentos da saúde tenham subido, uma grande parte desses orçamentos correspondem a encargos financeiros e o orçamento da saúde no que diz respeito a despesas correntes, a subida tem correspondido ao pagamento dos vencimentos dos funcionários.

Se a grande maioria dessas despesas ou uma parte substancial delas são despesas correntes, se as despesas correntes só sobem o quantitativo necessário para pagar os vencimentos, é natural que de ano para ano a dívida se vá avolumando. Isto é normal, basta fazer contas, basta trabalhar com orçamentos públicos.

Esta é uma realidade que não pode ser negada e não é com um empréstimo qualquer a curto prazo, como se costuma dizer, que se vai resolver a situação. Este é um problema de fundo de falta de provimento no orçamento.

Com isto quero dizer que esta matéria é urgente e da nossa parte vai receber aprovação, mas é deveria ser aprofundada na comissão e o Sr. Secretário Regional tinha a obrigação moral, para não referirmos a política, de ter procurado por todos os meios, ou através da sua presença física ou através dos documentos necessários, esclarecer a comissão em relação a esta matéria.

Não o fez porque não o quis fazer. Esta é a nossa postura.

O Sr. Secretário tinha uma outra oportunidade, ou seja, nós aprovámos esta urgência e o Sr. Secretário na sua bancada esclarecia-nos, mas isto também não sucedeu.

O Sr. Deputado do PSD diz que o Sr. Secretário encontra-se a acompanhar o Sr. Ministro, mas ainda há pouco os Srs. Deputados do Partido Socialista disseram em vos "off" que afinal o Sr. Ministro, neste momento, não se encontra com o Sr. Secretário.

Afinal em que é que ficamos? O Sr. Ministro e o Sr. Secretário estão no Pico ou o Sr. Secretário não se encontra aqui porque não quer?

Na nossa opinião, esta situação tinha todo o interesse em ser esclarecida e fundamentalmente interesse político, porque se o Sr. Secretário neste momento não está com o Sr. Ministro, ele não está nesta Casa porque não quer estar, não quer esclarecer esta Câmara daquilo que tem o dever de esclarecer.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Mesmo que o Sr. Secretário estivesse aqui, ele não podia esclarecer.

O Orador: Volto a repetir porque parece que há ali um Sr. Deputado na bancada do PSD que ouve mal:

Se os Srs. Deputados quisessem votar esta urgência e se o Sr. Secretário estivesse aqui ele podia esclarecer, porque a seguir à urgência, de acordo com aquilo que ficou decidido, iríamos abordar o tema.

O Sr. Secretário não está porque não quer estar, V. Exas. votam contra porque não querem este assunto esclarecido.

O Sr. Deputado Rui Melo, há pouco, disse que é um problema eleitoralista. O Sr. quer maior eleitoralista do que é os Srs. votarem contra este diploma para não o verem esclarecido? Esta é a realidade Sr. Deputado, o eleitoralismo está em V. Exas.. V. Exas. não querem, como todos nós sabemos, confessar perante os Açores que os nossos centros de saúde e hospitais estão com dívidas de quase um ano.

É lamentável que estejam, mas esta é a realidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Rui Melo na sequência da sua intervenção.

Em primeiro lugar, se o Sr. Secretário foi para as Jornadas Atlânticas na Madeira, julgo que isso não é desculpa para nos fornecer os elementos pedidos pela Comissão.

Não passou pela cabeça de nenhum dos Srs. Deputados deste Parlamento que o Sr. Secretário é que ia apurar as dívidas de cada uma das unidades de saúde aos seus fornecedores. O Sr. Secretário tem um gabinete, tem um secretário técnico, tem pessoas que o apoiam, tem um director regional da saúde e possivelmente o que teria que fazer era dar instruções para que as diversas unidades de saúde (hospitais e centros de saúde), respondessem num prazo de uma semana quais eram as suas dívidas.

Parece-me que não há nenhum centro de saúde ou hospital desta Região que não seja capaz de em poucas horas dar essa relação discriminada ao Sr. Secretário ou há secretaria. Se tal acontecesse seria muito mais irresponsabilidade da parte dessas unidades de saúde, isto é, estão a dever a fornecedores há mais de 10 meses e nalguns casos há um ano e não sabem quanto é que devem.

O facto do Sr. Secretário estar na Madeira não era impeditivo para mandar recolher esses elementos e enviá-los à comissão.

Quanto a este ponto, estamos esclarecidos.

Quanto à questão que o Sr. Deputado Paulo Valadão diz que ouviu em voz "off", agora, vai ouvi-la em voz "on".

Deputado Mark Marques (PSD): Voz "in".

O Orador: Fui informado por testemunhas oculares que o Sr. Secretário que deveria estar junto com o Sr. Ministro da Solidariedade embarcou para a Terceira no mesmo voo que embarcaram outras pessoas que fazem parte deste Parlamento.

O Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social não acompanhou o Sr. Ministro da Solidariedade como quis fazer crer o Sr. Deputado como sendo um hábito, era de bom tom e deveria acontecer. Não aconteceu, esse seu argumento cai por terra.

O Sr. Secretária poderia estar hoje aqui, mas não está porque não quer.

Quanto à questão do aprofundamento na comissão desses elementos e das dúvidas que eu aqui levantei, essas são questões adicionais que terei outras oportunidades para as aprofundar.

Para aprovarmos uma resolução a dizer que o Governo deve pagar a quem deve há mais de um ano cerca de 2 milhões de contos, não precisamos aprofundar qual a dívida ou qual o passivo financeiro. Isso eu posso fazer noutra altura.

Mas para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e os Srs. se entendessem, recomendar ao Governo para pagar as dívidas a quem deve não era preciso saber esses pormenores todos. Bastava ter vontade política de fazer essa recomendação ao Governo.

E digo mais: os Srs. só tinham a ganhar se tivessem admitido com frontalidade essas dívidas, se tivessem declarado não perdiam nada com isso, porque o povo açoriano está habituado a reconhecer as pessoas sérias e quando uma pessoa está a dever, se admite que deve, os açorianos são capazes de esperar desde o momento que lhes garantem que lhes vão pagar. Foi isso que os Srs. não quiseram assumir, mas se assumissem só lhes ficava bem.

Quanto à questão dos dois milhões contos, não fui eu que anunciei esses números.

No debate produzido no programa da RDP "Caso a Caso", transmitido no último sábado, esteve presente o Director do Hospital da Horta, a Directora do Hospital de Ponta Delgada, o Director do Centro de Saúde do Hospital de Ponta Delgada e um outro Sr. director de outro centro de saúde que neste momento não me recordo qual é, e pela primeira vez, todos eles admitiram que as dívidas das unidades de saúde a fornecedores eram cerca de dois milhões de contos.

O Sr. Director Regional há três dias, também numa entrevista à RDP, admitiu que a dívida eram dois milhões de contos.

Não é o Deputado Fernando Fonte, nem o Partido Socialista, nem o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que vêm aqui trazer números desconexos. É a própria administração que já admitiu os números que aqui revelei. Os números não são meus, são da administração.

Por último e para terminar Sr. Deputado, V. Exa. diz que nós só votamos esse pedido de urgência porque estamos em época eleitoral.

Eu digo-vos com alguma mágoa que os Srs. só chumbam essa urgência porque estão em época eleitoral.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira intervenção que fizemos e onde fundamentámos o nosso pedido e razão de ser de solicitarmos à Assembleia que se pronunciasse hoje sobre essa matéria, julgamos que foi esclarecedora e o que se passou depois disso aqui, reflecte bem a razão da iniciativa, da urgência e os complementos que inclusivamente foram feitos aqui pelos Deputados Fernando Fonte e Paulo Valadão.

As observações que o Deputado Rui Melo aqui trouxe, com o devido respeito, não são convincente, porque se houve nesse domínio boa fé da nossa parte (julgo que ela foi evidente e houve aqui uma observação feita pelo Sr. Deputado Paulo Valadão que tem perfeito cabimento), regimentalmente nesses domínio houve uma falha do partido Popular, isto é, o Partido Popular não acautelou aquilo que foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Valadão em que envolvia a obrigatoriedade da comissão tratar essa matéria com processo de urgência.

Eu referi na tribuna que nós confiamos plenamente no empenho da comissão competente desta Assembleia em preparar o relatório para estar presente neste Parlamento. Nós confiámos e só por isso é que hoje colocamos o problema da dispensa de exame em comissão, porque a comissão não apresentou o relatório.

Os argumentos que aqui foram dados, julgo que também já foram desmontados pelos deputados que aqui intervieram.

Lembro que esta Proposta de Resolução do partido Popular é conhecida desde o dia 21 de Maio. Já estão decorridos 23 dias, portanto o assunto não é surpresa e já é vivo na sociedade açoriana, nomeadamente nas semanas que o antecederam.

O Sr. Secretário Regional com a atitude que aqui já foi descrita por todos, não actuou correctamente para bem desta Assembleia.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse porque o seu tempo esgotou-se.

O Orador: Ter-se-á esgotado, Sr. Presidente?

Esta é a minha primeira intervenção depois de ter apresentado o pedido de urgência. Como cabe uma intervenção a cada grupo parlamentar....

Presidente: Esta é a sua segunda intervenção.

De acordo com o nosso Regimento o pedido de urgência é discutido por um representante de cada partido num período de 15 minutos e eu dei-lhe o privilégio de ser o primeiro para apresentar o pedido de urgência.

O Orador: Obrigado pela interpretação, Sr. Presidente. Termino já.

isto quero significar que foi utilizado por parte do Governo o pior dos estratagemas para se furtar esta discussão, ou seja, o estratagema de fugir.

O Governo utilizou a fuga para evitar esta discussão.

O Grupo Parlamentar do PSD utilizou a força dos seus votos para manter esta matéria na Comissão.

Essa postura que assumiu marca a atitude do grupo, mas permitam-me que o diga, marca negativamente.

O Grupo Parlamentar do PSD sabe que tira eficácia temporal a esta iniciativa remetendo a sua discussão para Setembro. Foi isso que pensou, que ia retirar eficácia, mas não retirou porque ela ficou traduzida no debate que aqui se fez.

Não traduziu o instrumento político, ou seja, que o Governo devia sair daqui com essa recomendação, mas na prática o Governo vai esforçar-se certamente por levar por diante essa recomendação do Grupo Parlamentar do PSD que mereceu aqui o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e da Representação Parlamentar do Partido Comunista e estamos certos das pessoas de bom senso e daqueles que honram o princípio de que a administração deve dar o exemplo aos cidadãos, coisa que esta não dá.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Continua aberta a discussão sobre este Pedido de Urgência.

Não havendo intervenções vamos votar.

O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para uma segunda intervenção, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, eu já tinha posto à votação o diploma.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, o Sr. estava a anunciar...

Presidente: Sr. Deputado, eu peço imensa desculpa, eu fui claro. Anunciei que continuava aberta discussão do diploma, como ninguém se inscreveu eu pus à votação.

Peço imensa desculpa aos Srs. Deputados, mas tenho que cumprir o Regimento. Esta é a minha interpretação e foi assim que procedi.

Srs. Deputados, vamos votar o diploma conforme já tinha anunciado.

Os Srs. Deputados que concordam com o Pedido de Urgência, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi rejeitado com 25 votos contra do PSD, 14 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PP e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora consegui ser suficientemente rápido para poder usar da palavra. Todos nós tentamos ser os últimos a falar e sei que os Srs. vão falar depois de mim.

O Partido Social Democrata votou contra este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, porque as vossas aporções não foram convincente para podermos votar favoravelmente.

Esta Proposta de Resolução vem recomendar ao Governo que ele faça as transferências orçamentais necessárias a dotar os serviços de saúde de meios de pagamento.

O Governo está ciente dessa responsabilidade.

Nós não temos necessidade de estar a recomendar uma coisa que decorre da actividade, do exercício e do que é exigível ao Governo Regional.

No entanto, nós vamos trazer a esta Casa na próxima sessão legislativa do mês de Setembro um documento com toda a informação possível, que solicitámos atempadamente, para podermos aprofundar e fazer aquilo que é exigível a esta Assembleia, ou seja, fiscalização e acompanhamento da acção do Governo. Esta é que é uma postura séria de pessoas de bem.

Quando tivermos em nosso poder todos esses elementos temos de decidir o que é que devemos fazer sobre essa Proposta de Resolução.

Termino reafirmando que o PSD não viabilizou o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão por não estar na posse de todos os elementos que lhe permitisse, em consciência, votar favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular já suspeitava, mas agora ficou ciente, da total conivência existente entre os deputados do PSD e a atitude do Governo.

O Governo não cumpre, desacredita-se e os Deputados do PSD estão perfeitamente coniventes com essa postura.

Como ainda há pouco foi dito, isso decorre da actividade normal do Governo.

Aquilo que admitíamos que fosse uma situação pontual e excepcional, parece que há quem sabe mais do que nós e atribui isso a uma actividade normal e permanente do Governo. Já não choca a uma parte desta Assembleia saber e ter consciência de que este Governo entrou novamente em derrapagem financeira, saber que este Governo não controla as suas dívidas a um sector tão importante da administração como é o sector da saúde.

Estão muito preocupados em vir a apurar, num eventual relatório daqui a três meses, o número da factura ou os roles das facturas de montante exacto das dívidas. talvez nem isso sejam capazes de o fazer, porque talvez o grande escândalo político que envolveu essa postura da Secretaria Regional da Segurança Social foi não saber quanto deve e a quem deve. Talvez esta seja uma das conclusões a tirar deste debate, porque para além de um escândalo financeiro há também aqui um escândalo político que é o da conivência.

Mal vai esta Região quando um grupo da maioria serve para suportar um Governo incobrinde-o nestas matéria. Nós sempre pensámos que era bem mais fácil chamar a atenção do Governo e no fundo fazer o nosso papel, ou seja, fiscalizá-lo e recomendar acções no momento em que ele precisa e em que se detecta as irregularidades. Isto são irregularidades de pagamento. As datas foram aqui

enunciadas, desde Setembro que os Governo não paga aos armazenistas de especialidades farmacêuticas hospitalares.

A mesma situação é conhecida em relação às farmácias. Sabe-se os meses e nalguns casos até os concelhos e a diferença que existe inclusivamente de concelho para concelho em relação a essas dívidas.

A situação é escandalosa e o Grupo Parlamentar o PSD permitiu que esse escândalo se mantenha.

Os nosso votos é que apesar do Governo não ter uma recomendação formal ao menos assumido aqui a recomendação oral que resultou da proposta apresentada pelo Partido Popular, dos testemunhos e dos votos aqui apresentados pelos restantes partidos da oposição.

Presidente: Passemos à discussão do ponto dois que se refere à **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Sistema de apoio excepcional a conceder aos clubes desportivos"**.

Informo os Srs. Deputados que o Grupo Parlamentar do PSD assume a proposta da Comissão.

Está presente uma proposta de aditamento ao artigo 3.º e uma proposta de alteração para o artigo 6.º subscrita por vários grupos parlamentares.

O Partido Comunista Português apresenta uma proposta de alteração para o artigo 1.º. Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para apresentar o diploma.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não maçarei os Srs. Deputados em relação à apresentação do diploma uma vez que ele foi objecto da vossa apreciação.

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que aqui está em apreciação, resultou de um trabalho de apreciação deste dossier com o máximo de cuidado, de abertura e num espírito de diálogo que corresponde à informação que temos de uma situação complexa dos clubes desportivos na Região, nomeadamente aqueles que participaram em campeonatos nacionais, e aponta fundamentalmente para um sentido de

responsabilidade por parte dos clubes, tendo depois um carácter normalizador, disciplinador e de apoio indiscutível através da assunção de encargos com os juros no montante global de 90% dos empréstimos que vierem a ser contraídos.

Agradeço a vossa atenção.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquando da discussão do diploma....

Fot 3

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Penso que valerá a pena fazer algumas considerações sobre o documento que estamos a apreciar.

Essas considerações têm a ver com aquilo que se pretende, porque às vezes poderá ficar a ideia de que com este diploma ficarão resolvidos todos os problemas dos grupos desportivos que participam nas competições nacionais ou então de que o diploma é uma letra de forma sem qualquer consequência.

Na nossa opinião, não está em causa nem um aspecto nem outro.

Em primeiro lugar, o objectivo deste diploma apenas visa contemplar aquelas equipas que participam nas competições nacionais. Nós pensamos que o seu âmbito é muito restrito e nós já afirmámos e fizemos este debate aquando a sua discussão na comissão.

Nós pensamos que não são apenas as equipas que participam nas competições nacionais que podem ter problemas financeiros. Do mesmo modo que há equipas que participam nos nacionais e que têm esses problemas financeiros, também existem por toda esta Região clubes desportivos que têm equipas nas competições regionais com esses mesmos problemas.

É evidente que os problemas financeiros das equipas que participam nos nacionais não são iguais aos problemas financeiros das equipas que participam nos regionais.

É do conhecimento geral que as equipas que participam nos nacionais têm problemas financeiros muito mais volumosos, infinitamente muito mais volumosos, do que aquelas que participam nos regionais.

Nós pensamos que é injusto que se dê determinados apoios àquelas equipas que participam nos nacionais e que equipas que têm encargos e problemas muito menos volumosos, pelo facto de participarem nas competições regionais, não possam beneficiar destes mesmos apoios.

Porque razão o Sporting Club da Horta vai ter estes apoios e o Atlético e o Fayal não têm se têm problemas?

Isto passa-se na cidade da Horta.

Da parte do PCP isto é perfeitamente injusto.

Na nossa opinião, os apoios que aqui estão contemplados e que nós consideramos justos, devem ser dados a todas as equipas que têm actividade desportiva, que participam nos regionais e que pelo facto de terem essa actividade têm problemas financeiros.

De acordo com o diploma há um controlo que nós temos que reconhecer como válido e um dos aspectos que consideramos positivos é que apenas vão ser contempladas as dívidas contraídas pelos clubes decorrentes da sua actividade desportiva, isto de acordo com o artigo 6.º.

Na nossa opinião, esta é uma limitação que consideramos positiva e que irá limitar muitos aspectos que têm a ver com outras dívidas que pudessem ser feitas e que nada têm a ver com a actividade desportiva. Este é um aspecto positivo que limita, mas há outros aspectos limitativos.

Com este diploma não pretendemos que se paguem todas as dívidas dos clubes. Nós concordamos com aquilo que aqui está, porque apenas se irá procurar contemplar os clubes em relação aos juros das dívidas, mas ainda há uma outra exigência, isto é, exige-se um saneamento financeiro. Quem não tiver saneamento financeiro não vai ser contemplado.

Estes limites que aqui estão e que consideramos positivos, permitiriam e permitem que isto pudesse abarcar não só as equipas que participam nos nacionais, mas também as equipas que participam nos regionais.

Todos nós sabemos que existem algumas das nossas instituições e equipas com pequenas dívidas, mas que para elas essas dívidas são tão importantes como as dívidas daqueles que participam nos nacionais, uma vez que as receitas entre uns e os outros são diferentes e o modo como têm possibilidade de resolver as suas situações financeiras também são diferentes.

Presidente: Tem palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em nome do meu Grupo Parlamentar, peço um intervalo de 15 minutos, uma vez que o Grupo Parlamentar do PSD precisa de considerar algumas das propostas que aqui foram feitas e pretende fazê-lo com o devido cuidado.

Presidente: De acordo com o nosso Regimento, estão suspensos os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 19.30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que tomassem os vossos lugares.

(Eram 20.20)

Presidente: Uma vez atingida a hora regimental, vamos suspender os nossos trabalhos e retomá-los-emos às 23.00 horas.

(Eram 20.22 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 23.10 horas)

Vamos prosseguir com a discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Sistema de apoio excepcional a conceder aos clubes desportivos".

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata fez chegar à Mesa duas propostas de alteração, uma para o artigo 3.º e outra para o artigo 8.º.

Segundo entendimento da Mesa, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata deixou de subscrever a proposta que há pouco foi entregue na Mesa subscrita por todos os Grupos Parlamentares.

Os outros grupos mantêm a proposta?

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar isso.

O PSD subscreveu conjuntamente connosco uma determinada proposta.

O PSD deixou de a subscrever, mas o PS mantém.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgo que tenho uma palavra a dizer, porque o PSD retirou a sua assinatura e o Partido Socialista manteve, mas a proposta não era nem do PSD nem do Partido Socialista. A proposta era do Partido Popular, do Partido Comunista Português, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata.

Por conseguinte, subscrevendo o resto da interpretação que o Sr. Deputado Fernando Menezes acabou de fazer, fazendo como válida a sua interpretação, julgo que será a minha e a todos aqueles que subscrevendo a proposta não retiraram a subscrição que fizeram.

Presidente: Foi nesse sentido que expus que tinha sido apresentada uma proposta por todas as bancadas com assento parlamentar e que o PSD retirou a sua subscrição.

Portanto, mantem-se a proposta subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e pelas Representações Parlamentares do Partido Popular e do Partido Comunista Português.

Relembrando, está presente na Mesa uma proposta para o artigo 1.º; duas propostas para o artigo 3.º, uma subscrita pelas bancadas do Partido Socialista, Partido Popular

e do Partido Comunista e a outra do Partido Social Democrata; uma proposta de alteração para o artigo 6.º subscrita pelo PSD e pelo PS e uma proposta de alteração para o artigo 8.º subscrita pelo Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata deixou de subscrever todas as propostas que tinha na Mesa e apresenta propostas individuais para esses artigos.

Neste caso, para o artigo 6.º o Partido Social Democrata assume o texto da Comissão e para o n.º 2 do artigo 3.º apresenta uma proposta de alteração.

Presidente: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista mantém a sua proposta para o artigo 6.º onde dizia "para efeitos dos apoios previstos neste diploma são consideradas apenas as dívidas às instituições de crédito contraídas pelos clubes decorrentes da sua actividade desportiva"?

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista mantém a sua proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, a proposta de alteração apresentada para o artigo 6.º era subscrita pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Socialista.

O Partido Social Democrata deixando de subscrever essa proposta, esta apenas fica subscrita pelo Partido Socialista não incluindo as representações parlamentares.

Presidente: Sr. Deputado, eu apenas perguntei ao Partido Socialista.

Srs. Deputados, vamos continuar com a discussão na generalidade deste diploma.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Assembleia não tem grande tradição de sucesso quando opta por prolongar as sessões fora de tempo.

Estávamos convencidos que desta vez era uma excepção, ou seja, que depois do jantar íamos manter uma discussão consensual à volta de matérias que a todos nos preocupam e que pareciam ter encontrado o tal consenso que procurávamos.

Infelizmente, por aquilo que nos apercebemos e que ouvimos anunciar, o Partido Social Democrata, legitimamente, voltou a trás — no bom sentido da palavra - relativamente a uma solução que estava entendida entre os quatro partidos.

Está no seu legítimo direito, mas obriga-nos a voltar um pouco a trás na leitura que tínhamos relativamente a essa matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A forma como o Sr. Secretário Regional apresentou este diploma, como todos se lembram, é bem reveladora da convicção que o Governo tem relativamente ao mesmo.

Na verdade é um processo que se arrasta há longa data, envolveu e criou expectativas acentuadas, eu diria quase legítimas, junto dos interessados.

O Governo teve a coragem (porque não dizê-lo) de transformar em Proposta de Decreto Legislativo Regional o objectivo de solucionar um problema que nós consideramos sério e grave relativamente às equipas de futebol que militam ou que militaram nos respectivos nacionais.

Nós reconhecemos isto uma vez que é polémico e vem satisfazer aspirações mais ou menos legítimas das colectividades, mas também vem introduzir na opinião pública uma natural discussão relativamente à aplicação dos dinheiros públicos. Temos consciência de que há melindre e nós reconhecemos que o Governo ao tomar esta iniciativa daí advém um acto positivo e porque não dizer um acto corajoso.

Nós sempre dissemos que estaríamos construtivamente disponíveis para participar nessa busca de solução se ela fosse equitativa nos seus fins e se salvuardasse o interesse dos conjunto das colectividades envolvidas.

A situação a que chegaram os clubes de futebol da nossa Região, como disse no início, é grave, melindrosa e nalguns casos eu diria de pré-falência.

Com maior ou menor capacidade, os clubes foram mantendo situações mais ou menos artificiais. A responsabilidade do que acontece às colectividades dos Açores é única e exclusivamente deles. Foram os seus dirigentes e as suas assembleias gerais que aprovaram orçamentos ou rectificaram contas que resultaram no que se viu.

A atitude que o Governo agora toma, é uma atitude onde reconhece mérito e valor social. De resto, a maioria dos clubes são pessoas colectivas de utilidade pública. Há aqui uma medida de excepção e nós estamos de acordo.

A nossa única divergência relativamente a essa proposta e tivemos a oportunidade de expressá-la publicamente, é que nós entendemos que ela não deve atingir por igual o conjunto das colectividades de utilidade pública afectadas, isto é, há clubes que vão ter capacidade de beneficiar desta proposta, mas há outros que, em nosso entender, não vão ter capacidade de beneficiar da mesma.

O Partido Popular entende que se esta Câmara tem consciência de que há clubes que estão em pé de igualdade com os restantes, cometeram os mesmos erros, fizeram as mesmas aventuras como os seus dirigentes pomposamente chamavam e chegaram ao estado que chegaram, prestaram os mesmos e irrelevantes serviços desportivos à Região, mas eventualmente não vão ser beneficiados porque esta proposta não acautela determinados mecanismos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós sabemos que a maior parte dos clubes atingidos, neste momento, não têm capacidade de endividamento junto da banca e algum do limite do endividamento conseguido foi à custa de atitudes individuais dos seus dirigentes e das respectivas famílias, mas convenhamos que isso não é solução, porque em primeiro lugar os que fizeram estão arrependidos e aqueles que actualmente estão há frente dos clubes, não me parece que se disponham a seguir o exemplo dos companheiros.

Por conseguinte, se o Governo quer resolver os problemas dos clubes, revolva de todos. Se não os quer resolver, não é sua obrigação resolvê-los, deixe-os cair, mas não crie situações que vão possibilitar de imediato que aqueles clubes que têm à sua frente dirigentes que têm a nobreza ou a capacidade financeira de assinarem o seu nome, cheguem à banca e contraiam 30 ou 50 mil contos a utilizarem este diploma, porque esses já estavam dispostos a usarem a sua capacidade pessoal para resolver os problemas dos clubes da sua simpatia.

Eu como adepto de futebol só reconheço esses actos beneméritos desses dirigentes associativos, não os critico, mas conheço clubes de futebol que têm idêntico historial

no desporto açoriano cujos dirigentes não têm capacidade de fazer tal acto heróico mesmo que pretendam.

Porque tenho consciência disso, não apoio a proposta do Governo.

Foi por esta razão que tive o cuidado de ouvir alguns dos clubes que eu sabia que não chegavam lá e ouvi da boca deles a seguinte afirmação: "isto não nos serve, nós não chegamos lá".

Perguntei-lhes: se isso não serve, porque é que os senhores não vão junto do Governo dizer que ultimamente, no diálogo que manteram com o senhor que os representa, não defenderam aquilo que entendem como indispensável?

Isto passou-se numa reunião que tive com o Sport Clube do Lusitana, Sport Clube Praiense, Sport Clube Angrense. Não reuni com outros porque não tive possibilidades de o fazer, mas pedi pareceres por escrito relativamente a essas matérias.

Este testemunho que aqui estou dando não invalida o trabalho que foi feito pelo Governo, não invalida o trabalho que a Comissão resolveu fazer, porque não ponho em causa a sua boa fé, o que peço a atenção desta Assembleia para também não pôr em causa os elementos que estou a colocar.

A maioria considera que incluir três ou quatro palavras nesta proposta não é decisivo, muda a filosofia e a eficácia deste diploma, isto é, a possibilidade do Governo Regional avaliar os clubes que recorressem ao crédito dentro das normas e do rigor que aqui estão fixados.

Na nossa opinião, esse princípio iria possibilitar que todos os clubes recorressem às medidas de incentivo. O Governo teria como instrumento os protocolos e ao reter as verbas necessárias ao cumprimento dos contratos com a banca estava garantindo o seu próprio aval relativamente às instituições de crédito.

Há um argumento respeitável, ou seja, quando se puser aqui que o Governo avalia os empréstimos a contrair pelas colectividades é óbvio que a banca prefere pedir avales e eu aceito perfeitamente essa decisão.

Temos que decidir e optar entre possibilitar os clubes que têm dirigentes com capacidade financeira própria ou crédito, que vão poder contrair empréstimos, eventualmente estes que não necessitariam do aval, passarem utilizar o mesmo.

Pergunto: e daí? Será que a nossa política é pôr à frente dos clubes dirigentes que tenham essa capacidade própria de resolver os problemas financeiros dos clubes?

Há muitos que não contribuíram nada para resolver esses mesmos problemas financeiros; há muitos dirigentes que hoje estão à frente dos clubes que não fizeram nada para que os mesmos chegassem a onde chegaram e há outros que fizeram tudo para os clubes chegarem a onde chegaram e hoje assistem de bancada aos jogos de futebol, porque as respectivas assembleias gerais não tiveram força ou capacidade de os responsabilizar por isso ou se os responsabilizaram, porque eles tiveram a esperteza de não assinar letras, saíram dos clubes.

Mais, Srs. Deputados:

V. Exas. sabem que hoje há dirigentes que estão nesses clubes à espera desta proposta — alguns aplicaram lá 4, 5 ou 6 mil contos e levaram as mulheres para assinarem as letras — para poderem levar o seu dinheiro para casa.

O Governo vai pagar juros que eles é que deveriam pagar e não vejo nem o Governo nem o PSD preocupados com isso. O Governo vai pagar juros a indivíduos que assinaram conscientemente letras. Alguns podem pagar esses juros, outros estão lá voluntariamente.

Sendo assim, quando se entra no capítulo da avaliação subjectiva, perde-se a objectividade que essas matérias devem ter. A nossa preocupação é esta.

Nós não queremos "declarar guerra" ao Governo, porque valemos pouco, apenas um voto e é sempre com essa noção que estamos aqui, mas em consciência queremos fazer esse alerta e pedimos desculpa por usar algum tempo em relação aos ilustres colegas, mas se não o fizéssemos não estávamos em coerência com o esforço que até hoje aplicámos nesta matéria para a seguir de perto.

Esta proposta não tem nada a ver com a proposta que unanimemente os clubes apresentaram ao Governo Regional e sobre o qual negociaram meses a fio, porque a proposta que o Governo aceitou e dialogou com os clubes, a proposta que os clubes dialogaram com os líderes dos principais partidos da Região Autónoma dos Açores, envolvia transferências a fundo perdido e o princípio do aval.

Hoje, saudavelmente, não ouvi os políticos da oposição falarem em exigências de fundos perdidos. Saudavelmente, houve apenas a preocupação de pedir o aval para pôr todos em pé de igualdade.

O Grupo Parlamentar do PSD — com o devido respeito, não fico chocado com isso, mas não me esqueci — aprovou, sem pestanejar, saneamentos financeiros de órgãos da comunicação social da Região com transferências de verbas a fundo perdido. A finalidade social poderíamos discuti-la aqui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Popular está de acordo com esta proposta se ela contemplar o princípio do aval.

O Partido Social Democrata concordava com isto antes do jantar. Depois do jantar deixou de concordar, está no seu direito, mas eu ficava muito satisfeito se voltassem a concordar.

Há pormenores que, pessoalmente, não me vou ater a eles, porque considero-os secundários e terciários.

Há uma proposta que na minha opinião é válida, ideológica e interessante, isto é, a proposta do Sr. Deputado do Partido Comunista Português. Se se vai sanear os clubes nacionais, porque não sanear também algum clube regional. Oxalá que eles não existam, mas há. Houve um que até tentou ir para os nacionais, mas não conseguiu.

Com certeza que esta Câmara nunca ia deixar de fazer isto. Esta Câmara iria sanear os 10 clubes dos quais 6 ou 7 estão pré-falidos e não ia sanear o Boavista, o Vilanovense e até o Lajense que até foi campeão?

É claro que vai sanear todos, mas convenhamos que isto é o mínimo que se pode exigir e isto é uma questão de juros baratos para esses clubes.

Em seguida fala-se tanto em rigor como despesas elegíveis, dívidas contraídas pelos clubes decorrentes da sua actividades desportiva. Valorizou-se tanto esta proposta.

Não vamos entrar nesta discussão, mas há aqui juristas, há aqui pessoas que sabem melhor do que eu o que são dívidas dos clubes decorrentes da sua actividade desportiva.

A dívida que resultou da mudança de treinador (uma indemnização de 4 mil contos a um treinador) e da mudança de uns quantos jogadores, é uma dívida desportiva, o

Governo paga. Mas dívida que resultou da ampliação da sede, já não é uma dívida desportiva, é uma dívida social, o Governo não paga.

Sinceramente, é discutível!

É muito bonito haver estas dúvidas aqui, mas quando se for aplicar os senhores chefes de divisão e os senhores directores regionais mudam de opinião e as interpretações são diversas.

Com isto quero dizer que há tanta preocupação nuns pormenores e alguns até talvez são contraditórias, e noutras questões não há a preocupação de atingir todos.

Sr. presidente, Srs. Deputados:

Com questões de pormenor que aqui possam ocorrer, podemos admitir que umas são enriquecimentos da proposta, outras não o são, mas uma coisa é certa, como é que me garantem por exemplo que os clubes vão pagar a um dos principais credores que já lançou à penhora as sedes sociais que eu saiba de três deles?

É credor de 54 ou 56 mil contos de passagens aéreas, que resultou de uma atitude do Governo muito nobre e muito democrática, mas que foi dramática para os clubes — se calhar foi um mau conselho porque este Governo quando faz democracia, geralmente é para um mau conselho — ou seja, o Governo deixou de pagar directamente às agências de viagens e democraticamente passou o dinheiro para as mãos dos dirigentes.

O que os senhores fizeram foi meter a raposa no galinheiro. Foi abrir a adega ao bêbado.

(Risos da Câmara)

Quando o Governo pratica democracia — infelizmente é desta maneira que a faz — tem um resultado como este: os clubes passaram a utilizar o dinheiro das passagens em tudo o que não era passagens e agora devem 50 e tal mil contos à agência.

Agora vêm anúncios nos jornais que na proposta do Governo, segundo a Comissão, está salvaguardado o pagamento à agência de viagens. Está salvaguardado o quê, Srs. Deputados?

Se o clube não tiver crédito para ir à banca levantar os 16, ou os 18, ou os 20 mil contos que devem, se o Presidente do clube e a esposa não quiserem assinar a letra, qual é o banco que lhes dá 18 mil contos para pagar à agência Teles?

Poderíamos continuar o resto do serão, mas eu, tal como os senhores, a Região e os clubes temos pressa que este assunto seja resolvido.

Na nossa opinião, se os senhores manterem a sua, não vão resolver o problema de todos os clubes, mas sim não resolver de alguns e quando nos encontrarmos nos cantos das ruas vamos queixar-nos uns aos outros dizendo que o clube A, B ou C beneficiou, o banco A e o B estava com dificuldades em receber o juro e alguns deles já tinham ou estavam dispostos a perdoar juros à banca. Os Srs. Membros do Governo e os Srs. Deputados sabem disso perfeitamente.

O Governo com esta medida vai pagar o juro que banca estava disposta a perdoar.

Os senhores importam-se em não conceder um aval àqueles a que banca eventualmente não pedia, mas não se importam de ir pagar juros à banca a qual estava disposta a perdoar os juros.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Continua aberta a discussão na generalidade.

Não havendo intervenções....

Ó Sr. Deputado, quando digo que continua aberta a discussão os Srs. peçam a palavra, não esperem para pôr o diploma à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A questão que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro trouxe aqui tem alguma substância, mas se me permite, penso que a radiografia que terá feito genericamente dos clubes não pode ser aplicada com essa facilidade a todos.

A ideia que tenho do que se passa com os clubes desta Região, é que há dois clubes, um na Ilha Terceira e outra na Ilha de São Miguel — se V. Exa. conhecer um terceiro, corrigir-me-á — que tinham uma certa projecção, disputaram os campeonatos da 3.º Divisão, depois a Série Açores e por razões que talvez algumas escapem, criaram compromissos muito grandes que implicarem realmente garantias pessoais de alguns dos seus dirigentes clubes e, tal como o Sr. Deputado disse e eu

subscrevo, não há banco nenhum que empreste dinheiro a clubes como não empresta a ninguém, sem que existam garantias pessoais dos dirigentes.

Eu próprio dei algumas garantias pessoais ao clube que dirigi, embora tivesse o cuidado de antes de sair resgatar todas as garantias que lá estavam.

No caso particular do clube, não vale a penas dizer o nome uma vez que os senhores sabem, não ficou rigorosamente nada da minha direcção para pagar. Pelo contrário, houve a felicidade de se conseguir sanear e deixar tratada convenientemente dívidas que já vinham das direcções anteriores e conseguiu-se arranjar uns plano de pagamento que felizmente têm estado a ser cumpridos. O clube em causa não tirará nenhum benefício excepcional da aprovação deste diploma.

É verdade, e nesse aspecto concordo com o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que isto como está só poderá beneficiar aqueles clubes que tenham possibilidade de ir à banca e só têm possibilidade de ir à banca aqueles clubes que efectivamente os seus dirigentes tenham crédito. Não vale a pena estarmos aqui a enganar ninguém, porque isto é claro como água.

Outra coisa me parece muito clara, ou seja, se houve clubes que se meteram em sarilhos, isto é, se houve dirigentes que não tiveram a noção exacta do montante financeiro em que poderiam estar a dirigir esses clubes, essa é outra questão. Aí eu também estou de acordo com o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, mas esse é um problema dos próprios dirigentes e penso que devem resolver essas situações antes de deixarem as respectivas direcções para não passarem para as direcções seguintes pesados encargos financeiros.

Por outro lado, tirando esses dois clubes que conheço e talvez mais um ou outro que eu não conheço, não há talvez, tanto quanto sei e julgo saber alguma coisa, grandes dívidas dos outros clubes.

Dos clubes que militam a primeira divisão regional, poderá haver um ou outro que na ânsia de tentar ascender ao plano superior, tenham contraído algum encargo financeiro, mas também tanto quanto sei, não são encargos financeiros relevantes.

Os outros clubes que disputam as outras divisões regionais inferiores, todos sabemos que a grande maioria dos jogares pouco ganham ou até alguns não ganham nada. São pessoas da terra que colaboram e jogam e lá aparece um indivíduo da cidade que vai

jogar ao São Pedro de Nordestinho ou à Fazenda do Nordeste e quem diz aí diz outros clubes, mas não há grandes encargos financeiros para esses clubes.

Poderá haver sim a parte social que esses clubes desenvolvem nas suas terras, porque não havendo lá mais nada, têm efectivamente o notável trabalho com a juventude dessa terra. Isso é outra coisa que não está aqui.

Eu sei, porque vivi na pele, o que é ter 438 crianças de todas as idades a praticar desporto, desde os infantis até aos escalões superiores. Isso custa muito dinheiro, porque os pais querem ver os filhos a praticar desporto, mas não contribuem nada para isso. As crianças chegam e o clube é que tem que lhes arranjar sapatilhas para jogar, os fatos de treino, etc.. Isto podemos dizer que é uma acção samaritana dos dirigentes dos clubes que têm que andar a pedir (eu pedi, não tenho vergonha de o dizer) fatos de treino a várias empresas para dar às crianças e às não menos crianças.

No fim daquilo tudo, as crianças praticavam o seu desporto, deixavam os fatos de treino e a lavandaria é que os lavava para terem tudo em condições.

Este é um esforço notável que só quem passa por lá é que sabe.

Mas o que está aqui é outra coisa.

Pedir-se o aval do Governo, com toda a franqueza, eu acho excessivo e por uma razão muito simples, ou seja, as dívidas já estão assumidas nesses casos muito particulares que aqui se falou de dois ou três clubes.

Eu não acredito que haja qualquer entidade bancária que resolva abrir mão das garantias pessoais dos dirigentes, mesmo que haja reforço de outras garantias — não me parece normal que se faça isto em crédito bancário — como também não acho correcto que o Governo Regional substitua-se a essas garantias bancárias de ordem pessoal que lá estão dadas, porque amanhã que moral tínhamos nós nesta Casa se o Governo Regional viesse recusar avales a todas as outras entidades que não desportivas, mas dos mais variadíssimos sectores da actividade, que também têm importância em vários sítios porque dão emprego e criam dinâmica comercial e industrial e que viriam com o mesmo à vontade dizer "não, os senhores têm que criar o esquema de aval bancário para nós". Aí estávamos metidos num grandíssimo sarilho....

Deputado Duarte Pires (PS): Porque é que não se lhes paga as dívidas também?

O Orador: O que está aqui em causa não é o óptimo — Srs. Deputados, o bom é inimigo do óptimo — mas sim uma ajuda substancial para que os empréstimos bancários já contraídos ou que eventualmente se venham a contrair, possam ter um encargo financeiro muitíssimo mais pequeno para as contabilidades dos clubes, possam dar aos dirigentes dos clubes a dimensão exacta dos encargos em que se devem meter e em que se podem meter e fiquem a saber exactamente que daí para a frente não podem contar com outro encargo financeiro.

Por vezes gerava-se na ideia das pessoas que estavam à frente dos clubes e ouvi várias conversas deste tipo, de que o Governo vai fazer, vai ajudar, vai contribuir, vai dar e talvez muita boa gente fiada nisso tivesse pensado que poderia ir muito além daquilo que deveria ter ido.

Como essas coisas não aconteceram, porque nada estava escrito nem estava definido, muita gente terá entrado na situação em que agora se encontram.

Portanto, não sendo o óptimo, porque não o é, era muito mais natural que se fizesse outro tipo de apoios.

Todos nós sabemos que na Região Autónoma da Madeira não é assim que se apoiam os clubes.

Por conhecimento directo com variadíssimos presidentes de clubes, porque vieram cá jogar connosco, eu posso dizer aos Srs. Deputados que ficava de olho arregalado quando eles me diziam qual era o montante que o seu governo dava para apoiar os clubes.

Há 3 anos, os clubes que disputavam o campeonato da 3.^a divisão, tinham 30 mil contos por ano de apoio do Governo Regional. Isto foi dito pelos próprios presidentes dos clubes quando vieram jogar aos Açores. Ou eles são mentirosos, ou então, não sei, mas como ouvi este mesmo número do Camacha, do São Vicente e de um outro qualquer, parto do princípio que seria coincidência a mais se isto falhasse.

Já não quero crer, mas penso que os que disputavam a 2.^a divisão tinham 50 mil e não sei quê, não falando dos da 1.^a divisão. É melhor não dizer aqui o número porque tenho medo.

A verdade é que eu também não posso estar de acordo que, numa Região onde há carências notórias em todos os aspectos, se faça este montante, porque era

praticamente pagar ao clube da 3.^a divisão quase todo o seu orçamento mensal, quando nós sabíamos aqui que um clube da 3.^a divisão — e refiro-me a um clube que bem conhecia que talvez tivesse os orçamentos mais altos — tinha esse orçamento por ano, mais dois mil menos três mil.

Numa situação destas, julgo que os dirigentes desses clubes não faziam nenhum milagre, se tinham praticamente garantido o apoio financeiro total (apor completo praticamente às despesas do clube). Tudo o que viesse por fora só poderia facilitar maior projecção do clube, enquanto que nós tínhamos que andar por aqui a arranjar os 30 mil que não vinham de lado nenhum, sem garantias nenhuma, sem apoios do Governo, sem apoios das Câmaras, com imensas dificuldades nos contactos empresas, porque como todos os senhores sabem é preciso de andar de mão estendida nas empresas.

É preciso que tenhamos essa exacta noção.

Eu não quero, nem posso e recuso-me que se condene os presidentes dos clubes, porque cada vez mais é difícil arranjar pessoas que se queiram sacrificar pelos clubes, porque, acreditem, não é nada fácil.

Eu tive muitas noites sem dormir e não tenho vergonha de dizê-lo. Sempre que se aproximava o fim de cada mês, eu sei o que é que passa com 60 contos em caixa e 3.680 contos para pagar no fim do mês. Isto, meus caros amigos, não é nada doce. Cuidado!

Eu tenho muita admiração por essas pessoas que se esforçaram, contribuíram e deram o seu esforço de alguma maneira para que os clubes não caíssem, para que as crianças continuassem a praticar desporto e para que, ao fim e ao cabo, as pessoas que gostam de futebol, pudessem ter os seus espectáculos, mas não podemos pensar que o Governo é que se vai substituir a isto tudo.

Eu penso que tem que haver por parte de cada colectividade desportiva a noção exacta até onde pode ir. Eu penso que não podemos dramatizar.

Há muito clube de futebol espalhado por essas vilas e aldeias que fazem um notável trabalho, mas que felizmente para eles nunca se meteram em despesas que lhes venha criar problemas financeiros desse género.

Como toda a franqueza, eu penso que o âmbito de aplicação prático que este diploma vai ter, vai ajudar bastantes clubes que já têm dívidas, vai permitir a outros ajudar a resolver os seus problemas, mas não tenhamos ilusões porque ele não vai resolver definitivamente a vida de clube nenhum. Isto é perfeitamente claro.

O primeiro passo a dar é louvar o governo que teve a coragem de fazer isto.

No entanto, quanto à questão do aval, ela é perfeitamente clara, ou seja, aval em circunstância nenhuma. Um Governo não deve avalizar determinado tipo de operações quer elas digam respeito a clubes, colectividades desportivas, porque amanhã tínhamos as bandas de música e muitas outras que nunca mais acabavam.

Deputado Fernando Fonte (PS): E pagar as dívidas não é a mesma coisa?

O Orador: Não, não é.

Deputado Fernando Fonte (PS): Porque é que não paga as dívidas das entidades privadas?

O Orador: Sr. Deputado, isso é completamente diferente. Desculpe que lhe diga, mas é completamente diferente.

Sem querer entrar em mais pormenores, penso que o articulado tal como está, à partida, vai fazer uma certa triagem entre os clubes que virão ou não virão a ter condições a candidatar-se, porque aqueles que não tiverem condições de se candidatar, são aqueles que efectivamente não têm problemas financeiros. Não tenhamos ilusões, porque são agremiações tão pequenas pela sua dimensão que não terão esses problemas.

Poderá haver a possibilidade dessas pequenas agremiações com este incentivo criado, poderem tentar fazer mais qualquer coisa, deixar de terem um bocadinho de medo e poderem avançar. Mas não vai resolver. Isto não vai resolver definitivamente a vida de clube nenhum, nem penso que irá, com toda a franqueza, dar uma tranquilidade aos dirigentes que têm o seu nome em lideranças ou letras na banca. Não vai dar concerteza! Vai ajudar a pagar, mas não vai dar e penso que a intenção é essa. Não pode ser mais nenhuma. A figura do aval parece-me, com toda a franqueza, de arredar daqui. Era só isto, que neste momento, eu queria dizer.

Presidente: Para um intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs, Deputados:

Apenas duas ou três palavras de esclarecimentos adicionais, neste debate que está a ser delicado, face a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Foi aqui falado, por várias vezes em clubes de futebol. Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional não abarca apenas, os clubes desportivos que tenham apenas essa modalidade, abarcará todas as modalidades de todos os clubes desportivos.

Foi também aqui referido que um dos problemas que terão estado na origem desta derrapagem da gestão financeira dos clubes, teria sido o pagamento das passagens não ter sido feito como dantes, ou seja, directamente junto das agências de viagens.

Eu quero lembrar que estamos, nem mais, nem menos a cumprir um Decreto Legislativo Regional que estipula que o financiamento aos clubes desportivos se faz através de um contrato de desenvolvimento desportivo e não é o Governo, de forma nenhuma, que se deve transformar em agência de viagens, nem deve estar a mobilizar recursos humanos nesses trabalhos que são da responsabilidade dos clubes.

É evidente que, se há de facto dirigentes desportivos com muito esforço, com muita dedicação, com muito empenho pessoal, que dedicaram muito da sua vida à gestão desses clubes, haverá outros que o fizeram, mas certamente envolvidos por um entusiasmo para além das capacidades do próprio clube, poderão ter utilizado essas verbas não assumindo as responsabilidades do pagamento das passagens ou de outros serviços que foram adquiridos pelos clubes.

Eu termino dizendo apenas que todos estes clubes receberam até agora e vão continuar a receber apoios financeiros do orçamento regional. Esses apoios financeiros vão servir como elemento de garantia para as suas negociações com a banca e devo referir o que estipula o ponto 2 do artigo 3.º que diz que "vai ser celebrado um protocolo entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, a instituição de crédito e os clubes".

Aqui já se vincula o próprio Governo em relação a esse processo. Portanto, não me parece que todo este esforço e que toda a possibilidade que este diploma poderá vir a trazer no saneamento financeiro de muitos clubes, seja todo posto de parte com esse imperativo ou com essa dúvida que, num caso ou outro, pode existir em relação à

dificuldade ou impossibilidade, por parte da banca de conceder o empréstimo. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, para prestar esclarecimentos.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs Deputados:

Tinha pensado deixar esta intervenção para a especialidade quando fosse para discutir o artigo do aval, mas como a discussão entretanto continuou, eu aproveitava agora, para falar um pouco sobre isto.

Eu julgo que se tivermos presente a legislação dos avals, vê-se logo que a figura da concessão de aval - eu posso até ler - é uma figura de excepção: " O aval da Região tem carácter excepcional e apenas poderá ser conseguido quando se trate de operações de financiamento e empreendimento sobre projectos de manifesto interesse para a economia regional".

Mas se isto não bastasse, até porque esta câmara é soberana e pondo lá aquela abertura, automaticamente poderíamos encontrar enquadramento neste decreto, julgo que se deve ter aqui uma visão mais abrangente desta questão.

Nós não estamos a avaliar neste diploma apenas os clubes de futebol ou as modalidades desportivas, por ele abrangidos. Nós quando falamos da concessão do aval temos que pensar no precedente que se criaria com essa possibilidade, porque, com que legitimidade, hoje aprovaríamos aqui um esquema de incentivos — porque é disso que se trata — a clubes desportivos e amanhã esta mesma câmara ao aprovar um esquema de incentivos ao comércio, à indústria, ao artesanato ou às cooperativas, não iria pôr lá a mesma coisa, o aval? Com que legitimidade?

Não se trata de pôr em igualdade de circunstâncias os clubes ou as entidades abrangidas por isto, mas sim pôr em igualdade de circunstâncias, todas as entidades, todas as pessoas singulares e colectivas, desta Região. Portanto com que legitimidade damos avals a uns e não os damos a outros? Com que legitimidade consagramos isto nus diplomas e não consagramos noutros?

Eu bem sei que aqui deveria estar escrito "poderá", mas como disse, e muito bem o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, no dia em que aqui se pusesse "poderá" levava

automaticamente a que toda a banca pedisse o aval, porque estas coisas são assim mesmo.

A partir do momento em que se abre a possibilidade, ela consagra-se imediatamente como uma prerrogativa que os bancos queriam, efectivamente, utilizar.

É nesta perspectiva de acuidade, de moralidade e de tratamento de todos os cidadãos, sejam eles pessoas singulares ou colectivas que me parece que o aval aqui não tem cabimento. Mas também devo dizer que há mais razões para além destas. Isso seria desresponsabilizar completamente os dirigentes e as assembleias gerais desses clubes e isso não pode ser, porque como disse o Sr. Deputado Victor Evaristo, isto não é para resolver todos os problemas, mas sim ajudar a resolver se as pessoas tiverem vontade de resolver, se as pessoas se empenharem nessa solução e para se empenharem tem que se corresponsabilizar.

No dia em que forem desresponsabilizados nunca mais podemos contar com a sua cooperação nisto e aqui eu ia buscar uma frase do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que diz o seguinte: "transferir o dinheiro para os clubes, o dinheiro das passagens, é pôr a raposa no galinheiro". Pois eu digo que dar o aval a estes empréstimos era melhor dar aquilo por perdido, porque eles nunca mais seriam pagos. Era pôr a raposa no galinheiro. Disso então não tenho dúvida nenhuma!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): E se o projecto tem viabilidade financeira?

A Oradora: Se o projecto tem viabilidade financeira, pegando agora nas palavras do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, não há razão para a banca não financiar, porque o projecto tem viabilidade financeira, viabilidade económica, neste caso, que é o que te que ter.

Mas não era isso o que eu queria dizer. O que eu queria dizer, é que esta questão foi ponderada quando isto foi discutido com os clubes e quero dizer quais foram as razões que levaram a que não se considerasse o aval, porque evidentemente os Srs. Deputados não foram aos primeiros a pedirem o aval, os clubes foram os primeiros a pedi-lo

Da negociação resultou o seguinte: os clubes têm normalmente dívidas na banca e dívidas a terceiros, como qualquer entidade colectiva. Estas dívidas da banca e estas dívidas a terceiros devem ser consolidadas através de um empréstimo que não pode

exceder 40 000 contos e que será bonificada em 90% dos juros. Em termos de síntese, é o que diz este diploma, logo as dívidas da banca já estão garantidas e as garantias existentes têm que ser transferidas para a nova dívida.

O Governo Regional, por sua vez, compromete-se a pagar os encargos financeiros, fica por fora e fica por garantir as dívidas a terceiros, as dívidas a fornecedores, que também serão consolidadas nesse mesmo empréstimo.

Essa parte que de facto não tem - suponho que não tem, a não ser que tenham sobrescrito alguma livrança ou alguma letra, de algum fornecedor- nenhum tipo de responsabilidade, fica por garantir e essa parte será garantida com a consignação de receitas, de parte do contrato-programa anualmente assinado pelos clubes e que nessa mesma reunião houve o compromisso da Secretaria Regional da Educação e Cultura de ver acrescida a verba que anualmente é consagrada aos clubes.

Com isto pretendo frisar que a questão foi pensada, não é levantada aqui pela primeira vez. O problema das garantias e da dificuldade de financiamento dos clubes foi pensada, foi discutida, foi debatida e foi encontrada como solução de garantia esta que eu acabei de dizer. Por um lado, as garantias reais que os dirigentes ou os clubes já prestaram à banca são transferidas para novo empréstimo.

O Governo compromete-se com os encargos financeiros.

A parte não garantida, será garantida com a consignação de receitas de parte das verbas transferidas anualmente para os clubes ao abrigo do contrato-programa.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu de facto estou estupefacto, porque temos aqui quase levado uma autêntica lição de moralismo, da parte da maioria e do Governo.

De facto, quem recuar no tempo e se recorda ou pegue, pura e simplesmente, no diário das sessões n.º 73, quando essa questão foi aqui levantada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, e ler o que lá está transcrito, apercebe-se claramente que o PSD o que tem feito é dizer uma coisa e na prática fazer precisamente o contrário.

Os Srs. apregoaram sempre nesta Casa, que não queriam pagar salários de jogadores, etc, agora arranjam uma forma, para que logo que os dirigentes, como diz o Sr.

Deputado Victor Evaristo, e muito bem, tenham possibilidades de contrair o empréstimo na banca esquecem-se disto tudo e até resolvem a situação. Os que não têm possibilidades não resolvem.

Os Srs. não se preocuparam, minimamente, em dar a isto o tal carisma moralista que actualmente parece que querem fazer passar nesta Casa, porque se se preocupassem - e como na minha intervenção ficou bem claro - entendiam que há efectivamente situações deficitárias nos clubes provenientes da insuficiência de verbas atribuídas aos clubes para participarem em provas de âmbito nacional, melhor dizer fruto dos tão custos de insularidade.

Essa questão durante algum tempo foi bem nítida, o Governo Regional não soube acautelar atempadamente as coisas.

As equipas dos Açores lutaram pelos seus direiros, houve alguém das equipas a participar nas provas nacionais e o Governo restringiu os apoios, dividiu-os por todos, inclusive, como aqui disse, chegaram a dar apenas 16 passagens a quem tinha direito a 22, que é o mínimo que uma caravana desportivas pode ter.

Se Governo Regional simultaneamente com a maioria do PSD, tivesse vontade de pôr na prática aquela moral que apregoa aqui, tinham feito um estudo aprofundado sobre os défices dos montantes dos subsídios atribuídos e atribuíam em função dos anos de participação nas provas nacionais.

O que acontece e isto que aqui está ainda tem outro condão, é que por vezes equipas com 18 anos de participação nas provas nacionais —18, 17, 16— que têm vastos pergaminhos e vastos serviços prestados à Região podem porventura ter dívidas inferiores a uma que está há apenas há 2, 3 ou 4 anos.

Portanto esta é a grande verdade e há uma grande verdade entre aquilo que os Srs. apregoaram e defenderam em tempos e aquilo que efectivamente fazem na prática.

Como disse na minha intervenção, com a proposta do PS nunca teria este condão, teria uma filosofia bem diferente e procuraria resolver doutra forma, logo, também disse que apoiaríamos esta porque do mal ao menos, uma vez que sabemos que efectivamente, a situação é angustiante para muitas colectividades e para muitos dirigentes.

Não tenham qualquer tipo de dúvida, esta legislação que aqui está, sem o aval, é inópia, não serve absolutamente para nada, a não ser que os senhores queiram perpetuar alguns dirigentes nos clubes, porque não estou a ver, como é que um dirigente vai garantir com um aval, uma dívida para pagar em 10 anos. Como é que pode ir para casa no outro dia descansado se vai ficar 10 anos nesse clube.

Eu tenho imensos colegas e amigos de infância que me telefonam preocupadíssimos com isso, porque as esposas não sabem que eles têm os avales. Isto são situações angustiantes e que vão causar efectivamente, graves problemas na sociedade açoriana.

O Sr. Deputado Victor Evaristo disse na sua intervenção "avales nunca!", porque não via isso como uma questão importante.

Eu não queria ofender ninguém, mas acho que entre aquilo que por vezes se diz e a verdade há uma grande distância, como já demonstrei aqui. Até parece que não foi o Grupo Parlamentar do PSD que tinha aceite o aval, antes do jantar e depois já não aceitou.

Há aqui questões que efectivamente têm de ser ditas, porque há um retrocesso que é pretexto de uma proposta de alargamento não sei se assumida conscientemente pelo Deputado do PCP, não sei, tenho sérias dúvidas, porque eu pensei muitas vezes também em tirar dividendos políticos disto e fazer alguns brilharetos, mas aqui, nomeadamente, o meu colega Deputado Fernando Fonte, recomendou-me "tenta negociar com o PSD a ver se consegues alguma coisa de concreto para os clubes".

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Isto é verdade! Isto é uma postura séria, não é para brincar!

O que aconteceu foi que o PSD aceitou e depois recuou e a pretexto de um alargamento aos regionais, o que se está a verificar é que há um estrangulamento à questão de fundo que se pretendia ver resolvida nesta casa. Esta é o cerne da questão e não vale a pena estarmos aqui a iludirmo-nos uns aos outros.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Se queremos, efectivamente, resolver as coisas, e ainda estamos a tempo, é preciso que se dê novamente o passo atrás e que se aceite a proposta de alteração que nós mantemos nesta Casa. Se quiserem avançar noutra sentido, os Srs. têm todo o direito mas o ónus há-de ser vosso.

Relativamente à questão de aval, garantia bancária, ou qualquer coisa que lhe queiram chamar, o que é preciso é que se saia daqui com alguma coisa de concreto, porque na verdade, isto é um ano de eleições, mas estar aqui a enganar os clubes e o povo dos Açores, criando expectativas porque eles pensam que vão ter o seu problema resolvido e na prática não o tem, efectivamente isto é brincar demais com as pessoas e creio que os dirigentes desportivos que dão o melhor do seu esforço, privando as suas famílias do convívio familiar em prol de alguns serviços que até competiam, nomeadamente em termos de formação ao estado, não merecem que lhes façam tamanha afronta.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito poucas questões para completar o que disse da tribuna.

1º. questão: A Sra. Secretária referiu que o aval é uma medida excepcional. Essa Proposta de Decreto Legislativo Regional o Governo classificou-a como sistema de apoio excepcional.

2º. questão: A Sra. Secretária referiu que estamos aqui perante um sistema de incentivos. Não quero jogar com as palavras, mas incentivos no sentido de fomento, julgo que não será o mais adequado. Parece-nos preferível considerar como um sistema de saneamento.

3º. questão: A Sra. Secretária referiu os perigos que havia de com o aval se verificar um envolvimento "ab aeterno" do Governo, relativamente aos clubes.

Queria aqui dizer, tenho consciência e julgo que todos temos, que com esse sistema o Governo vai-se envolver e preferia o termo vai-se enredar com os clubes por 10 ou mais anos. Temos todos consciência disso.

Mais: a Sra. Secretária fez aqui uma afirmação, que já foi aqui comentada genericamente, mas que me permitia referir por palavras minhas.

A Sra. já me tinha feito em privado e eu não fiz uso, obviamente que tinha sido em conversa exterior a Assembleia que muito prezo, e agradeço a confiança, neste caso de V. Exa., relativamente à mesma, mas fê-lo aqui perante todos nós, ou seja, que o próprio Governo tinha como acento que iria majorar as transferências a fazer no âmbito dos contrato-programas com os clubes de futebol.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo pode aumentar, majorar ou diminuir, tem-no feito ao longo do tempo, da forma que entende relativamente aos clubes. Agora, associar, desde já e declarar aqui um aumento do contrato-programa, para compensar os clubes pelos encargos que vão ter ou para satisfazerem as amortizações, permitem-me que o diga, isto é "batota legislativa".

Nós não podemos estar a legislar uma coisa e o Governo a dizer aqui, embora nos anime, ou anime aqueles que vão ser beneficiados pelo sistema, que "a gente não faz isso mas no contrato que nós temos com vocês em vez de dar aquilo que é costume dar, nós vamos dar mais para vocês pagarem os empréstimos à banca".

Eu já tinha ouvido isso da boca de dois dirigentes de clubes, mas nunca quis acreditar.

Ouvi-lo nesta Assembleia como Deputado, fico chocado, tenho de ficar.

Acho que todos percebemos porque é que temos de ficar chocados.

Então não estamos fazendo nada aqui, acaba-se com isso tudo, não venha diploma nenhum e o Governo nos contrato-programa todos os anos dê aos clubes aquilo que entende dar.

Se o Governo já tivesse feito isso não estávamos aqui.

Se o Sr. Director Regional do sector tivesse permitido isso há mais tempo nem o Sr. Secretário se tinha incomodado, nem o Governo, nem os líderes partidários, nem os clubes de futebol. Não estávamos fazendo nada aqui, já tinha sido transferido pela "porta do cavalo" o que se está propondo aqui. Pela "porta do cavalo" os clubes vão receber o suficiente para pagar...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: O termo é mais quente, porque é mais elucidativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E se o cavalo desaparecer e a porta do cavalo se fechar?

Isto é, e se o clube baixar de divisão? Qual é o contrato-programa que os Srs. tem para um clube que baixe aos regionais?

Qual é o contrato-programa para um clube que deixa de estar na série Açores?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Está claro que o sistema que o Governo quer imprimir é reconhecidamente ineficaz, como já foi aqui dito. E esses paliativos não são seguros.

Para terminar, o envolvimento do Governo Regional nesses processos, mesmo através da bonificação de juros, será correlativo ao período de tempo do contrato a estabelecer com a banca, sempre com uma injustiça relativa, ou seja, só vai beneficiar desse sistema quem puder a ele ter acesso e, à partida, já se sabe que alguns não vão poder ter acesso.

Julgo que com isso ficamos todos esclarecidos do papel que estamos aqui fazendo e se Deus quiser vamos ter todos vida e saúde para daqui a tempos, pelo menos alguns de nós, os que cá estiverem nesta câmara, ou fora dela, fazermos o juízo do que se passou hoje aqui.

Presidente. Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho estado com muita atenção às intervenções que têm sido proferidas e infelizmente constatamos que a oposição sobre esses diplomas tem sempre uma visão pessimista.

Felizmente, nesta legislatura, é pela segunda vez que há, em 20 anos, uma iniciativa legislativa na área do desporto.

A primeira como se recordam, foi o apoio às actividades desportivas de âmbito associativo, que naquela altura a oposição levantou, e infelizmente só vem salientar

aquilo que considera que está incorrecto, nunca valorizando as virtudes dessas iniciativas.

O que eu neste momento gostaria só de complementar nas intervenções que foram feitas pelos meus companheiros de bancada sobre a questão dos avales, é que o PSD considera que se a raposa no galinheiro era um problema, o aval era um elefante no louceiro o que é muito mais complicado. Por isso achamos que a questão do aval está resolvida.

No entanto, quando se fala — e aqui o Deputado Alvarino Pinheiro está a tentar no seu estilo muito próprio conjugar duas coisas que não são conjugáveis — que é preciso e é exigível fazer uma reestruturação e até uma reavaliação dos apoios consagrados nos contrato-programas previstos no diploma dos apoios às actividades desportivas de âmbito associativo — e aqui estou de acordo com o Deputado Duarte Pires — é necessário, como dizia o Dr. Victor Evaristo, criar condições para aqueles clubes que têm os iniciados, os infantis, os juvenis, os juniores, os séniores, e....

Deputado Jorge Cabral (PSD): Os veteranos!

O Orador: Se calhar também os veteranos.

Mas o que é verdade é que é preciso rever este diploma. Mas não podemos misturar as duas coisas.

É muito natural que o Governo na próxima legislatura terá de rever alguns desses apoios. Aqueles que tem sido possível rever através de portaria, têm sido actualizados pelos Srs. Secretários da Educação, tanto o do Governo anterior como o actual, que tem andado sempre numa disponibilidade para esticar (permitam-me o termo), dentro da legalidade, os apoios aos clubes. Isso tem sido feito, como se pode constatar, através dos contrato-programas que têm sido publicados nos Jornais Oficiais.

O que é verdade é que nós agora não estamos a discutir esse diploma. Sobre este ponto estamos entendidos, e é aqui que o Governo terá que actuar e que terá de dar melhores condições.

Sobre o diploma em discussão, penso que é preciso salientar as suas virtudes, ou seja, a virtude de vir fazer um saneamento financeiro. Aqui sublinho a dedicação e o empenho dos dirigentes desportivos. Muitos deles, com o sacrifício até das suas próprias famílias têm mantido de pé essas grandes instituições.

Recordo-me aqui quando discutimos o antigo diploma, a certa altura quando afirmamava que nós íamos fomentar a rotatividade permitindo e incentivando os outros clubes que estão nos regionais a poderem subir, o meu companheiro Deputado Manuel Serpa em apartes, dizia que isso era falso. Hoje congratulo-me que o Lajense subiu à série Açores, ao contrário das suas previsões.

Deputado Fernando Fonte (PS): Foi por causa desse diploma?!

O Orador: Não, foi por causa dos arautos da desgraça.

(Risos da Câmara)

O Orador: Esta é a resposta àqueles que acreditam que não é possível fazer.

O que é verdade é que o diploma traz virtudes. Vem tentar que os clubes se organizem e vem moralizar a sua organização, o que é necessário.

Nós sabemos que há dirigentes que, infelizmente, a única coisa que usam é o livro de cheques para alimentar as condições do clube, mas depois não se preocupam em ter o mínimo de organização e os Srs. sabem que isso é assim. Os Srs. sabem também que há outros clubes que têm grandes derrapagens, porque não têm contabilidades organizadas, porque as assembleias gerais não eram informadas da administração dos clubes.

É esta a situação e os Srs. Sabem que isto é verdade.

(Aparte inaudível do Deputado Duarte Pires)

O Orador: Nós não queremos Sr. Deputado, imiscuir-nos nos assuntos internos dos clubes. Mas não queremos das duas maneiras: não queremos impor nada, nem queremos que eles nos imponham. O que nós queremos é que haja aqui uma regra clara de funcionamento de parte a parte, o Governo tem um campo de actuação onde irá actuar no seu saneamento financeiro nos apoios aos clubes e os clubes irão também ser corresponsabilizados na sua quota parte. Eles próprios já assumiram essa situação no seu grupo de trabalho e já assumiram até em cartas que nos enviaram dos parceiros.

Não é verdade que se possa dizer que mais de 50% das colectividades são pessoas colectivas e de utilidade pública e depois se diga que alguns deles vão ter as sedes penhoradas. A lei não permite isso. Por isso não vale a pena fazer demagogia sobre esta matéria.

Deputado Duarte Pires (PS): Não podem ser dadas por garantia.

O Orador: Não podem e ainda bem. Porque então não era o aval dos clubes, era o aval do seu património e o património não é das direcções actuais, às vezes são de gerações e é preciso salvaguardá-lo. Nisso estou plenamente de acordo.

Gostaria de terminar reafirmando que para nós o saneamento financeiro vem de encontro aos clubes nos contactos que fizeram com o Governo, no grupo de trabalho e com os líderes dos partidos, é verdade. Se é verdade que o líder do PSD não tem assento nesta bancada, portanto não poderia estar aqui, infelizmente o líder do PS, podia estar aí sentado para dar uma achega, da conversa que tiveram com ele e ninguém sabe onde é que pára. Esta semana ainda não apareceu aqui.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Infelizmente o líder do meu partido não tem assento nesta bancada, terá naquela no futuro, mas o vosso está mandatado para estar aí e era importante que ele desse a sua opinião, viesse aqui defender as promessas que fez aos clubes. Mas nesse problema estamos entendidos. Já perceberam onde é que eu quero chegar, por isso vou terminar reafirmando de que para nós, PSD, esse saneamento financeiro é justo, é feito de boa fé e irá contar com o empenho do Governo para a sua aplicabilidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não era minha intenção intervir nesta fase do debate, mas gostaria de dar aqui alguma achega, algum esclarecimento de posições que têm sido tomadas, nomeadamente pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre essa matéria.

Eu penso que antes demais deve-se elogiar o Governo por esta iniciativa legislativa.

Já foi aqui referido pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que isso é uma questão melindrosa, é uma questão compreendida por uns mas criticada por outros, e nós vemos o exemplo que se passou a nível nacional nas questões do totobola. Portanto, acho que numa altura destas, ainda por cima com o exemplo a nível nacional, deve ser realçado a coragem de apresentar um diploma desta natureza com uma determinada filosofia e com determinado espírito.

É óbvio que eu também sinto neste diploma alguma particularidade, porque também já fui dirigente desportivo e paguei despesas causadas pelo clube do qual fui director. Sei o que é que custa ser dirigente desportivo, sei o que é que custa muitas vezes dar o esforço a uma colectividade e no final assumir responsabilidades, cumpri-las, quando se presta um serviço com um espírito autoísta como o é o de qualquer dirigente desportivo.

No entanto, há aqui uma questão que tem sido aqui levantada e penso que ela não foi devidamente aprofundada, ou seja, o problema do aval.

É óbvio que a questão do aval pode ser vista sob dois prismas, um sob uma questão de princípio e outro sob uma questão de legalidade.

Eu penso que o espírito deste diploma como aqui já foi referido, é de uma ajuda aos clubes desportivos, não é, infelizmente a da solução de todos os problemas financeiros dos clubes desportivos. Essa ajuda, pelas normas desse mesmo diploma e pelo espírito do mesmo, é de uma corresponsabilização entre o Governo através do pagamento de juros à banca, mas é-o também através de uma colaboração e corresponsabilização, por parte daqueles que muitas vezes, com a melhor das vontades, cometeram alguns deslizes nas direcções desses clubes. Portanto, não sendo um diploma que resolve na sua totalidade as situações financeiras do clube ele tem, pelos princípios que contém e pelas descrições que consagra, uma forma de minimizar os problemas financeiros que os clubes atravessam. Isto por si só já o é um motivo de satisfação.

Por outro lado, essa questão de princípio tem a ver, conforme aqui já foi referido pela Sr^a. Secretária, com situações idênticas e por vezes muito mais complexas por parte de agentes económico, empresariais, industriais que também pela mesma lógica contribuem para um enriquecimento da Região, para a promoção do emprego e

também poriam, no mesmo princípio a possibilidade de exigência deste parlamento aprovar legislação, nem que seja numa medida excepcional, num período de crise económica que o Governo desse o aval às situações deficitárias das suas empresas.

Mas há outra questão aqui que é importante.

A proposta que aqui é apresentada diz apenas que "os empréstimos a conceder aos clubes **poderão...**".

Esta Assembleia mesmo que aprovasse esta proposta de alteração, na minha perspectiva, ela não tem qualquer eficácia prática. O governo, por um lado, não impunha ao Governo o dar aval a qualquer que fosse o empréstimo contraído pelo clube, portanto não tinha por si só qualquer eficácia. Era assim por mera faculdade, que era concedida ao governo de o fazer.

Por outro lado, o Governo não poderia dar aval, porque o Decreto-Lei 23/87/A diz, não de uma forma exemplificativa, mas de uma forma taxativa, as situações em que pode dar o aval, porque diz que "o aval da Região tem carácter excepcional", como disse o Deputado Alvarino Pinheiro.

Mas não diz só isso, continua " e apenas poderá ser concedido quando se trate de operações de financiamento de empreendimentos". Que eu saiba, um aval dado a um clube de futebol não é uma situação de financiamento de empreendimento.

Outra situação é "quando há projectos de manifesto interesse para a economia regional". Que eu saiba o aval que se dá a um clube desportivo, não é para o interesse da economia regional.

São estas situações tipificadas na lei em que o Governo pode dar o aval. Mesmo que nós aprovássemos essa proposta de alteração chegávamos a uma situação em que o Governo não poderia dar aval, sob pena de cometer uma ilegalidade.

Portanto, estávamos aqui a aprovar algo que não tinha qualquer eficácia prática, porque o Governo ao dar o aval está a cometer uma ilegalidade, estava a transgredir uma disposição taxativa, constante de um Decreto Legislativo Regional, porque ele não diz que é uma medida excepcional e tipifica as situações em que esse aval pode ser prestado.

Ora um aval a um clube desportivo não se enquadra em nenhuma das situações previstas nesse Decreto Legislativo Regional e como tal ao aprovarmos aqui essa

proposta de alteração estamos a aprovar algo que no fundo não tem qualquer eficácia prática, porque o Governo mesmo que quisesse não podia dar o avala ao clube desportivo.

Presidente: Sr Deputado, pretende usar a palavra com que finalidade?

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como disse o Sr. Deputado Jorge Valadão, que depois de três horas de discussão, teve um ímpeto para intervir, eu também digo o mesmo.

Sr. Deputado, seria bom ler os preâmbulos dos despachos, dos diplomas, dos Programas, com os quais o Governo Regional fundamenta a quantidade de subsídios que dá aos Clubes, ao golfe, aos jogos de ténis, etc. .

Todos eles são fundamentados com base no interesse para a economia regional.

O seu governo fundamenta as centenas de milhares de contos que distribui com base no interesse da economia regional.

Os subsídios que o seu Governo dá às equipas de futebol para terem o Açores na camisola, que eu saiba, eram com base no interesse da economia regional.

Portanto, quando levamos isso a determinados raciocínios às vezes não temos em conta aquilo que se pratica todos os dias por essa administração. Era bom que a lição jurídica que o Sr. Deputado tem, e a astúcia jurídica, a aplicasse na leitura do Jornal Oficial.

Outra questão que gostaria de referir tem a ver com a expressão, que foi utilizada e partilhada inicialmente, por elementos do seu grupo parlamentar, pelo seu líder parlamentar, ou seja, "que o Governo poderá".

O Sr. diz que esta expressão não tem nenhuma eficácia. Pois digo-lhe que só pode dizer uma coisa dessas quem não confia no Governo, porque se o Sr. confiasse minimamente nele, quando me há um instrumento em que diz "poderá", o Sr. tem que admitir que o Governo, se considerar que é importante para aquela entidade, para aquela colectividade ter o respectivo acesso, utiliza a medida.

60, 70, ou 80%, da legislação que sai desta Casa, leva essa expressão "poderá", porque ela é utilizada permanentemente.

Quando ouço agora o Sr. Deputado pôr em causa esse instrumento — porque é de um instrumento que trata — que é dado ao Governo, essa possibilidade de o Governo o utilizar ou não, oxalá que nós nos esqueçamos disso rapidamente, porque senão no futuro não virá nenhum diploma a esta Casa que não seja questionada a validade de utilização desse instrumento facultar ao Governo uma ou outra utilização.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Antes demais, porque talvez não tenha percebido bem aquilo que referi, quando se diz aqui "poderá" e digo que não tem eficácia, é conjugando o "poderá" que aqui está — que por um lado não é imperativo — com uma faculdade, uma possibilidade que é dada ao Governo, e com a impossibilidade que ele tem, face à Lei que existe.

Por outro lado o Sr. Deputado talvez com a astúcia que lhe é reconhecida, procura confundir subsídios com avales.

O Governo não está condicionado por qualquer legislação a dar subsídios a quem entende dar.

No entanto, o aval é uma assunção de uma responsabilidade que é dada a um terceiro e aí sim o Governo tem regras próprias e muito rígidas para dar o aval.

Subsídio é uma coisa, aval é outra.

Que se invoque subsídios a clubes, a associações desportivas, a filarmónicas do interesse regional, muito bem! Nem sequer talvez fosse necessário invocar o interesse regional, podia invocar outro interesse qualquer.

Agora no aval, que é no fundo uma garantia que é dada a uma terceira entidade, há regras próprias, há regras específicas para condicionar, em termos de administração, a concessão e a assunção dessa responsabilidade motivada pelo aval. Aí sim, está aqui tipificado na lei, as situações concretas, em que este pode ser concedido, e mais, essa lei não diz, como muitas vezes os diplomas dizem "nomeadamente", diz "apenas quando...", invocando de seguida as situações em que o aval pode ser dado.

Isto significa que o diploma tipifica as situações em que o aval pode ser dado. Não inúmera, não exemplifica, tipifica e ao tipificar não tem liberdade de dar o aval quando quer, quando entende ou quando lhe dá jeito.

É neste sentido que não vejo que o Governo Regional, sob pena de estar a cometer uma gritante ilegalidade, possa dar o aval a qualquer clube desportivo. Isso independentemente em questão de princípio, em questão de fundo.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu levantei-me agora não para corresponder ao desafio do meu ilustre colega Dr. Jorge Valadão, mas apenas para dizer que falou-se aqui de rigor, de precisão e sob esta matéria eu gostaria de dizer alguma coisa.

Em primeiro lugar...

Deputado Jorge Cabral (PSD): E legalidade.

Orador: E legalidade, falou-se também de legalidade. Depois vamos falar também de legalidade.

Deputado Rui Melo (PSD): Moralidade ou legalidade?

O Orador: Legalidade Sr. Deputado.

A Sra. Secretária Regional falou, penso eu, numa espécie de consignação de rendimentos ou consignação de créditos, ou seja, no tal protocolo a celebrar haveria uma cláusula em que haveria uma consignação de rendimentos a favor da entidade bancária que financiasse o clube. Eu, sinceramente, duvido da legalidade disso, se foi isso que a Sra. Secretária disse.

Em relação ao rigor, Sr. Deputado Jorge Valadão, é a lei, e eu também gosto de ser rigoroso.

Faço esta pergunta:

- Foi entregue a um cavalheiro 500 contos, na rubrica colocação de produtos no estrangeiro;
- Foi entregue ao mesmo cavalheiro 500 contos na rubrica apoio à frota pesqueira artesanal;

- Ao mesmo cavalheiro, foi entregue, há dois anos, 500 contos, apoios à toxicod dependência e este cavalheiro comprou um iate. Portanto, eu pergunto, quem é que deve falar de rigor, de legalidade, nesta Casa, quando se viola de forma tão grosseira, um diploma regional aprovado nesta Casa, como o é o Orçamento e Plano Regional?

Isto é verdade, está escrito no Jornal Oficial. Portanto, Sr. Deputado, vamos ser sérios. Vamos dar lições de moral e de rigor em quem têm que ser dadas. Que eu saiba, um iate para fazer regatas, não é propriamente uma traineira, nem uma embarcação de pesca artesanal.

Disse.

Presidente: Não havendo mais nenhum pedido de intervenção nesta fase, vou pôr à votação, na generalidade o diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada na generalidade com 25 votos a favor do PSD, 12 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e um voto de abstenção do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sempre, só para precisar o sentido da abstenção, na medida em que o PP admite que na especialidade possam eventualmente haver alterações.

Portanto, a abstenção quer exactamente dizer que deixa essa expectativa até à votação final.

Disse.

Presidente: Srs. Deputados passemos agora à discussão na especialidade.

Passemos ao artigo 1.º, para o qual o PCP apresentou uma proposta de alteração.

Está aberta a discussão na especialidade do artigo 1.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao artigo 1.º, como já fiz referência na intervenção na generalidade, nós consideramos que seria muito importante, que as equipas ou os clubes desportivos com equipas que regularmente participam, não só nas provas nacionais mas também nas regionais, pudessem ser contemplados com os apoios previstos, neste diploma.

Consideramos que esta é uma medida de justiça, para muitos dos nossos clubes desportivos e recreativos que por toda esta Região têm uma função séria e válida no desporto regional. Isto, em nosso entender, é benéfico e importante, sendo também uma maneira de que todos os clubes desportivos, desta Região, com actividade regular e com mobilização de pessoas possam ser contemplados de igual modo.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de diploma em discussão resulta, como já aqui foi referido, durante este debate, da resolução de alguns problemas que vinham a sentir os clubes, que têm equipas que militar nos campeonatos regionais das diversas modalidades.

Foi justamente nesse sentido que o Governo elaborou uma proposta de Decreto Legislativo Regional que foi amplamente discutida, resultou de um diálogo entre o Governo, os clubes, seus representantes, a Comissão e vários Deputados, individualmente, ou mesmo em Comissão, e foi na sequência desse diálogo que tem havido alguma evolução.

É consensual, entre todos os grupos e representações parlamentares, a oportunidade desta proposta de Decreto Legislativo Regional. Existem algumas divergências, com certeza, como acabámos de ouvir, relativamente a algumas formalidades, mas a verdade é que na essência, na forma e no seu conteúdo, os grupos e representações parlamentares, estão de acordo.

Foi presente uma proposta de alteração pela Representação Parlamentar do PCP, no sentido de ser alargado os apoios previstos nesta proposta de Decreto Legislativo

Regional, aos clubes que participam não só em campeonatos nacionais, mas também nos regionais.

Se é verdade que os clubes que tem equipas e militam nos campeonatos nacionais teoricamente têm maiores custos, mais despesas, resultantes duma competitividade, quer seja ela a nível de regional, a nível de provas entre equipas regionais mas de campeonatos nacionais, quer de provas de âmbito nacional com equipas ou com clubes nacionais, a verdade é que também os clubes regionais, que não militam em campeonatos nacionais têm os seus custos e tem sobretudo esses custos resultantes de uma formação que fazem ao nível das camadas jovens. A realidade é esta. Os clubes que militam em campeonatos nacionais são clubes que estão sediados em 4 ilhas, por 7 ou 8 concelhos desta Região. Isto significa que os outros clubes que têm meramente competições a nível regional têm indiscutivelmente uma acção importante na formação das camadas jovens.

A Representação do PCP apresentou uma proposta no sentido de ser alargado justamente a todos os clubes, não só os de futebol, mas de qualquer outra modalidade. Aliás, isso está subjacente na Proposta de Decreto Legislativo e a sequência do objectivo que esteve patente por parte do Governo Regional, na apresentação deste Decreto Legislativo Regional, consideramos positivo e vamos dar o nosso voto favorável à proposta apresentada pelo PCP.

Disse

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. fez aqui uma intervenção longa mas com pouca substância, porque fala nas camadas jovens e para isso basta a actualização dos contrato-programas para eliminar essa questão que o Sr. colocou.

Se o Governo através dos seus contratos-programas compensar devidamente os trabalhos que as nossas colectividades desenvolvem nessa área, este diploma não tem nada a ver com isso.

No entanto, já que me fala nesta proposta de alteração, esta tão famigerada proposta de alteração, que com a boa intenção que o PCP lhe quis dar, e eu admito que o seja,

serve de protesto para o PSD esfrangalhar — perdoe-me e passe o termo — todo este diploma, teria sido melhor que ela não aparecesse, já que ela está servindo de protesto a V. Exas. para o alterar. Portanto, é um facto consumado. Até à discussão do artigo 3.º, não há nada que se diga e por aquilo que se tem visto, efectivamente, parece um dado adquirido.

O que eu queria ressaltar aqui, vou fazê-lo levantando uma questão para pensarmos em termos mais latos.

Toda a argumentação que o Sr. Deputado utilizou é totalmente contraditória com a filosofia anunciada, durante todo este tempo, quando se falava no saneamento dos clubes. Os Srs. sempre anunciaram que não iriam permitir que se pagasse determinadas despesas e estão agora abrindo, às colectividades regionais, o mesmo tipo de possibilidades que aos outros.

Da nossa parte não temos nada contra isto. Vamos aprovar e o problema será mais uma vez demonstrar.....

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Vamos! Vocês é que terão de andar para trás e para a frente para resolver o problema destas situações. Nós não temos esse género de problemas. O que é preciso demonstrar em cada dia e em cada momento são as vossas contradições e as diferenças entre aquilo que dizem e aquilo que fazem na prática. Esta é mais uma demonstração disso.

Disse.

Presidente: Para um intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-nos que a questão é, de facto, muito simples. A proposta do Partido Comunista visa tão somente alargar aos clubes de âmbito regional essas medidas.

O que nós entendemos, é que a proposta é justa, é adequada e é lógica, porque quem quer fazer o mais, faz o menos. Esta Assembleia não iria, eventualmente, ter abertura para sanear a quem deve 40.000 contos e não fazer em relação a quem deve 2.000,

sendo por vezes esses 2.000 gravíssimos para a admissão da equipa. Portanto, parece-nos que esta proposta é oportuna. Felicitamos por isso e ainda bem que o PSD também reconheceu mérito nesta iniciativa, de um partido da oposição. O Partido Popular vai apoiar esta justa iniciativa.

Disse.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não vamos entrar na explicação que poderíamos ter entrado, porque o Sr. Deputado do PP já a fez, vamos apenas comentar a subjectividade e a imaginação do Sr. Deputado Duarte Pires.

Relativamente ao problema que se põe aqui dos avales, da nossa parte ainda não ouvimos o PSD contrapor que deixava de os aprovar pelo facto de contemplar também as equipas regionais — não ouvimos, penso que não estive distraído, mas talvez até posso ter estado porque depois de umas horas de trabalho, é natural e humano alguma distração.

A Sra. Secretária Regional das Finanças e o Sr. Secretário Regional da Educação, pronunciaram-se sobre a matéria e eu também não os ouvi referir o alargamento, como contrapartida, os avales. Colocaram a sua argumentação que eu respeito, mas não tenho essa opinião.

Subscrevi a proposta que o CDS/PP apresentou sobre esta matéria dos avales, a qual o PS também tinha, e na altura foi sobrescrita por todos os restantes grupos parlamentares.

Nessa altura, como agora, penso que os avales iriam dar mais garantias a alguns clubes, mas isto não tem nada a ver com a nossa proposta que efectivamente procura alargar a muitos outros clubes do que aqueles que o Sr. Deputado do PS., se faz aqui de porta-voz.

Nós, da nossa parte, não somos porta-voz nem daqueles que participam nos campeonatos nacionais, nem nos regionais, nem daqueles que participam noutros campeonatos quaisquer.

Nós estamos aqui como representantes de alguns cidadãos desta Região, procuramos defender a justiça e neste caso concreta estamos procurando que a justiça seja defendida em relação a essas equipas.

Como dizia há pouco o Sr. Deputado do PP, mil contos ou menos do que isso para algumas dessas equipas, podem ser tão significativos como os 40.000 contos para aquela ou aquelas equipas, que o Sr. aqui está a defender. Esta é a realidade.

Felizmente, congratulo-lo, pelo facto de o PSD ter anunciado um voto favorável, assim como os restantes partidos, porque pensamos que o que se fez aqui foi justiça, e essa justiça foi feita em relação a estas equipas. Da minha parte dei o meu contributo, não em representação de qualquer clube mas pensando que estava defendendo a justiça.

Disse.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço esta segunda intervenção para registar a irritação do Sr. Deputado Duarte Pires, após a minha intervenção, em relação ao facto de ver que este diploma vai abranger todos os clubes desta Região Autónoma.

A sua postura, após a sua intervenção, veio demonstrar que, ao fim e ao cabo, a forma séria, como o Sr. Deputado disse estar a participar neste debate, não correspondia à realidade e talvez estivesse por detrás não os interesses dos clubes desportivos desta Região, mas sim alguns interesses de algum ou alguns clubes. Digo isto, Sr. Deputado, com toda a consciência.

A sua forma, como agiu e como reagiu, quando referi que o Grupo Parlamentar do PSD iria votar favoravelmente a proposta apresentada pela representação do PP, é bem demonstrativa dessa situação.

O Grupo Parlamentar do PSD, quer aqui, uma vez mais referir que, apoiou a posição da proposta apresentada pelo Governo, que na sequência do debate, da forma como entendemos que foi feito, merece efectivamente que venham a ser abrangidos todos os clubes.

Também queremos referir que se todos clubes vierem a ser apoiados isso deve-se ao facto do Governo ter apresentado esta Proposta, Proposta corajosa, como aqui já foi dito por vários intervenientes, e sobretudo uma Proposta realista.

Queria referir também, Sr. Deputado Duarte Pires, que quando mencionei que com a proposta alternativa era possível apoiar os clubes que faziam formação nas camadas jovens, estava-me a referir aos sítios, às localidades, às ilhas e aos concelhos onde não há clubes que militam nos campeonatos nacionais. Não estava a referir apenas o apoio às camadas jovens, mas a todos os desportistas das diversas modalidades que praticam desporto nesta Região, pelas diferentes ilhas, pelos diferentes concelhos.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero apenas prestar um esclarecimento.

Foi aqui dito que não foi ouvido nesta sala que o alargamento deste diploma a todos os clubes tinha como contrapartida retirar a disposição que aqui estava em relação ao aval.

É evidente que não. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, bem pelo contrário, é pela mesma razão que não se dá o aval, que o Governo entende que se deve alargar a todos os clubes. É por uma questão de justiça e equidade. Deve-se alargar a todos, porque têm todos o mesmo direito, todos os agentes económicos, todos os clubes, todas as pessoas colectivas, todas as pessoas singulares.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Valadão, quero dizer-lhe que efectivamente o V. Exa. estava distraído porque eu não proferi qualquer tipo de crítica, em relação à substância da sua proposta. O que eu disse e repito foi que ela foi aproveitada pelo PSD para inverter a sua posição. Portanto sobre isso, creio que ficámos esclarecidos.

Sr. Deputado Eugénio Leal, eu gostaria de dizer-lhe que eu não sou das pessoas que habitualmente defendem uma coisa nesta Casa, através das minhas palavras ou do meu serviço e lá fora dizem outra. Eu prezo a minha coerência, e no campo desportivo também.

Eu desempenhei funções de presidente da assembleia geral de um clube, que militou na 3.^a divisão e na 2.^a: Neste momento não as desempenho, mas sou presidente doutra colectividade que militou nos regionais. Não vou dizer aqui o nome, mas vou contar como é que ela é tratada pelo Governo de Vs. Exas., para que todos fiquem sabendo como é que o Governo Regional trata as colectividades consoante as pessoas que estão à frente ou por detrás delas.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Eu sou presidente de uma colectividade que os Srs. vão procurar saber qual é.

Eu tinha 2.000 contos de dívida, por efectuar obras no meu recinto desportivo e o Sr. Director Regional actual deu-me 500 contos. Em contrapartida a uma outra freguesia que não tinha feito obras nenhuma ele deu-lhe 1000 contos e estes pegaram nesse dinheiro e compraram uma carrinha. A carrinha avariou, está na sucata e, neste momento, as obras estão por fazer e o clube que eu sou presidente ainda hoje, é que teve de arranjar maneira de pagar a dívida de 2000 contos que tinha feito de investimento.

Esta é a forma que os Srs. tratam as colectividades, consoante as pessoas que estão à frente.

Agora, trate de saber qual o clube dos regionais que eu sou presidente actualmente, e fique consciente que eu não estou aqui a defender os Açores, para privilégio da colectividade que represento. Estou defendendo aquilo que me parece que é sério, justo e honesto para a Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente. Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Duarte Pires, constantemente, porque não tem argumentação para sustentar as suas posições e as do seu partido, vem reafirmando que o PSD andou para a frente e para trás e agora trouxe outra coisa à discussão.

Nós andamos, nós, posso emendar...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Duarte Pires)

O Orador: Eu estou como o Sr. Deputado Paulo Valadão. Sabe eu estou a trabalhar desde as 8 horas manhã, se calhar levantou-se ao meio-dia, é a grande diferença entre nós.

Deputado Duarte Pires (PS): Foi para ires às compras.

O Orador: Não, pergunte aos seguranças da Assembleia a que horas é que eu cheguei aqui. Se tem dúvidas pergunte a eles.

Isto para dizer que o Sr. Deputado Duarte Pires, vem fazendo essas afirmações.

O PSD andou para trás e andou humildemente. Nós, sempre reconhecemos que nos enganamos, por isso conseguimos estar este tempo todo no Governo. Vamos emendando à mão sempre que vamos errando. Hoje emendamos a tempo, tomámos uma decisão, apressadamente, até dirigida por mim, com a autorização do Presidente do meu Grupo Parlamentar, que depois calmamente e no intervalo foi preciso rectificar com a colaboração de todo o meu Grupo Parlamentar.

Quero-lhe aqui dizer e protesto nesse sentido que nós seremos sempre assim. Quando acharmos que cometemos um erro, levantamos aqui com a mesma dignidade e assumimos que não somos os donos da verdade. Também nos enganamos.

Acerca da outra questão, eu sei que o Sr. é presidente de um clube, e sei que é do Desportivo da Aqualva.

O Sr. compare o subsídio que foi dado para sua sede social ao que foi dado para o Clube Desportivo de Vila Franca, que é o clube do meu concelho. O Sr. não se referiu a isso. Referiu?

Mas eu tive que fotocopiar as portarias para dar ao Sr. Secretário, usando o mesmo argumento que o senhor usa, mas ao contrário, ou seja, dizendo, "o senhor porque é

que apoia este clube, cujo presidente é o sr. fulano tal e não apoia o outro clube?" Eu usei o argumento ao contrário. O Sr. não vem aqui dizer isso?

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Esqueceu-se de dizer isso. Por isso o PSD continua, em matéria de legislação a assumir as suas responsabilidades. Nós não estamos a legislar para o clube A, B ou C, ou para o nosso amigo da Rua da Sé, ou para o da Rua Teófilo Braga. Nós estamos aqui a legislar de uma forma abstracta e genérica, como impõe as regras do direito jurídico.

Disse.

Presidente: Com que finalidade o Sr. pretende usar da palavra?

Deputado Duarte Pires (PS): Para prestar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Duarte Pires (PS). O clube que eu sou presidente, recebeu 2. 000 contos da Secretaria Regional, que é secretário o Sr. Jaime Medeiros.

Deu-me 2.000 contos para uma despesa de 20.000. Essa questão é verdade e a mim não me causa repugnância nenhuma que o Sr. a tenha trazido aqui à coacção. A outra que eu aqui disse é absolutamente verdade. Os Srs, através do Sr. Secretário da Educação e Cultura tratem de investigar e vejam se é verdade ou mentira. E esta que eu aqui trouxe passou-se comigo, mas passam-se com outros.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Há muitas coisinhas! Os Srs. bem sabem que estão há muitos anos, que têm muitos pecados e o melhor é passar uma esponja por cima.

(Protestos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, concluída a discussão na especialidade do artigo 1.º vou pôr à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração apresentada pelo PCP, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 1.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao artigo 2.º.

Está aberta a discussão na especialidade. Lembro que a Comissão, para esse artigo, apresenta uma proposta de alteração.

Vou pôr à votação a proposta de alteração, para o artigo 2.º, n.º 2, conforme proposta da comissão.

Os Srs Deputados que concordam, mantenham-se por favor estão.

Secretário: A proposta de alteração para o n.º 2 do artigo 2.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora à votação o n.º1 do artigo 2.º, deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O n.º 1 do artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Uma brevíssima declaração de voto, só para sublinhar que o aditamento que foi feito pela Comissão vem clarificar que os clubes têm direitos, mas têm deveres, ou seja, se se definiu um montante do apoio e o prazo de pagamento, também tinha que ficar consagrado as sanções a aplicar em caso de incumprimento.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do

Governo:

O PS aprovou esta alteração proposta pela Comissão, mas não quer deixar de dizer que para nós é vago e impreciso esta formulação "...e sanções a aplicar em caso de incumprimento". Nós não fazemos ideia que sanções poderão ser aplicadas. Eu não vou dizer que seja a prisão, mas podem ser muitas e vão estar num protocolo. Parecia, do ponto de vista do PS, que essas sanções estivessem aqui explicitadas, para que esta câmara se pudesse pronunciar, com maior conhecimento e convicção.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo, pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Nesta fase, não lhe posso dar a palavra.

Deputado Rui Melo (PSD): Eu prescindo da palavra.

Presidente: Passemos agora ao artigo 3.º

Eu chamo a atenção que este artigo tem 3 propostas: uma proposta da Comissão, uma proposta de aditamento subscrita pelo PP, PCP e PS e uma proposta de alteração do PSD.

Está aberta a discussão, na especialidade do artigo 3.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, só para distinguir as propostas.

A do PSD é um aditamento ao ponto n.º 2 ou seja inclui também no protocolo a celebrar a Secretaria Regional da Finanças, Planeamento e Administração Pública e o clube desportivo beneficiado.

Pensamos que, a lógica da estrutura do diploma, implica que na natureza e no valor do apoio financeiro, não fique de fora esta Secretaria.

Em relação à proposta de alteração do PS, relativa aos avales, essa está completamente discutido e o PSD irá votar contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgamos que está tudo dito e discutido. Só quero precisar que para o PP a eficácia e a validade desta iniciativa, em nosso entendimento estaria associada à alteração que propusemos conjuntamente com o PS e PCP, no sentido de introduzir o aval com o entendimento resultante da nossa exposição e do que já aqui foi dito.

Por conseguinte, não só vamos votar a favor dessa proposta, como consideramos que se ela não for aprovada, a nossa posição final, relativamente a esse documento, é substancialmente alterada em relação à posição na generalidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que a proposta de alteração que conjuntamente apresentámos com o PP, propondo que sejam concedidos os avales aos clubes que participam ou participaram nos nacionais, é quanto a nós, o essencial deste diploma. Este diploma é um assunto que consideramos de transcendente importância e queremos deixar aqui bem claro que cada um assume as suas responsabilidades e o PSD, com a sua recusa, assumirá as suas, porque o que se trata, à semelhança do diploma desportivo de âmbito nacional que foi discutido há uns tempos atrás, o PSD propunha legislação desadequada já na semana seguinte. Esta também fica desadequada já hoje, porque se tornará letra morta a partir do momento em que isto for recusada.

É nessa perspectiva e cientes na possibilidade darmos algum contributo para melhorar este diploma que fazemos, conscientemente, esta proposta, daí que solicitamos à Mesa que o artigo 3.º seja votado alínea por alínea, na perspectiva de podermos aprovar as propostas.

Presidente: Tem, a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP). Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para fazer uma interpolação à Mesa, no sentido de saber se as propostas provenientes da Comissão, no que diz respeito a estes artigos, são subscritas por alguém e em que termos.

Presidente: O Grupo Parlamentar do PSD subscreveu as propostas da Comissão, com excepção do n.º 2, para o qual apresenta uma alteração.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Nós queríamos solicitar a votação do n.º 2 do artigo 3.º apresentado pela Comissão.

Presidente: Sr. Deputado, eu acho que não pode ser assim. De acordo com o nosso regimento e com aquilo que está presente na Mesa para o n.º 2 do artigo 3.º há uma proposta de alteração apresentado pelo PSD e eu tenho de pôr à votação essa proposta. É por aí que eu vou começar. Depois vou pôr à votação a proposta de aditamento ao n.º 1 a) da Comissão, de seguida vou pôr à votação, as propostas de aditamento ao n.º 3, subscritas pelo PS, PCP e PP e finalmente vou pôr à votação o n.º1 do artigo.

Não faz sentido votar o n.º 2 da Comissão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Faz sentido!

Presidente: Não faz sentido nenhum. É prejudicado automaticamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Compreendi perfeitamente aquilo que o Sr. Presidente disse, embora discorde porque efectivamente, depende do critério que a Mesa utilizar em relação às propostas apresentadas. Se o critério for a entrada na Mesa eu penso que as primeiras que entram na Mesa são as da Comissão. Se for esse o critério a primeira proposta do n.º 2 a ser votada, em nosso entender, deveria ser a da Comissão.

Presidente: Sr. Deputado, de acordo com o nosso Regimento, primeiro se votam as propostas de alteração e depois as propostas de aditamento.

Eu tenho que respeitar as regras do Regimento. Não é um critério da Mesa.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, exactamente pelo facto de serem as duas propostas de alteração...

Presidente: Não é de alteração. A proposta da comissão é uma proposta de aditamento.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Desculpe, Sr. Presidente, é que eu tenho na minha frente, para o n.º 2 uma proposta de alteração. O que eu tenho da comissão é uma proposta de alteração. O que eu tenho na minha frente são duas propostas de alteração.

Perante duas propostas de alteração, em igualdade de circunstâncias, é votada a primeira que entra na Mesa, se não estou em erro. Se esse for o critério, em nosso entender, é sempre a da Comissão, porque foi a primeira que entrou na Mesa.

Presidente: Sr. Deputado, a Comissão apresenta simultaneamente uma proposta de alteração e uma de aditamento. Apresenta um aditamento ao n.º 1 a) e apresenta uma proposta de alteração para o n.º 2.

Eu posso fazer uma interpretação diferente, se quiserem. Posso fazer interpretação de alínea a alínea.

É uma questão de se fazer mais uma votação, que a meu ver não faz sentido nenhum, mas se é por causa disso, eu ponho à discussão e a Mesa não levanta problema.

O que me parece é que votando o n.º 2, duas vezes, não faz sentido.

Uma prejudica a outra. É uma questão de evitar uma votação. Mas se o Sr. Deputado faz questão que a interpretação seja feita nesse sentido...

O que está aqui é o seguinte: para o artigo 3.º a comissão apresenta uma proposta de aditamento e simultaneamente uma proposta de alteração para o n.º 2.

De facto o Sr. Deputado Paulo Valadão tem razão porque o Regimento refere que é votada a primeira proposta de alteração entrada, portanto a primeira a entrar foi a da comissão.

É uma interpretação possível.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que o Sr. Deputado Paulo Valadão tem inteira razão. Efectivamente as propostas oriundas da Comissão são propostas de alteração. É efectivamente uma proposta de alteração e como proposta de alteração, uma vez que foi a primeira que entrou na Mesa, deve ser esta que deve ser votada. Mas essa é a questão formal.

Eu pedi a palavra também para me pronunciar quanto à questão da substância dessa proposta.

O que está aqui em causa é uma proposta do PSD, que acrescenta às entidades que devem ser envolvidas no protocolo, a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Quanto a isso não vemos que haja nenhum mal nesse aspecto, portanto votaremos favoravelmente essa proposta, embora tivéssemos de acordo com a que vinha da Comissão, que foi subscrita por nós, mas efectivamente não vemos nenhum inconveniente em que a Secretaria da Finanças, participe nesse protocolo.

Portanto votaremos favoravelmente a proposta apresentada pelo PSD.

Presidente: Sr. Deputado Fernando Fonte, a própria comissão refere que apresenta uma proposta de alteração e de aditamento. Portanto, neste caso está em jogo as duas coisa. Não é só uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é exactamente esta a leitura que nós fazemos das propostas que aqui estão presentes.

O PSD apresenta-nos uma proposta ao n.º 2 que diz: " as condições de apoio previstas nos números anteriores serão objecto de protocolo a celebrar entre a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, a Secretaria Regional da Educação e Cultura e o clube desportivo beneficiário". Enquanto que a Comissão propunha que as condições de apoio previstas nos números anteriores são objecto de protocolo a celebrar entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, acrescentou-se a Secretaria Regional da Finanças, Planeamento e Administração Pública e nós estamos de acordo que se acrescente, as instituições de crédito e os clubes.

O que foi retirado foram as instituições de crédito. Nós, da nossa parte, queremos votar aqui, que também as instituições de crédito vão ser mencionadas. Nós pensamos que isto é fundamental.

Nós só admitimos, e até nem faremos o cavalo de batalha que tem sido feito por outros partidos, em relação ao problema dos avales, no pressuposto que temos e que vem da Comissão, ou seja, que as instituições de crédito também iriam participar no protocolo.

Se por acaso for admissível que para além da Secretaria Regional das Finanças Planeamento, da Secretaria da Educação e Cultura e do clube desportivo, também se juntar as instituições de crédito, para nós é tudo **pacífico**.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma vez para dar a mão à palmatória.

Não há dúvida nenhuma que a intenção do Grupo Parlamentar do PSD é manter as instituições de crédito. Não tem lógica que um protocolo que vai ser formalizado entre os clubes e o Governo, deixe de fora a entidade principal, ou seja, a entidade financiadora. Tem toda a lógica a questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão. As instituições de crédito é para constar.

Em relação ao relatório o Sr. Presidente estava a fazer uma interpretação, correcta. O relatório foi elaborada de uma forma em que nós não distinguimos quais eram as alterações e quais os aditamentos e também o Sr. Deputado ao abrigo do artigo 153.º, no seu ponto n.º 2, tinha toda a razão, porque diz claramente que quando houver duas ou mais propostas de alteração, da mesma natureza, são submetidas à votação pela ordem da sua apresentação. Na interpretação que a comissão faz uma proposta de alteração, o que seria votado, sem dúvida, era a primeira que tinha entrado, neste caso a da Comissão.

Sendo assim, penso que percebi as palavras do Sr. Deputado Paulo Valadão, o PSD altera a questão de redacção, contemplando as instituições de crédito. O Sr Deputado Paulo Valadão prescinde de subscrever o n.º 2 da Comissão.

Presidente: Penso que já está esclarecida a situação.

Concluída a discussão na especialidade, passaremos à votação e votemos a proposta de alteração do PSD, para o n.º 2 do artigo 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 3.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos de então à proposta de aditamento ao n.º 1 a) do artigo 3.º, apresentada pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de aditamento ao n.º 1 a) do artigo 3.º. foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora vou pôr à votação a Proposta de aditamento ao n.º 3 do artigo 3.º, que é a questão dos avales, subscrita pelo PP, PCP e PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Sr. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 3.º foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 11 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PP e um voto a favor do PCP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o n.º 1 do artigo 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O n.º1 do artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos então à discussão na especialidade. Vou pôr à votação simultaneamente os artigos 4.º e 5.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos 4.º e 5.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao artigo 6.º para o qual há duas propostas de alteração, uma subscrita pela comissão e outra pelo PS.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente a história desse artigo 6.º é a seguinte: aparece-nos aqui uma redacção inicial do diploma apresentado pelo Governo. A Comissão resolveu introduzir uma alteração, dizendo que as dívidas são às instituições de crédito e aos fornecedores.

Depois de algumas trocas de impressões informais, chegámos à conclusão que possivelmente essa referência seria dispensável e chegou a haver uma proposta conjunta do PS com o PSD, no sentido de eliminar, pelo menos os fornecedores, pois não fazia sentido nenhum constarem aqui. Acontece que, é das tais propostas que depois do jantar também o PSD resolveu não subscrever com o PS e portanto se demarcou.

Vamos tentar perceber porque desde já a nossa opinião é que a proposta inicial do Governo estava correcta. Na nossa opinião estava totalmente correcta porque os apoios previstos neste diploma são o pagamento de juros por empréstimos bancário contraídos.

Portanto, se o apoio previsto é só pagamento de juros por empréstimos bancários contraídos, não faz sentido pôr aqui instituições de crédito, porque não vamos pagar a fornecedores, nem a privados nem a ninguém. Portanto, se o apoio previsto é pagamento de juros por empréstimos contraídos logo tinha que ser empréstimos contraídos junto da banca. Não há outra hipótese.

Por outro lado, não se prevê neste diploma que se vá pagar juros a fornecedores. É claro que os fornecedores têm que ser relacionados aqui num mapa, num anexo II

que aqui vem descrito e tem que se dizer quanto é que estão a dever, o número das facturas, se já pagaram, o que é que falta pagar. Tem que se dizer uma série de coisas. Mas como a Sr^a. Secretária disse e muito bem, essas dívidas terão de ser consolidadas, os clubes vão ter que fazer um empréstimo junto da banca e depois o Governo só se responsabiliza junto dela através desse protocolo que acabámos de falar aqui, para o pagamento desses juros.

Portanto, vir falar aqui em fornecedores, vir falar em instituições de crédito é absolutamente dispensável na nossa opinião, porque, efectivamente, os apoios previstos são para pagamento de 90% dos juros por empréstimos contraídos. Se os empréstimos forem contraídos junto da banca é aí que o Governo tem de fazer esse controlo.

Essa referência às instituições de crédito e aos fornecedores introduzida pela Comissão e que nós na altura canalizámos isso — até estivemos de acordo — reflectindo melhor e pensando bem, parece-nos que a formulação inicial apresentada no diploma do Governo, na nossa opinião é mais correcta e isso que aqui está, parece-nos perfeitamente dispensável.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr: Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que esta questão merece um esclarecimento, aliás foi na nossa reunião que fomos esclarecidos em conjunto e o Governo teve a oportunidade de dizer qual a filosofia que estava subjacente a este artigo. Portanto, penso que as dúvidas desaparecerão a partir do momento em que eu fizer a mesma explicação, porque no fundo isto é importante.

Nós temos que conjugar o artigo 6.º com o artigo 5.º. O artigo 5.º diz que "terão de ser identificados os montantes em dívidas, respectivas datas, entidades credoras, devidamente documentados pelos estágios e documentos comprovativos das despesas realizadas até 31 de Maio de 1996". São estas as dívidas que depois serão consolidadas no empréstimo bancário. Efectivamente, o Governo vai suportar os

encargos financeiros do empréstimo bancário que se vier a concretizar na data em que houver a candidatura, na data em que houver a tal consolidação.

Mas das dívidas assumidas até 31 de Maio.

O artigo 6.º diz: mas quais são as dívidas?

Ilegíveis.

São as dívidas à banca até 31 de Maio e as dívidas a fornecedores até 31 de Maio.

Deputado Duarte Pires (PS) Não, não!

A Oradora: Sim, sim. Porque o que está aqui são as despesas ilegíveis para efeitos de candidatura e não são as despesas ilegíveis para efeitos de bonificação. Os Srs. já aprovaram nesta Casa, muitos decretos desta natureza e tem sempre que haver esta distinção. O que é ilegibilidade? Porque tem que ter ilegibilidade para poder concorrer.

O que é que é ilegível para efeitos de aplicação deste diploma? São as dívidas decorrentes da actividade dos clubes até 31 de Maio de 1996.

Que tipo de dívidas? Dívidas à banca e dívidas a fornecedores.

Estava muito genérico. Na Comissão perguntaram-nos se pode-se precisar e pôr fornecedores? Não tem qualquer problema. São de facto dívidas à banca e dívidas a fornecedores contraídas até 31 de Maio de 1996, que são ilegíveis para efeitos de aplicação deste diploma, ou seja para candidatar e serem consolidadas e a partir daí apoiadas pelo Governo. É nesta óptica que isto aqui está.

Presidente: Continua aberta a discussão na especialidade o artigo 6º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esse esclarecimento, gostaria de colocar a seguinte questão.

O ficar mais preciso aqui é também no sentido mais restritivo. Acho que a pergunta que estava a ser feita tem esse significado.

Na redacção que o Governo tinha proposto todo o conjunto de dívidas relacionadas com a actividade desportiva eram ilegíveis. Com a redacção que agora é colocada além das entidades bancárias, apenas as dos fornecedores, que é um conceito específico.

Quero dizer, mais uma vez, os clubes que tiveram capacidade financeira, que puderam recorrer à banca, para os fins do passado, a estes não há qualquer tipo de restrição, não há qualquer tipo de controlo. A estes paga-se. Àqueles que não tiveram capacidade de recorrer à banca, que na estrutura da dívida a componente bancária seja menor, agora estão apenas como dívidas ilegíveis as de fornecedores. Julgo que era importante e já agora face ao rigor e às preocupações que o Grupo parlamentar do PSD costuma colocar em matéria de trabalhos de comissões, eu gostaria de saber se a comissão competente desta Assembleia, que tão afanosamente trabalhou nessa matéria me dê elementos sobre a estrutura das dívidas dos clubes.

Primeiro ponto: Quanto é que os clubes da Região deram? Que tipo de dívida? Qual a estrutura da dívida? Quanto é que eles devem a fornecedores? Quanto é que devem à banca? Que outro tipo de dívidas é que eles tem?

Os Srs. não estão a querer ser precisos no escuro.

Não tem também algo de ridículo, apenas o Deputado Jorge Valadão, que não está aqui.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O orador: Esta é penas que ele não esteja.

Vozes da bancada do PSD: Está! Está!

O Orador: Ah está!

Portanto Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo: No fundo estamos a fazer um exercício, perfeitamente no vazio.

Não sabem qual é a dívida total dos clubes abrangidos. Não sabem.

Ainda há pouco, relativamente à questão das dívidas ao sector da saúde, era bom que já estivesse registado no diário das sessões, toda a argumentação que é utilizada em relação a esta questão. Agora, faz-se um diploma destes sem se saber o que é que os clubes devem. Sem se saber o tipo de dívida.

A única coisa que sabem é aquilo que já veio nos jornais e na lusa. É a dívida à Teles. É a única coisa que os Srs. sabem. Tirando esta os Srs. não sabem mais nada.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Apenas quero pedir um esclarecimento.

De facto a palavra fornecedores poderá ter interpretações diversas e por isso eu pedia a alguém do PSD, para nos esclarecer, qual o tipo de fornecedores, qual o conceito que tem em relação a este termo?

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Começando pelo fim, eu diria que o conceito de fornecedores é aquele que vem no Plano Oficial de Contabilidade.

Quanto à questão que foi posta aqui sobre o controlo das despesas eu julgo que a questão que está subjacente a este diploma, em todo ele, uma grande preocupação de controlo; não sendo de esperar outra coisa.

É evidente que ao pôr aqui fornecedores está-se a tentar precisar o tipo de despesa. Já a alínea b) tem essa preocupação quando diz que: "...identificação dos montantes, listagem de documentos comprovativos".

Tem de ser documentos comprovativos oficiais. Todos sabem que as dívidas a particulares de sócios, associados, particulares, seja quem for aos clubes, não podem amanhã aparecer, com um papel qualquer a dizer que o clube tem uma dívida, que tem que a pagar, que tem de ser consolidada e que o Governo tem de suportar os encargos financeiros. Portanto a preocupação aqui é uma preocupação de rigor. Mesmo assim a primeira redacção do Governo é "dívidas contraídas pelos clubes decorrentes da sua actividade desportiva".

O que se pretendeu fazer com a alteração, e que o Governo não viu inconveniente, foi a interpretação que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro deu, que é efectivamente mais restritiva, quer dizer, não são todas as dívidas contraídas em abstracto, mas sim as de fornecedores, dos clubes decorrentes da sua actividade desportiva.

Presidente: tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Naturalmente, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro o Governo conhece o dossier e conhece os documentos que os clubes enviaram. E quando digo enviaram, enviaram já há uns largos meses.

Não eticamente correcto estar aqui a divulgar que dívidas, quais os montantes e a quem?

Poderei facultar ao Sr. Deputado, se assim o entende, o documento ou dossier que tenho na minha mão. Mas também devo-lhe dizer que, de acordo com o que está aqui definido, com o cuidado e o rigor que foi aqui apontado, as despesas as apresentadas de serviços prestados por fornecedores, têm que ser, obrigatoriamente, decorrente da sua actividade desportiva. Se há uma despesa, que reporta encargos relacionados com passagens aéreas, dever-se-á verificar se houve ou não nessa data, alguma deslocação da equipa em causa, na prestação ou na sua participação no campeonato em que estava integrada.

Naturalmente...

Deputado Fernando Fonte (*PS*): Vá o Governo!

O Orador: O que é que tem o Governo em relação a esta matéria?

(Apartes inaudíveis do Deputado Fernando Fonte)

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que deixasse o Sr. Secretário continuar a sua intervenção.

O Orador: Sr. Deputado não troque alhos com bugalhos.

É evidente que se aparecer uma factura do talho, de venda de carne, naturalmente não pode ser classificada como uma despesa decorrente da sua actividade desportiva.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

A SR^a. Secretária das Finanças, disse-me em resposta à minha intervenção que isto fazia parte do plano de contabilidade pública, eu devo-lhe dizer que estou aqui como deputado eleito e não tenho obrigação de conhecer esse POC, embora possa fazer parte da cultura geral de cada um.

A minha pergunta tinha outra objectivo que aliás foi satisfeito pela intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que também diz não ficar bem anunciar o montante das dívidas, no entanto, em Fevereiro de 96, basta ler o diário das sessões, onde ele diz que ascendiam a 200 000 contos.

Portanto não era tanta falta de ética como isso.

relativamente à parte restante eu gostaria que ficasse bem vincado nesta Casa, estamos mais uma vez, perante uma situação de total desadequação, neste diploma.

Eu posso apresentar um exemplo concreto.

Todas sabem que as colectividades desportivas têm regra geral um bar, um restaurante que suportam e que fabricam alguns lucros, que ajudam a sustentar a actividade desportiva.

Todos sabem quando se trata de levantar as tais passagens, de pagar qualquer tipo de coisa, vai-se buscar o dinheiro onde ele está e quem fica a padecer são os fornecedores respectivos, neste caso, do bar, ou a tal carne porventura para o restaurante etc.

O que está aqui em causa é que no diploma e com esta questão que os Srs. apresentam, se o clube tiver tido dirigentes, com capacidade para chegar junto da banca e transformarem isso em créditos bancários, tudo bem. Se não tiverem essa possibilidade, então estaca zero, ficamos na mesma. Se é essa a vossa justiça, meus Srs não temos tido.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos cada vez mais esclarecidos sobre o rigor e a objectividade deste diploma.

Já nem faço referência à observação que tinha feito, relativamente à falta de elementos por parte do relatório da comissão, porque o Sr. Secretário entende que os dados que tem, não seria justo eticamente, divulgá-los.

Tive o cuidado, nem falei na folha de merceeiros. falei na estrutura da dívida.

O Sr. Deputado sabe muito bem o significado que tem a designação "estrutura da dívida". O que é a dívida bancária, financeira, etc. Não tem nada a ver com revelação de confidencialidades., nem com questões éticas, ou não.

Esclarecido isso, o que me parece grave foram os avanços que o Sr. Secretário, como Secretaria da tutela desse sector, já aqui deixou certo, fruto certamente das longas reflexões que o Sr. Secretário e a sua equipa tem feito nessa matéria. vejamos:

O Sr. considera perfeitamente normal que o Governo pague as dívidas das passagens.

O Sr. vai ao ponto de querer distinguir, avaliar e investigar, segundo os meses e os últimos anos, as datas dos jogos e o número de passagens. É bom que façam isso! Não vão encontrar alguma para as Bermudas.

Mas, os Srs, não me disseram, aliás todos nós já sabemos! Essas passagens já foram pagas.

Esses cinquenta e tal mil contos de passagens que os Srs. vão pagar agora, o Governo já as pagou.

Deputado Rui Melo (PSD): O Governo não estando pagando agora!

O Orador: Qual é então a preocupação?

Deputado Rui Melo (PSD): O governo paga algumas.

O Orador: è o ridículo disso! A Assembleia, o Governo e a maioria não querem assumir o que é que se está fazendo aqui com esse diploma.

Com esse diploma pretende-se fazer o saneamento financeiro. Pretende-se corrigir aquilo, que eu e outros tentámos dizer aqui há longas hora, exaustivamente.

Temos que assumir isso. Por isso é polémico. Isto não é um incentivo, algo semelhante a uma empresa. Isto é um remedeio, uma acção de emergência absoluta.

Portanto não queiram entrar com preciosismos que vão gerar situações de injustiça, de indefinição. Essas sim de merceeiro.

Repito, essa preocupação que o Governo tem agora, não a teve com a aplicação dos 50 e tal mil contos das passagens, que já foram publicadas noutras coisas quaisquer.

Mais, a carne do talho, não é dívida, ficámos todos a saber aqui. Porque é que não é dívida SR. Secretário? O Sr. está pensando que a carne do talho, foram bifes para o Presidente do clube? É isso que o Sr. está a pensar?

O Sr., não pensa por exemplo que é essa carne foi para fazer "pregos" para serem vendidos no bar do clube, para se efectuarem receitas para pagamento da água e luz e telefone desse clube? Ou para pagamento do treinador? O problema dos Srs. é não terem ideia daquilo que estão fazendo.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Obviamente que não tem!

E depois, a dívida ao treinador é fornecimentos? Se calhar não é, também!

A dívida ao treinador não é fornecimento de serviços? A dívida aos jogadores o que é, se não é considerada fornecimento de serviços?

O que isto vem provar é o grau de abstracção que os Srs. têm em relação a essa matéria e depois coitados dos dirigentes dos clubes que se terão de submeter a isso.

Ficam totalmente nos critérios arbitrários, que bem entender.

Para isso não é necessário fazer legislação, nesta Casa? Par isso fazia-se uma coisa muito genérica, se calhar dois artigos tinha sido a solução para aquilo que os Srs. pretendem.

O Governo pode bonificar, regulamente e depois dá da forma que entender.

Isso tudo a respeito da precisão. Porquê fornecedores?

A situação genérica é uma situação do mau uso e de abuso dos dinheiros das colectividades.

De resto o querer distinguir, a não ser situações que estamos perfeitamente se acordo, situações que envolvam fraudes, não é demais.

Agora, também já há alguém que disse, que há facturas falsas por todo o lado. Mas nós, Partido Popular, compreendemos e admitimos que se deve fazer um esforço para controlar.

Esse pormenor dos fornecimentos, parece-nos um mau pormenor. O que é preciso é detectar se o conjunto, do passivo que os clubes apresentam, efectivamente corresponde à dívida real e se está associado aos seus fins, que decorre da sua actividade desportiva, no sentido lato, obviamente.

Por isso, quando a Sr^a. dizia à bocadinha, que isso era visto no sentido restritivo, parece-nos mal, deve ser visto no sentido lato, porque não há nenhum controlo contabilístico, até ao momento, das verbas dos clubes..

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Não há! E os Srs. não vão controlar nada, vão apenas fiar-se nos documentos dos clubes, que tem ou não aquela lista de devedores. meter fornecedores aqui é um elemento que depois pode gerar situações pouco claras, como ficou demonstrado e o Sr. Secretário fez a interpretação, o talho não é fornecedor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Morais.

Deputado Carlos Morais (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Eu tenho assistido pacatamente, aqui no meu recanto, a várias intervenções que têm sido proferidas e fazia intenção de não falar neste debate, por várias razões. O que acontece é que tenho ouvido algumas barbaridades, que têm sido ditas nesta sala, em termos do que é que se passa nos clubes desportivos.

Eu creio que, talvez à excepção do Sr. Deputado Duarte Pires, Deputado Rui Melo e mais um ou dois, presentes aqui nesta sala, nunca foram presidentes de nenhum clube desportivo, desta Região Autónoma dos Açores. Pelo menos nunca foram no final do séc. XX, porque se fossem dirigentes desportivos no final deste século, não estavam a falar da maneira como falaram.

Eu tenho algumas dúvidas, que de facto, e estou de acordo com o Senhor Secretário da Educação e Cultura, que o talho seja de facto uma despesa ilegível, no que diz

respeito às actividades desportivas. Nunca mais um clube pode estar a dever centenas de contos a um talho, inerente a uma actividade desportiva. Eu sei perfeitamente como é que o Praiense, por exemplo, faz as refeições aos estágios dos jogadores. E sei como é que outros clubes desta região fazem relação aos estágios do clube em questão. Não vale a pena entrar por aí.

O que me fez levantar...

(Apartes inaudíveis do Deputado Rui Pedro Ávila)

O Orador: O Sr. deputado Rui Pedro Ávila, geralmente fica excitado com estas coisas, mas tenha calma porque eu estou calmo, falou-se em carne e o Sr. viu logo um prato cheio...

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Eu gostaria de colocar uma questão muito simples ao Sr. Deputado Duarte Pires.

Um clube que participa nos nacionais nesta época de 95/96 e que fez negociações para que isto esteja aqui presente, e sabendo à partida que isto ia estar desta maneira, negociou com todos os seus fornecedores, dizendo que só lhes iria pagar a 30 de Setembro. Logo não recorreu à banca, logo ganhou aqui um seguro no prazo do mês de Março até Setembro, portanto ganhou um juro de um determinado montante, num valor que para um clube, meio escudo e dinheiro.

O Sr. diz que o clube não teve capacidade de negociar junto da banca! Não, isso não é verdade. Isso não pode ser tudo medido da mesma maneira, como é evidente.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Secretária Regional da Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Berta Cabral)*: Sr.- Presidente, Srs. Deputados: Apenas para fazer uma referência aquilo que aqui foi dito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Sinceramente, a última coisa que eu esperava ouvir do SR. Deputado, pela formação que tem, pela capacidade técnica que eu lhe reconhece e pela idoneidade profissional

também, era ouvir que para uns clubes tudo é permitido, tudo é possível, tudo o que for dívida tem de ser resolvido. Sinceramente, dum técnico da sua craveira eu não esperava isso!

Não pode ser, o Sr. sabe melhor do que eu, provavelmente, que isso não pode ser, porque no dia em que se abrisse todas essas possibilidades as dívidas eram mais que muitas. Porque é possível forjar tudo e mais alguma coisa.

Por isso mesmo é que todo este diploma confere aqui um conjunto de condições de acesso que tem que ser tidas em conta. Tem que ter contabilidade organizada, as dívidas tem que estar contabilizadas, tem que fazer prova delas com documentos comprovativos e oficiais. Se não tem, eu por caso estou convencida que tem, e há aqui dirigentes que podem prová-lo, porque quase todos os clubes são considerados de utilidade pública, portanto tem de ter contabilidade organizada e das conversas e reuniões que houve com os dirigentes dos clubes, ninguém me disse que não tinha.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): E os regionais?

A oradora: Bom, quanto aos regionais, os que tiverem serão abrangidos e os que não tiverem não serão.

Tem de haver condições de acesso! Isso não pode ser aberto dessa forma, porque senão isso era um saco sem fundo, era uma situação incontrolável! Então estávamos aqui a fazer o quê? Então o melhor era dizer: Nós assumimos as dívidas e o Governo paga-as. Isto então era uma fantuchada!

Estar aqui a abrir isto desta forma, o melhor era contabilizar. O Governo disponibiliza as verbas, paga e não pensa mais nisso.

Estar aqui a encontrar um esquema tão complicado como este, que como diz e bem, vai envolver o Governo com a banca durante dez anos, que vai ter de fiscalizar e controlar para no fim não servir de nada, então não vale a pena.

Então que se diga quanto é que se deve e que se decida nesta casa o que se paga. É mais correcto, é mais justo, é mais coerente e mais lógico.

Portanto, ou isto tem de ter regras, ou então não as tem e a gente assume-as já. Portanto, para ter regras são estas que estão aqui, e parecem-me muito bem, porque elas foram previstas, todas pensadas, discutidas e inclusivamente foram aceites pelos representantes dos clubes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ser dirigente desportivo, na altura em que há rodos de dinheiro aí a serem distribuídos, qualquer um é.

Dirigente desportivo, na altura em que eu conheci por exemplo uma pessoa, a quem eu muito prezo e está aqui na minha frente que se chama Manuel Azevedo, que era presidente do Boa Vista nas Flores, dirigente desportivo como Carlos Silva do mesmo Boavista ou dirigente desportivo nos quais eu não me queria incluir, com algum pudor, da minha parte, digo a VS. Exas esses é que eram difíceis e esses não se arrogam de dirigentes desportivos porque não precisam de nada para serem alguma coisa na vida.

Palavras como aquelas que me foram dirigidas, a mim não me ofendem porque só ofendem a esta casa, a esta Assembleia e a quem aqui está, nem direito foi eleito. Por isso as coisas boas ficam a quem as pratica e as palavras menos bem ditas, ou menos deselegantes fica para quem as pratica, portanto a cada um aquilo que é dado a cada qual.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da educação e Cultura.

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (Bento Barcelos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Naturalmente não vou alimentar a polémica, até porque a noite vai avançando e eu creio que este documento que aqui está em discussão corresponde a um apelo feito pelos clubes, corresponde a um apelo feito pelos Srs. Deputados e corresponde ainda a uma necessidade de ir ao encontro às angústias que dirigentes dos clubes estão neste momento a viver.

Eu estive, antes do início desta sessão a falar com o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acerca de aspectos relacionados com este diploma.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, pessoa que prezo e conheço à muito tempo, iniciou a sua intervenção dizendo que era um acto corajoso por parte do Governo, que era um acto positivo.

Para quem não, tivesse a acompanhar a par e passo isto e chegasse de repente, ficava com a ideia de que estávamos perante uma proposta de diploma sem qualquer significado, sem qualquer valia.

Parece-me que só por não ter sido possível por parte da bancada do PSD, por parte da bancada do Governo, de na proposta haver a inclusão dos avales por parte do Governo, julgo que só por essa razão não perde este diploma a validade, validade normativa, validade até disciplinar.

Quando há pouco falávamos nestas dívidas ilegíveis, falávamos também na importância desses documentos serem devidamente comprovados e não é por acaso que não só no texto, no normativo ou outro, o próprio anexo I, é claro, "projecto de saneamento financeiro devidamente comprovado pela assembleia geral do clube.

O 5.2.1 diz "diagnóstico sobre a situação financeira do clube baseada nas contas oficiais dos últimos 5 anos, acompanhada pela apresentação dos relatórios de contas, aprovados em assembleia geral no mesmo período.

O exemplo que eu citei foi um mero exemplo para tentar objectivar a diversidade de questões que poderão ser colocadas. Mas não há dúvida nenhuma que ninguém vai ultrapassar as competências da assembleia geral de cada uma destas instituições. Ninguém vai ultrapassar os corpos gerentes. Ninguém vai ultrapassar a sanidade que essas pessoas, que estão à frente dessas instituições têm.

Agora, se a oposição quer apoiar este diploma, acho que o deve fazer. O que dá ideia é que apenas o Governo e o partido que suporta o Governo é que estão interessados em resolver este problema, porque de resto só vem dúvidas, só vem suspensões, só vem um conjunto de questões que se levantam que me parecem que não são as mais adequadas para a discussão alargada.

A aprovação deste diploma, vem de encontro à sociedade civil organizada que se dedica à causa dos clubes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Quem ouvisse, por ventura, só a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, ficaria pensando que ele até tinha razão, só que ele esquece-se, que da nossa parte, não nos limitámos a levantar dúvida, problemas, etc.

Nós, inclusivamente, dissemos nesta Casa qual era a alternativa que entendíamos que deveria ser seguida neste caso.

O que acontece é que em vez de discutirmos aqui os grandes princípios, descemos às questões de pormenor e o PSD tenta baralhar e até parece que tem razão, mas não a tem.

O PSD se tivesse vontade de resolver a situação, com correcção e com a expectativa que lançou, não tinha trilhado este caminho trilhou, porque este foi o caminho da confusão, de excluir, de beneficiar etc.

Esta é a grande questão, quando se desce aos grandes princípios e discutimos o concreto.

Relativamente à intervenção dos Sr. Deputado Carlos Morais, quando ele diz que tinha ouvido barbaridades, eu não acho que isto sejam barbaridades, porque já se demonstrou aqui com exemplos que têm plena actualidade. E mais, quando o Sr. diz que o Praisense serve assim, ou assado, se calhar o futebol aqui na Horta é diferente, porque ambas são despesas provenientes da actividade desportiva e o praisense como equipa mais pobre e para economizar alguns trocados, faz nas suas instalações as refeições para os atletas, enquanto outros, se calhar comem em restaurante e apresentam-lhes as facturas. Então se é uma factura com despesa equivalente a determinada data, é despesa ilegível.

São múltiplas as situações. Isto é brincar com coisas sérias. O Sr. Deputado como presidente de um clube, em finais do século XX, que tem responsabilidades e que poderá vir a ter mais, tenha calma, não faça novamente o que fez em relação ao outro diploma desportivo, porque eu recordo-me do que é que V. Ex^a. disse, recordando-me ainda da entrevista que V. Ex^a. deu no Telégrafo, havendo, realmente, diferenças substanciais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço desculpa. Já tenho vergonha de intervir, mas isto chega a um determinado ponto que nós perdemos a vergonha e a esta hora então não tenho dúvidas disso.

O Sr. Presidente da Mesa bem que foi advertindo "o Sr. não se meter por esse caminho. Foi a opção do PSD e agora aqui tem, sessões às 2 da manhã e verá o resultado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:
Só uma pequena questão, a culpa deve ter sido minha porque não me fiz explicar suficientemente perante a Sra. Secretária Regional, e só assim posso admitir a interpretação que ela fez.

Nunca foi minha intenção, levar a entender que da minha parte tudo seria permitido, aquela questão que fez referência, abdicar de regras, nada disso. Foi dificuldade minha de explicar aquilo que tinha em mente.

Em duas palavras, jugo que isto já foi dito também, mas nunca é demais referir, porque há terceiros que podem beneficiar disso.

Tem a ver com a explicação que o Sr. Secretário da Educação e Cultura deu, quando se falou aqui nos fornecedores de carne. Efectivamente, não se trata aqui de situações normais de empresas normais.

O que me parece e acho que quem tem experiência nesse domínio sabe que assim é, é que essas colectividades perante as dificuldades financeiras, desviaram todos os meios disponíveis para o suporte das suas equipas de futebol, para pagamento aos atletas, treinadores, enfim, para investimentos desportivos, gastos. Fizeram esse desvio deixando de pagar aos agentes de viagens, passagens que já estavam pagas pelo Governo, eles não pagaram, deixando de pagar aos fornecedores em geral e eventualmente ao fornecedor de tabaco, não é só ao do talho, e o telefone, e a água e a luz. Eles deixaram de pagar, digamos, a quem consentiu, até as agências de viagens lhes cortaram as viagens, e houve um agente desportivo que dizia outro dia, como é que uma agência dá cinquenta e tal mil contos de crédito? Estava fiada em quê?

No dia que cortou, os clubes desenrascaram-se e foram a outra agência pagar, não sei como, e lá conseguiram bilhetes para uma outra agência.

Sr^a. Secretária e Sr. Secretário:

É nesse sentido que eu digo e reafirmo, com plena consciência daquilo que estou dizendo, de que na apreciação do leque das dívidas reais dos clubes, actuais, vão-se encontrar situações anómalas e algumas delas, na minha óptica, devem ser consideradas ilegíveis, porque foram dívidas que naturalmente já deveriam estar pagas.

É nesse sentido, que vai aparecer tabaco, enfim, vai aparecer uma série de coisas que até nalguns casos geraram lucros e as colectividades empregaram custos, lucros, no sorvedor de um clube de futebol que são as loucuras dos atletas, dos treinadores e tudo o que gira à volta disso.

Foi nesse sentido que nós entendemos que deveria ficar na legislação uma coisa mais ampla. Isto é que é confiar no Governo. Isto é que é confiar na administração e quem estiver a analisar isso em conjunto com os clubes, averiguando e ouvindo é que vai concluir ou não se são dívidas legítimas reais e portanto fundamentadas ou se não são, porque pode aparecer uma passagem para as Bermudas, que não é e pode 100 contos num talho que é.

Foi isso que quisemos dizer, porque percebo que não é obrigatório todos se informarem ou saberem como é que as coisas funcionaram, e foi esse contributo que quisemos dar.

Talvez agora ficámos entendidos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo.

Vou tentar ser rápido e vou-me socorrer da última intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, para colocar uma questão muito concreta à Sra. Secretária das Finanças.

Efectivamente percorrendo todo aquele cenário que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acabou aqui de descrever, vamos imaginar que um clube já contraíu um empréstimo de 10.000 contos junto da banca para pagar o talho, o tabaco, as cervejas, essas coisas todas, até eventualmente o pão e o fiambre para fazer sandes, para o lanche das crianças das escolas de formação, e é duvidoso se isso é ou não actividade desportiva ou apoio à actividade desportiva, enfim muitas dessas coisas, a coca-cola, o sprite,

essas coisinhas que se dão às crianças e aos atletas quando estão em estágio. Imaginemos que um clubes, ou clubes já tinham esse problema há dois ou 3 anos, que tinham 5, 6, 7 ou 8 mil contos de dívida a fornecedores e como é que, como pessoas de bem, resolveram contrair um empréstimo junto da banca para pagar esses fornecedor mas no entanto já contraíram esse empréstimo. O que é que lhes vai acontecer agora? O que vai acontecer é que o Governo com este diploma vai pagar essa dívida, que já está consolidada junto da banca e não se vai preocupar em saber porque é que essa dívida foi feita. Portanto, quando se fala aqui em situações incontroláveis, que é isso que a Sra. Secretária quer evitar, aliás todos nós, mas é preciso que a Sra. Secretária e todos os Srs. Deputados tenham consciência que já vamos pagar juros de dívida, consolidada junto da banca, que ninguém controla nem ninguém sabe como é que foi feita. Portanto não vamos exigir rigor para aquilo que se vai fazer agora, é preciso que tenhamos consciência que não estamos a aplicar, nem temos nenhuma certeza de estarmos a exigir com rigor, nem com acuidade, nas questões que fazem parte do passado.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o PSD já percebeu a intenção da oposição. Eu só gostaria de perguntar se os Srs. ainda não perceberam qual é a nossa?

A minha dúvida é essa. Isso é uma questão de opção, nós optamos.

Nós não queremos cair no ridículo de estarmos a discutir aqui um artigo, durante várias horas, não queremos usar mecanismos regimentais de requerer votação, queríamos apenas pedir a colaboração dos Srs. Deputados sobre essa matéria.

Nós já compreendemos a vossa posição, agora, desculpem-me o termo mas não vamos ser papagaios uns dos outros - eu por mim estou à vontade, até agradecia que isto aguentasse mais 2 horas, porque eu tenho que estar no aeroporto às 7, para ir para a Terceira receber a direcção do grupo Parlamentar da Assembleia da República do PSD.

Repito mais uma vez, nós só queremos saber se a oposição já percebeu a opção do PSD. O PSD já percebeu qual a opção da oposição.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral):

Em primeiro lugar eu gostaria de perguntar, muito claramente, qual é a proposta do PS relativamente a este artigo. Porque, tanto quanto percebi, ainda é mais restritiva. É que só aceita as dívidas das instituições de crédito.

Deputado Fernando Fonte (PS): A nossa posição é a proposta que a Sr^a. Secretária fez comum membro do Governo aqui presente na Assembleia.

Presidente: Sr^a. Deputado eu agradecia que deixasse a Sr^a. Secretária continuar a sua intervenção. Se pretender usar da palavra, peça-a.

A Oradora: Foi apresentada aqui uma proposta de alteração, inicialmente subscrita por todos os partidos, que depois o PSD retirou, e eu percebi que o PS tinha mantido. Portanto, primeiro gostaria de perceber se é isso ou não.

Se for isso, então não estou a defender essa proposta, estou a defender outra. Gostaria de ser esclarecida sobre isso.

A, segunda questão é essa que o Sr. Deputado Fernando Fonte levanta e muito bem. Só que há uma diferença, ou seja, as dívidas já contraídas na banca a 31 de Maio de 1996, foram contraídas de boa fé. Temos que partir do princípio que assim foi e de que as pessoas e os dirigentes não sabiam que iam ter juros bonificados.

Neste momento, abrir isso, significa que podem forjar dívidas. São coisas completamente diferentes.

É evidente que nós temos que partir dessa boa fé, porque pode acontecer perfeitamente o pão, a manteiga, e outras passagens. Isto pode acontecer, mas nós temos que partir do princípio de que essas dívidas foram contraídas de boa fé e que as pessoas que as contraíram estavam contar pagá-las e pagar também os encargos financeiros respectivos. Portanto, foram comedidas nas suas despesas.

Neste momento, abrir isto a quaisquer despesas posteriores e sem controlo, levaria a que pudessem forjar muita coisa e que inclusivamente pudessem ter dívidas para gastar por conta. É preciso ter muito cuidado.

Isto não é simples, não há receitas perfeitas, este diploma não é perfeito nem nenhum vai ser.

Agora, que se tentou fechar a malha o mais possível para que a partir de Maio de 96 não aparecessem aqui despesas e dívidas não existentes ou não controláveis, pelo menos essa preocupação nós tivemos.

Quanto à questão do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o que está aqui em causa é isso, ou seja, se há despesas que se podem dizer que foram bem feitas umas vez que pretendiam angariar outras receitas, etc., não há dúvida que isto é tudo muito subjectivo.

Também poderá haver outras que não foram e podem ser apresentadas pela mesma justificação.

É sempre muito difícil o Governo ou quem estiver a apreciar isto, ter a certeza que as coisas são feitas de boa fé e como devem ser.

De qualquer maneira, nós não temos que estar aqui a substituirmo-nos à comissão.

Há aqui uma comissão prevista no artigo 7.º que há-de apreciar as candidaturas constituídas por vários elementos das duas secretarias, por representantes dos clubes, embora julgo que estes não têm direito a voto devido a uma alteração que foi feita, mas de qualquer maneira têm assento na comissão e hão-de tentar apreciar o melhor possível e com a maior objectividade possível todas as facturas e todos os documentos que aparecerem para serem ou não considerados ilegíveis.

Essa comissão decidirá e, tal como digo, não há sistemas perfeitos.

Que se tentou o melhor possível, tentou-se. Qualquer alteração que seja para melhorar estamos absolutamente receptivos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que o Sr. Deputado Rui Melo levanta de já saber o que é que a oposição pensa e que esperava que, neste momento, a gente já pensasse no que é que o Sr.

pensa, antes de começar este debate, nós já sabíamos o que é que os Srs. pensavam, porque a partir do momento em que disseram que não aceitam avales e que pretendem restringir este diploma à expressão minimamente, percebemos logo o que é que o PSD queria. Esse objectivo está percebido.

Porém, o que nós estamos aqui a fazer parece-me que é um debate interessante, embora o adiantado da hora, é útil, a Sra. Secretária acabou agora de referir que essas candidaturas vão ser apreciadas por uma comissão com representantes de diversas secretarias...

Deputado Rui Melo (PSD): Está no artigo 7.º.

O Orador: Com certeza!

Deputado Rui Melo (PSD): A Sra. Secretária não acabou os outros artigos...

O Orador: Não é isso, ela acabou. Ó Sr. Deputado tenha calma!

A Sra. Secretária acabou de dizer e é verdade, que os documentos vão ser apreciados por uma comissão e parece-me que este debate que aqui estamos a ter será fundamental para essa comissão quando tiver que apreciar candidaturas. assim, ficam a perceber qual o espírito que presidiu à aprovação e à feitura deste diploma, qual a discussão, o que é que os diversos partidos disseram, o que é que os Srs. defenderam e o que é que não defenderam.

Para nós, por exemplo, era importante que ficasse muito bem esclarecido o que é que se entende por actividade desportiva e aquilo que o Sr. Deputado vem defender dizendo que nós estamos aqui acerca de duas horas sem adiantar nada, nós estamos a tentar precisar esse conceito e talvez ainda não conseguimos precisá-lo.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez há pouco uma intervenção, e bem feita, e vi acenos de cabeça do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura e da Sra. Secretária das Finanças, concordando no seu motismo natural com algumas das considerações que estavam a ser feitas. Eu próprio também concordei com elas.

Nós estamos tentando definir uma série de coisas que são essenciais e são essenciais para que fiquem esclarecidas neste plenário e para que sirvam de futuros esclarecimentos a quem tiver que apreciar essas propostas.

É mau que estamos a discutir este assunto a estas horas da noite, mas não considero que estejamos a perder tempo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Morais.

Deputado Carlos Morais (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Em primeiro lugar, a minha intenção em relação ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, não foi com o intuito de o ofender.

De qualquer maneira, o Sr. Deputado está aqui tão eleito quanto eu, só que o Sr. foi eleito pelo Pico e eu fui eleito pelo Faial. Sobre esta matéria julgo que não há dúvidas.

Em relação ao artigo 6.º que no fundo é a discussão que estamos tendo aqui, continuo a não ter uma resposta clara por parte da bancada do Partido Socialista sobre uma questão concreta que levantei aqui, ou seja, um clube que negociou a sua dívida aos fornecedores.

Aliás, todos os clubes abrangidos pelo artigo 1.º, o qual foi aprovado, ou seja, os clubes que participam nos regionais, não devem ter muitas dívidas às instituições de crédito. Devem ter dívidas sim a fornecedores.

Como é que são contempladas no artigo 6.º em conjugação com o artigo 5.º?

Gostaria que me explicassem na vossa versão restritiva que é retirar e aos fornecedores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, apenas pretendo chamar a atenção do Sr. Presidente para uma questão regimental que se prende com o artigo 107.º, ponto n.º 3. O Regimento diz que "Durante a discussão na especialidade o tempo máximo do uso da palavra por cada orador será de quinze minutos na primeira vez e cinco na segunda."

O Sr. presidente tem consentido e tem dado tempo a todos os partidos desta natureza....

Presidente: Sr. Deputado, a regra da Casa é que são quinze mais cinco e os pedidos de esclarecimento as vezes que os Srs. entenderem. Assim tenho procedido.

Há pouco, chamei a atenção do Sr. Deputado Fernando Fonte porque ele estava a prestar um esclarecimento por isso só tem três minutos.

É este o critério que tenho seguido.

Está esclarecida a questão?

O critério que usamos é que os pedidos de esclarecimento são sempre possíveis fazer por isso não contabiliza nesse tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gastão Barbosa Pacheco.

Deputado Gastão Barbosa Pacheco (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui há 3 horas com este menino nos braços, ou seja, os clubes de futebol. Tenho a impressão que o menino está penando para adormecer e não vai ser fácil.

(Risos da Câmara)

É um problema delicado, mexe com todos nós, mas principalmente mexe mais com o dinheiro.

Eu já vi abrir muitos clubes, já vi fechar outros e naturalmente irão continuar a fechar mais alguns. Certamente isso irá acontecer.

O último seria a Dra. Berta ter uma saca e dentro dela em vez de 31 milhões ter 70 milhões. Pagava isso tudo e começava de novo. Era fácil!

Até nesta época era melhor para todos. É um problema que não vai ser fácil resolver a contento de todos.

O Sr. Secretário teve a pouca sorte de dizer que o talho não é uma despesa. Na minha opinião tudo é despesas, mas estas simplesmente não podem ser consideradas, porque amanhã caiem-nos aqui bandas de música, asilos e temos que pagar essas desgraças todas.

Para nós é mais fácil dizer que iremos pagar tudo, mas não pode ser. Vamos acabar com isso!

A nossa posição, ou pelo menos a posição séria, é a de tentar ajudar, se possível, porque vamos a um campo de futebol e vemos 15 jogadores do México, 18 da Guiné e nem um daqui.

Vão jogar para a mata da doca, joguem com pessoal de cá, reduzam nas despesas e não brinquem com milhares de contos com estes meninos a passearem com violões às costas.

Falou-se que vamos anuir a isso, porque por minha vontade pessoal não era assim. Isto já é muito bom.

Quem fez as asneiras que as pague. Alguns já as pagaram, por exemplo o colega do Dr. Victor Evaristo e outros que se meteram nessas andanças. Portanto, isto tem que sair da pele de alguém e vai sair um bocadinho da nossa pele.

Sinceramente, já são duas e meia da manhã e a gente nunca mais sai daqui. Eu por mim vou daqui directo para o aeroporto e se não for de manhã vou à tarde, mas vamos a ver se resolvemos isto.

Já é uma ajuda boa, vamos tentar melhorar se possível, mas isso passa tudo por dinheiro e dinheiro não há muito, porque é preciso estradas e muitas outras coisas.

Vamos a ver se saímos todos daqui perfeitos na fotografia.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria-me inscrever para uma intervenção, mas antes queria que a Mesa voltasse a repetir quais são as propostas para o artigo 6.º que estão em cima da Mesa.

Presidente: Para o artigo 6.º há a proposta original que está prejudicada com a proposta da comissão, bem como uma proposta subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que diz o seguinte "para efeitos dos apoios previstos neste diploma, são consideradas apenas as dívidas às instituições de crédito contraídas pelos clubes e decorrentes da sua actividade desportiva."

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela nossa parte, em relação a este artigo, estamos perfeitamente esclarecidos e estamos conscientes daquilo que vamos fazer.

Foi esse o caso e a causa que nos levou a não intervir em relação a este artigo, nestes debates até porque esta matéria foi — se a memória não me falha — analisada em comissão.

Da comissão saiu uma proposta que está presente, assim como outra que vem da bancada do Partido Socialista.

Em nosso entender, o Partido Socialista propõe que seja as dívidas apenas às instituições de crédito.

Em relação a isso, temos muitas dúvidas e estamos nitidamente contra, porque corre-se o risco de efectivamente apenas dois ou três clubes, talvez aquele que o Sr. Deputado Duarte Pires tão assertivamente tem defendido ser o afortunado. Também o afortunado já sabemos — ele não está cá — que vai ser aquele que o Sr. Deputado do Partido Social Democrata também defende e que já sabia porque ele até disse que já sabia antes, ele até soube antes dos outros, mas estas são outras coisas e neste adiantado da hora não vamos trazer esta matéria á colacção porque nunca mais saíamos daqui e já estamos aqui há muitas horas.

Esses dois clubes eram contemplados e os outros?

A mim está a preocupar-me os outros dois, porque aqueles que aqui são representados pelo Sr. Deputado Duarte Pires e pelo Sr. Deputado Carlos Morais, em relação a esses, eles estão bem defendidos.

Agora preocupa-me os outros todos, ou seja, aqueles que têm dívidas aos fornecedores. Eu penso que esses também têm que ser defendidos.

Nós temos que conciliar os interesses dos tais clubes que têm as dívidas às instituições de crédito e os tais clubes que têm os fornecedores.

Por isso, para o Partido Comunista Português, a decisão está tomada, é clara e precisa.

Nós vamos defender que aqueles que têm dívidas às instituições de crédito devem ser contemplados, mas também vamos defender que aqueles que têm dívidas aos fornecedores vão ser contemplados.

Vamos votar favoravelmente a proposta da comissão.

Sobre esta matéria, os Srs. podem argumentar tudo o quanto quiserem, mas a nossa decisão está tomada, não vamos dar qualquer resposta em relação à nossa intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Morais.

Deputado Carlos Morais (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

V. Exa. "obrigou-me" a falar agora.

Primeiro dá-me a impressão que o Sr. Deputado não esteve presente na Sala há dois ou três minutos a trás.

Quando eu fiz uma pergunta ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dizendo que a proposta do PSD era mais abrangedora ou contemplava todas as situações pondo lá "e aos fornecedores". Isto vinha contemplar o artigo 1.º da alteração que o Sr. Deputado do Partido Comunista Português fez aos clubes que estavam nos regionais que provavelmente não têm dívidas às instituições de crédito, mas têm dívidas a fornecedores.

Foi isto que eu disse.

Em relação ao segundo ponto que diz respeito a eu saber antes dos outros, Sr. Deputado, foi criada uma comissão onde estiveram presentes 11 clubes que participavam nos nacionais de futebol.

É lógico, porque Carlos Morais não são dois, é só um, esteve presente em todas as reuniões de trabalho e foi feito um documento o qual foi apresentado ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura do qual eu também subscrevi.

Houve depois uma proposta que saiu desse grupo de trabalho da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e da Secretaria Regional da Educação que eu também tive acesso tal qual o Sr. Deputado. Precisamente a mesma coisa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

A questão é fácil de explicar em poucos minutos.

Efectivamente, como há pouco tive a oportunidade de dizer, hoje, durante a tarde e depois do Grupo Parlamentar do PSD ter reunido e analisando calmamente essa proposta, chegámos à conclusão que a redacção ideal para o artigo 6.º seria aquela que inicialmente foi apresentada pelo Governo.

Tentei fazer passar junto da Direcção Regional do Grupo Parlamentar do PSD esta argumentação e posição. Na altura, não a consegui convencer relativamente a essa matéria ou à totalidade desta proposta e por consenso resolvemos eliminar os fornecedores e mantínhamos as instituições de crédito. Esta proposta deu entrada na Mesa.

Quando o PSD se desvincular desse compromisso, nós mantivemos essa proposta na Mesa.

Desde o princípio e aproveito para esclarecer a Sra. Secretária, disse que a nossa posição inicial era que a redacção do Governo é a que melhor servia, era a mais abrangente e a menos restritiva.

Pela última vez vou explicar porque é que nós propúnhamos que se repisares a instituições de crédito e não volto a dar mais nenhuma resposta ao Sr. Deputado.

O Sr. Deputado pode dizer tudo o que quiser, pode estar preocupado com todas as dívidas, mas este diploma prevê que a natureza do apoio financeiro consiste no pagamento de 90% dos juros devidos por crédito bancário até ao limite de 40 contos. Portanto, pode-se dar as voltas que se quiser dar, mas o Governo só vai apoiar quem fizer empréstimo junto da banca. Se é por dívidas a fornecedores, se é por dívidas de carne, tabaco, cerveja, coca-cola ou daquilo que for, os clubes têm que consolidar essa dívida junto da banca e só depois dela estar consolidada junto da banca é que o Governo paga 90% dos juros.

Para nós a questão é tão simples como isto e daí que não se justificava colocar aqui dívidas à banca, a fornecedores por isto ou por aquilo. Para nós o que é claro e que resultava sem nenhum conflito era dizer que para efeitos dos apoios previstos neste diploma são consideradas apenas as dívidas contraídas pelos clubes decorrentes da sua actividade desportiva.

A posição do PS é tão clara como isto. Se ainda ficou na proposta de cima "a instituições de crédito" é porque isso resultou de um compromisso de uma proposta que foi apresentada antes do jantar com o PSD.

A questão está esclarecida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, peço a palavra para protestar relativamente às afirmações feitas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão que me atribuiu o título de representante de um clube com interesses na matéria.

Eu só posso aceitar isso por dois motivos, ou porque o Sr. Deputado Paulo Valadão não percebeu de facto o que é que estava em discussão, ou porque mais uma vez estava distraído como da outra vez.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, peço a palavra para contra-protestar.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como disse na minha intervenção, em relação à matéria não iria responder.

Em relação às palavras do Sr. Deputado Duarte Pires, o meu contra-protesto é no sentido de procurar levar o Sr. Deputado a compreender que não deve usar tanto o espelho.

Quanto a mim estou atento, estou presente a todas as sessões, participo em todos os debates e por isso mesmo é natural estar atento.

Portanto, o Sr. vire o espelho e quando olhar para mim abstenha-se dele.

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só posso entender esta última intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão como uma vontade nítida de ofender um deputado que está nesta Casa eleito como

representante do povo, mas as acções ficam com quem as comete e essa fica consigo, não me preocupo com isso.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Eu sei disso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por incrível que pareça, as nossas preocupações de especialidade fazem com que estejamos a defender as virtudes da proposta do Governo em relação ao artigo 6.º e parece que a Representação Parlamentar do PP é a única que compreende as preocupações do Governo quando apresentou a sua versão para este artigo.

Cada vez mais estamos cientes que esta proposta, em relação à redacção do artigo 6.º, é uma boa proposta e visa definir quais as despesas ilegíveis.

Sob esse ponto de vista, na nossa opinião, a proposta do Partido Socialista não se enquadrava aqui ficando apenas a proposta do Grupo Parlamentar do PSD.

A questão de fundo julgo que é importante e resume-se a duas questões que foram postas no início da discussão na especialidade, ou seja, o sentido que se quer dar à palavra fornecedores.

O Sr. Deputado Gastão definiu aqui uma questão importante de uma resposta que ele considerou menos feliz do Sr. Secretário, o que levou a que prolongássemos este assunto, mas que tem razão de ser.

Este trabalho de especialidade é tipo de uma Assembleia Regional, convenhamos. Noutras assembleias, esse trabalho é feito em comissões e na nossa é feita em plenário.

Será que a despesa com um atleta é uma prestação de serviços ou será uma despesa com pessoal?

Se for considerada uma despesa com pessoal, entra no computo dos fornecedores.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar porque o seu está a esgotar-se.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Construtivamente, estou colocando questões práticas para ver se os nossos ilustres colegas do PSD estão cientes da virtude da sua proposta, tendo em conta tudo o que foi dito.

Se calhar a proposta do Governo deixa uma margem de manobra para quem vai executar e ver caso a caso.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Efectivamente, a proposta do Governo, neste momento, é a proposta do PSD, porque foi em comissão que o Governo aceitou aquela alteração precisamente por todas as razões que aqui têm sido apontadas.

De facto, isto estava tão amplo que eu devolvo-lhe a pergunta: a contratação de um guiniense, como o Sr. disse, é uma despesa de fornecedores, é uma despesa ilegível, é uma despesa decorrente da actividade?

É um problema concreto.

Será que deve ser?

Isto tornou-se tão abrangente e levantou um conjunto de preocupações que acabámos por aceitar uma redacção mais restritiva e mais fácil de controlar.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária:

É nisso que nós nos entendemos.

Para o Partido Popular e de acordo com o objectivo deste diploma, todos os gastos feitos com os atletas, sejam eles da Guiné, Cabo Verde, Açores ou de Portugal Continental, pelos clubes da Região, independentemente da avaliação subjectiva do contrato — há alguns atletas nos Açores que recebem 400 contos e os da Guiné recebem 100 e se calhar são melhores que os dos Açores, ou vice-versa — são inevitáveis.

Esta proposta tem o objectivo de pagar as dívidas que os clubes cometeram, além das suas posses, para pagar os atletas e os treinadores. É para isso que o Governo apresenta esta proposta.

Se não for ilegível o pagamento aos atletas que é que foram a origem do descalabro dos clubes, então o que é que estamos aqui a fazer?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gastão Barbosa Pacheco.

Deputado Gastão Barbosa Pacheco (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Esse passivo já está consolidado. Essas baboseiras já estão nas letras.

De futuro é que tem que haver a preocupação de saber quem são os fornecedores e o que é que forneceram.

Esse passivo está morto, está consolidado. As letras estão feitas, o aval está concedido ou não. Até 31 de Maio está feito.

A partir daqui quando nós considerarmos fornecedores temos que ter mais cuidado. É isto que eu penso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O pagamento foi feito a esses atletas.

Os que não são dos Açores já estão nas suas terras e para fazer esses pagamentos os clubes não pagaram ao talho, e a outros fornecedores. Alguns, que eu saiba, ainda devem a treinadores, dívidas essas que estão em contencioso.

Os primeiros credores a accionarem judicialmente os clubes de futebol foram os atletas e treinadores. Isto é curioso, os clubes têm dívidas a atletas e a treinadores que estão accionando os clubes e alguns já estão com penhoras exactamente por esses credores.

Para pagar a uns deixaram de pagar a outros fornecedores. Portanto estamos entendidos. Daí a razão de ser nossa preocupação.

Infelizmente não são casos lógicos porque tudo aquilo funcionou na base de desvios. Não houve execuções orçamentais dos próprios clubes.

As assembleias gerais dos próprios clubes, reconhecidamente muitas não sabem o que é que aprovaram. Aprovaram resultados finais que lhes apresentaram e muitos

deles eram incontroláveis. Não estou a acusar em geral, mas sim estou a citar casos que existiram por esta Região fora.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é indiferente a razão de ser da alteração constante ao nível da comissão relativamente ao artigo 6.º da proposta do Governo, porque penso que essa proposta poderia dar eventualmente origem a alguns abusos.

Nós temos que conjugar o artigo 6.º com o artigo 5.º, porque o artigo 5.º diz que temos que identificar os montantes em dívida, datas respectivas, entidades credoras e todas as despesas realizadas até 31 de Maio.

Se nós entendermos como despesas ilegíveis todas as dívidas contraídas, sem especificar que são instituições de crédito aos fornecedores, eu ponho esta questão prática: qualquer dívida de um sócio, um suprimento ou um empréstimo que ele fez ao clube, qualquer dívida, até um director antigo que eventualmente fez um empréstimo a esse clube, essa dívida está incluído na proposta do Governo, mas não está na proposta da Comissão.

Nós sabemos muito bem como é que isso funciona, ou seja, dá origem a abusos. Quem é que garante que amanhã não haja um sócio ou um clube que preencha um documento, incluindo-o nas contas até 31 de Maio deste ano, dizendo que emprestou ao sócio "fulano tal" mil contos?

Esta é uma verba ilegível na perspectiva do Governo, mas não é na proposta da Comissão.

Deputado Duarte Pires (PS): Não está correcto.

O Orador: Desculpe, está correcto.

Deputado Rui Melo (PSD): Está correcto, sim senhor. Nós falámos nisso!

O Orador: Qual a possibilidade de controlar isso?

Na proposta do Governo é uma despesa ilegível, mas na proposta da comissão não se inclui as dívidas às instituições de crédito nem as dívidas aos fornecedores.

A razão de ser da alteração relativamente à proposta do Governo era evitar eventuais abusos que poderiam surgir com essa redacção. Com a proposta da comissão é mais difícil que esses abusos surjam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jorge Valadão:

A proposta do Governo traz um anexo que tem que ser obrigatoriamente preenchido onde diz: "listagem de documentos comprovativos de despesa".

Na primeira coluna temos o fornecedor, o número da factura, a data, a descrição, o montante e depois a situação actual dessa factura que está por pagar e o que é que está pago. Do que estava pago, ainda tínhamos por crédito bancário ou por dívida interna.

Portanto, este é um anexo que faz parte integrante deste diploma, é da proposta do Governo e tem que ser preenchido. Os clubes para se candidatarem aos apoios têm que preencher isso.

A proposta apresentada pelo Governo não pode ser vista isoladamente do artigo 6.º. Ela constitui um conjunto de propostas, documentos e anexos que têm que ser preenchidos.

A questão que o Sr. levantou ficava perfeitamente esclarecida com o preenchimento desse anexo.

Muito obrigado.

Presidente: Concluída a discussão na especialidade do artigo 6.º e tendo em consideração que o Partido Socialista retirou a sua proposta, vou pôr à votação a proposta de alteração apresentada pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pela Comissão para o artigo 6.º, foi aprovada com 24 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 11 votos contra do PS e 1 voto contra do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso voto favorável foi no sentido de considerarmos que serão ilegíveis para apoio todas as despesas, tanto aquelas que os clubes tenham perante as instituições de crédito, como aquelas que tenham perante fornecedores.

Presidente: Passemos agora à discussão na especialidade do artigo 7.º.

Para este artigo há uma proposta de alteração para o n.º 1 apresentada pela Comissão. Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que de acordo com o texto da Comissão, a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública terá direito a 2 representantes, a Secretaria Regional da Educação e Cultura terá direito a 1 e um representante do clube proponente. A Associação não tem direito de voto.

Esta é uma questão de pormenor, mas isto dá quatro votos. Pelos vistos vota-se e depois não há ninguém com voto de qualidade.

No plano teórico pode surgir constrangimentos em relação a isto.

Presidente: Sr. Deputado, julgo que são 5 representantes: 2 da Secretaria da Educação, 1 da Secretaria das Finanças, 1 do clube...

O Orador: São 4, Sr. Presidente! São 4 votos e pelos vistos vota-se. Se ninguém tiver voto de qualidade, pode haver constrangimentos no plano teórico.

Podem-me dizer que há 3 que são do Governo, mas tecnicamente parece-me que não está muito bem.

Presidente: Continua aberta a discussão do artigo 7.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De facto, há aqui um empate, mas está aqui que a Comissão é constituída por despacho conjunto e que poderá ser dado voto de qualidade ao elemento da Secretaria da Educação e Cultura que irá presidir.

Esta disparidade aparece porque tivemos que pôr aqui um representante da associação respectiva, este último sem direito a voto, porque há clubes, como por exemplo o Sporting Club da Horta ou o Clube União Micaelense, que têm várias modalidades.

No caso do Sporting Club da Horta tinha que ir o representante da associação de andebol e o representante da associação de futebol, do União Micaelense teria que ir 4 representantes porque eles têm 4 modalidades nos nacionais. Isso implicava que a solução que foi encontrada é que o representante da associação ficasse sem direito a voto.

A questão levantada pelo Sr. Deputado Fernando Menezes é pertinente e de facto, penso que o Governo terá em consideração que o presidente terá que ter voto de qualidade na votação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O n.º 2 do artigo 7.º diz que " a presença da comissão acima referida, caberá a um dos representantes da Secretaria Regional da Educação e Cultura".

Parece-me que para obviarmos essa situação podia-se acrescentar somente "que terá voto de qualidade".

Julgo que isso ultrapassaria a questão levantada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente:

Apenas para dizer que o Partido Social Democrata concorda com o aditamento.

Sendo assim, ficaria "a presença da comissão acima referida, caberá a um dos representantes da Secretaria Regional da Educação e Cultura que terá voto de qualidade".

Presidente: Concluída a discussão na especialidade, vou pôr à votação o n.º 1 do artigo 7.º, conforme proposta da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pela Comissão para o n.º 1 do artigo 7.º, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à votação do n.º 2 do artigo 7.º tendo em conta o aditamento "**terá voto de qualidade**".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O aditamento para o n.º 2 do artigo 7.º, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à discussão na especialidade do artigo 8.º para o qual o Grupo Parlamentar do PSD apresenta uma proposta que se resume ao aumento do prazo de 30 para 60 dias.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. presidente, Srs. Deputados:

Antes de mais, uma primeira correcção.

Na proposta de apresentação do Grupo Parlamentar do PSD, nós mantivemos a palavra "seguidos" a qual é para eliminar.

A palavra "seguidos" retira-se conforme já tinha sido proposto pela comissão.

A alteração que é proposta agora tem a ver com o definirmos aqui o prazo máximo de apreciação das candidaturas atendendo-se a abrir aos clubes dos regionais o que vem implicar um maior número de candidaturas.

Não posso deixar de sublinhar que estamos a falar de um prazo máximo e eu próprio faço um apelo ao Sr. Secretário para que este prazo seja usado só em circunstâncias extremas e sempre que seja possível sejam analisados os projectos nos prazos úteis.

Presidente: Não havendo mais intervenções, votemos em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pela Comissão.

O Sr. Deputado Rui Melo pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, apenas para frisar que o Partido Social Democrata não assume a proposta da Comissão.

Ao não assumirmos a proposta da Comissão, se nenhum grupo parlamentar a assumir, o que fica em discussão é a proposta apresentada.

Peço desculpa de não ter alertado o Sr. Presidente atempadamente.

Presidente: Votemos então a proposta de alteração para o artigo 8.º, conforme proposta do Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à discussão na especialidade dos artigos 9.º e 10.º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos 9.º e 10.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à votação dos anexos.

Anexo I.

Para este anexo, a comissão faz uma proposta de alteração para o seu n.º 5 - 5.2.2.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O n.º 5 do anexo I foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votemos agora os restantes números do anexo I.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O anexo I foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao anexo II.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O anexo II foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na globalidade com 24 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 11 votos de abstenção do PS e registou 1 voto contra do PP.

Presidente: Peço à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais o favor de proceder à redacção final do diploma.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos a favor na generalidade na expectativa de que o debate fosse esclarecedor, mas não foi. O diploma não corresponde às expectativas nem resolve os problemas dos clubes.

O PS resolveu abster-se séria e responsabilmente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como tínhamos anunciado na nossa primeira intervenção genérica, a eficácia e os objectivos deste diploma, na nossa óptica, dependiam das alterações que propusemos na especialidade.

Como não foram atendidas, daí o nosso voto contra. O documento, na nossa opinião está em coerência com aquilo que defendemos nesta Casa admitindo que eventualmente — e fazem os votos para que possamos estar enganados — que em resultado da aplicação deste diploma, possa haver um benefício generalizado das colectividades a que ele se destina.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Comunista Português votou favoravelmente este Decreto legislativo Regional em coerência com as tomadas de posição aqui tomadas durante esta discussão e anteriormente tomadas na comissão onde se discutiu esta matéria.

Aliás, penso que é oportuno ressaltar nesta declaração de voto, que a proposta que apresentámos e que foi aprovada foi também apresentada em Comissão e na altura não teve o acolhimento nem do Partido Social Democrata nem do Partido Socialista.

Queremos congratularmo-nos pelo facto de em plenário se ter conseguido aprovar esta proposta muito mais abrangente do que efectivamente foi possível na Comissão, porque com a extensão da contemplação desta matéria aos pequenos clubes que disputam os regionais, pensamos que foi um passo muito positivo.

Queremos congratularmo-nos pela aprovação desta legislação porque pensamos que de certa maneira poderá resolver alguns problemas. É possível que não os resolva todos, mas da nossa parte o facto de resolver alguns problemas importantes é um passo importante.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se pela aprovação do "Sistema de Apoio Excepcional a Conceder aos Clubes Desportivos da Região" e está ciente que o Governo Regional não irá criar entraves de natureza administrativa na sua implementação.

Fazemos votos que se cumpra na integra o previsto no decreto que acabámos de votar, ou seja, a sua aplicabilidade seja rápida e que em circunstância alguma se exija para além do que fica agora consagrado em forma de lei.

O Grupo Parlamentar do PSD deseja a todos aqueles clubes que agora estão em função muitas felicidade e que lhes sirva para dar um novo folgo e um novo relançamento na vida desportiva.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Menezes pede a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicita um intervalo de 10 minutos.

Presidente: Está concedido o intervalo.

(Eram 2.55 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 3.15 horas)

De acordo com a nossa ordem do dia vamos entrar na Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova "Alterações ao orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1996".

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é do conhecimento de V. Exas. encontra-se a decorrer o processo de reprivatização do Banco Comercial dos Açores.

É um processo que, neste momento tem dois concorrentes, que dispense-me de entrar em pormenores porque são do conhecimento público, mas no entanto, se entenderem que devo prestar mais algum esclarecimento sobre isso farei-o com o maior gosto.

Neste momento, o júri está a apreciar as proposta e se tudo correr bem, este processo estará concluído antes da próxima sessão da Assembleia Legislativa Regional, em Setembro.

Quando se aprovou o orçamento para 1996, o Governo Regional ainda não tinha decidido retomar este processo.

O processo ficou suspenso por 7 meses, prazo esse que terminou no final de Março e só nessa altura, após contactos com várias instituições de crédito, é que se verificou que estavam reunidas as condições para retomá-lo.

Como só nessa altura é que foi retomado, não foi considerada no orçamento de 96 a verba proveniente da venda do Banco Comercial dos Açores.

Por isso, neste momento, dando cumprimento à Lei Quadro das Privatizações que diz que "o produto das receitas provenientes das reprivatizações das empresas públicas regionais deverá ser exclusivamente aplicado na amortização da dívida pública regional e em novas aplicações de capital no sector produtivo regional " e tendo também em conta o artigo 18.º que diz que "o produto das receitas das reprivatizações bem como a sua aplicação terão expressão na lei do orçamento de cada ano", impõe-se proceder a uma alteração orçamental em que se preveja na receita e na despesa o produto estimado da venda desta instituição de crédito.

Sendo assim, o Governo propõe a inscrição de 7 milhões e 600 mil contos em outras receitas de capital, venda de participações, e igual montante em transferências de capital, na parte da despesa, destinada aos transportes e à energia com 6 milhões de contos e 1,6 milhões respectivamente.

Julgo que desta forma damos cumprimento ao que está previsto na Lei Quadro das Privatizações e ficamos em condições de poder dar execução ao nosso orçamento.

O preço de 7 milhões e 600 mil contos foi calculado com base em 1.500\$00 por acção, é um valor estimado. O preço base é 1.250\$00 como sabem. Portanto, deu-se aqui uma folga de 250\$00 por acção, o que nós consideramos um intervalo aceitável embora optimista, mas como é orçamento e tratando-se de cabimento da despesa, convém ser-se optimista nestas coisas para que depois não haja a necessidade de voltar a esta Câmara com novas alterações.

Penso que neste momento é o que se me é dado expor aos Srs. Deputados. Fico à vossa disposição para qualquer esclarecimento complementar.

Presidente: Apresentado o diploma, informo os Srs. Deputados que está presente o relatório da Comissão de Economia e que os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata assumem o aparecer da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Vamos procurar fazer algumas breves considerações sobre a matéria que temos presente, embora esta hora da madrugada e depois de uma maratona destas, estamos convencidos que é penoso avançar-se muito em relação a matérias complexas, como é o caso.

De qualquer modo, da nossa parte, consideramos que o Banco Comercial dos Açores foi, no passado, um instrumento de política económica e financeira muito importante para a Região Autónoma dos Açores.

Os problemas que têm a ver com a sua privatização não vamos equacioná-los, na medida em que o temos feito no decorrer desta legislatura, e até na anterior, em diversas intervenções.

De toda a argumentação que apresentámos nas várias intervenções que fizemos, há uma conclusão que pretendo salientar, ou seja, o Partido Comunista Português está contra a privatização do Banco Comercial dos Açores, por todas as razões que já expusemos e não voltamos a referir devido o adiantado da hora e também porque este não o momento de a trazer.

De qualquer modo, entendemos que por princípio ela não deveria ser feita, no entanto, há um aspecto que consideramos ainda mais grave que é o facto do Governo Regional e esta Assembleia estar em fim e mandato. Estamos a escassos meses de terminarmos o nosso mandato e por isso o Banco Comercial dos Açores acabará por ser um dos actos de encerramento deste Governo. Pelo andar do processo, estamos convencidos que será isso que se passará.

Para além de estarmos contra a privatização do BCA, ainda salientamos que embora pretendam a privatização do mesmo, nesta altura é incorrecto avançar-se com este processo.

Para além de toda a situação que aqui nos é proposta em que se vai privatizar o Banco Comercial dos Açores, vai-se dividir isso pela EDA e pela SATA de acordo com a proposta que o Governo Regional nos faz.

Isto leva-nos a poder imaginar este Governo como proprietário de três empresas e para salvar duas, vende uma. Resta saber se as duas que pretende salvar amanhã não serão postas à privatização.

Para nós isto é preocupante, porque se os Srs. fossem gestores desta empresa venderiam as vossas empresas e, pura e simplesmente, fechariam a porta.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Apenas duas questões que nos merecem alguma reflexão que pretendemos partilhar nesta hora tardia.

Em primeiro lugar, tínhamos em conta que a Lei Quadro das Privatizações (Lei 11/90, de 5 de Abril), remete as receitas provenientes por este modo, para outras coisas. Melhor dizendo, talvez novas aplicações no sector público produtivo regional,

se é assim que o Governo entende, porque segundo o relatório da Comissão serão aplicados — citando — "6 milhões de contos para transportes SATA; 1 milhão e 600 mil para a EDA".

Não questionamos, mas deixamos algumas reflexões sobre este aspecto.

Quanto à SATA, temos que dizer com alguma preocupação, é uma empresa que emprega centenas de quadros médios, é uma empresa que emprega centenas de chefes de família desta Região que não encontrarão emprego noutra qualquer situação, porque não há concorrência neste sector. Portanto, qualquer medida que leve a reforçar a viabilidade desta empresa pública regional, terá sempre o nosso acordo.

Deixamos também a nossa preocupação de que a breve trecho — dizemos isto com muita preocupação — terá que haver o pensamento de que a frota desta empresa terá que ser renovada. Vamos ver se tudo isto é feito no bom sentido. Esperamos que sim.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por outro lado, quanto à EDA, causa-nos aqui alguma preocupação 1 milhão e 600 mil contos. Esperemos que a Sra. Secretária possa aduzir-nos mais alguns esclarecimentos.

Existe um processo de negociação entre os municípios da Região, liderados neste caso pela sua associação, e a tutela do Governo quanto àquilo que se designou por dívida da eliminação pública.

É 1 milhão de contos.

Será que a Região vai assumir, porque esse acordo dito e assumido em papéis ainda não está assinado nem rubricado, os 50 %?

Seriam 500 mil contos que ficariam como encargos nos municípios.

Para querer separar as águas, não seria possível também aqui passar alguma coisa para o sector produtivo da Região, sector público, sem entrar nos pormenores de legalidade, nem nos pormenores técnicos?

Não seria possível que os municípios vejam ressarcida de algum modo com esta privatização, com esta entrada de fundos, alguma vantagem e por outro lado, vejam aligeirar as suas dívidas perante esta empresa, tendo em conta aquilo que está conversado, ou seja, as dívidas de cada município serão pagas e serão transformadas

em investimentos dentro do próprio município por parte dessa empresa pública, a EDA?

Não seria possível a Sra. Secretária dar-nos algumas informações de que todos podemos participar neste bolo que vai aparecer em que os municípios são Região e a Região tem obrigações e assumiu responsabilidade e muitas benesses dadas pelas transferências que lhes foram dadas com alguma "veleidade" — passo aqui a expressão — por municípios na altura em que foi criada esta empresa pública, porque assumiu e recebeu de mão beijada grandes investimentos que estavam a ser feitos, redes novas, património novo e que os municípios ainda hoje esperam alguma compensação que ainda não tiveram?

Por último Sra. Secretária, na transmissão no Telejornal de hoje, na RTP-Açores, falou-se apenas em 6 milhões de contos. Foi o que disse, não estou aqui a pôr em causa, mas deixo como reflexão.

Se forem apenas esses 6 milhões de contos, o que é termos aqui em termos de repartição deste bolo entre SATA e EDA?

São estas as preocupações que trazemos como reflexão, uma vez que a Sra. Secretária se dispôs, e muito bem, em dar-nos alguns esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila:

Em relação ao acordo que está a ser negociado com os municípios sobre a iluminação pública, julgo que são coisas diferentes, e penso que relativamente ao produto das reprivatizações nós temos que cumprir o que está estipulado na lei. Não há aqui qualquer referência a municípios. Portanto, muito dificilmente isso poderá ser considerado.

O acordo terá que ser negociado o melhor possível entre os municípios e a EDA e eu penso que, apesar de não estar muito por dentro de todos os pormenores, a EDA assume 20%, o Governo 30%, os municípios assumem apenas 50% e apesar de assumirem essa quantia, têm facilidades de pagamento ao longo de uma série de anos, inclusivamente com contrapartidas em investimento. Também podem haver

contrapartidas em espécies por parte das Câmaras. Em boa verdade, eu julgo que esses 50% diluir-se-ão e pouco significarão para as Câmaras, até porque penso que isso não é o essencial do acordo. No fundo, o essencial é regularizar a situação porque, dadas as negociações que estão a decorrer, a EDA tem necessidade de apresentar a situação regularizada, porque nenhuma empresa quer vir assumir o ónus de vir resolver uma situação que ela própria já teve que resolver a nível nacional e não quer ter aqui essa penalização.

Isto como esclarecimento adicional que não tem nada a ver com este caso em concreto, mas já que foi aqui referido, penso que são coisas diferentes e não poderei ir muito mais longe em termos da repartição das verbas previstas.

Relativamente ao montante e àquilo que hoje foi dito no Telejornal, eu não me posso responsabilizar por isso, uma vez que ninguém me perguntou quanto é que eu previa para o BCA. Mesmo que me tivessem perguntado eu quanto muito diria aquilo que estava a pensar escrever no orçamento, porque de resto não conheço as propostas dos concorrentes e penso que ninguém conhecerá a não ser que eles próprios tenham dito a alguém. Se por acaso o disseram ainda temos que saber se é verdade ou não.

Portanto, há sempre aqui um certo jogo que a gente nunca saberá senão no dia em que houver o acto público de abertura das propostas.

Uma coisa eu sei, ou seja, o preço base são 1.250\$00 por acção e 56% de 9 milhões de acções são pelos menos 6 milhões e 300 mil contos.

Se nós temos dois concorrentes, não acredito que venham pelo preço base, porque qualquer um deles sabe que o outro não virá, daí ter estimado isto que me parece ser o limite superior, porque também penso que as coisas funcionam dentro de limites razoáveis que não podem pôr em causa e em perigo os rácios prudenciais das diversas instituições de crédito.

Fazendo algumas contas por alto da situação financeira das duas instituições que concorrem, admito que dificilmente qualquer uma delas possa ir acima deste valor, porque poderá pôr em causa os seus rácios de sobrevalidade.

Isto foi apenas um cálculo que utilizei particularmente para chegar a este valor, que do meu ponto de vista tem que ser um valor optimista para podermos ter, tal como disse no início, cabimento orçamental na despesa.

Se não atingirmos este valor dos 7 milhões e 600 mil contos, o Governo decidirá se divide isto proporcionalmente pelas duas empresas ou se continua a privilegiar uma e a não privilegiar a outra, em função dos condicionalismos de exploração de cada uma e também em função da situação financeira em que cada uma se encontra, como por exemplo o contexto concorrencial e todo um conjunto de coisas.

Todos sabemos que a SATA está muito mais desfavorecida que a EDA nesse aspecto. Basta referir que a EDA conseguiu parceiro para negociar e a SATA não consegue.

Portanto está numa situação e num mercado de concorrência onde tem muita dificuldade em encontrar a tal situação de futura privatização não acontecendo o mesmo com a EDA.

Embora se esteja apenas aqui a tratar das negociações que estão a decorrer entre as duas empresas de electricidade, está-se a tratar de dar o capital a outra entidade pública. Ainda não estamos a falar dum processo de privatização.

De qualquer maneira, não há dúvida que a apetência das entidades públicas neste caso, ou mesmo das entidades privadas, para uma empresa de electricidade, é completamente diferente e é maior do que para uma empresa de transporte aéreo onde a crise, infelizmente, graça por todo o mundo.

Em função disso, o Governo ponderará se deve dividir equitativamente ou se deve manter dentro dos "plafonds" que foram atribuídos a cada uma — privilegiar uma e não privilegiar a outra — num rateio que terá que fazer em função do montante que virá a encaixar, mas é uma questão que, neste momento, não me cabe decidir. Julgo que isso caberá ao Governo.

Presidente: Continua aberta a discussão na generalidade.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma na generalidade, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na generalidade com 24 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PCP e registou 12 votos de abstenção do PS.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A abstenção do PS traduz as reservas que o mesmo tem em relação à interpretação que foi dada à disposição legal sobre a aplicação das privatizações.

Na nossa opinião, a leitura do artigo feita à pouco pela Sra. Secretária, é mais rigorosa em relação àquilo que está previsto para o destino das receitas e disponibilizações a nível nacional, em que se diz claramente que ela pode ser aplicada separadamente, ou na dívida ou na amortização da dívida, em novas aplicações de capital produtivo.

A interpretação a fazer da lei regional, no caso regional não nos parece ser essa em que se diz que devem ser as duas coisas.

Além disso, a amortização da dívida seria especialmente apropriada neste momento, quando ainda hoje nos confrontámos aqui com uma situação que deriva precisamente da falta de cobertura para despesas no sector da saúde.

Entendemos também que a interpretação dada a aplicações de capital no sector produtivo regional, é sujeita a uma interpretação excessivamente restritiva, entendendo como sector produtivo regional duas empresas públicas regionais.

Por essas razões relacionadas com a aplicação das verbas provenientes dessa reprivatização, o PS absteve-se na sua aplicação.

Presidente: Passemos à discussão na especialidade e vou pôr à discussão, simultaneamente, os artigos 1.º e 2.º do diploma.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aproveito a discussão na especialidade para fazer algumas referências àquilo que aqui foi dito pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Nós fizemos a leitura do diploma e as questões que o Sr. Deputado pôs também foram por nós ponderadas e demos a seguinte interpretação:

Ao canalizar o produto da reprivatização do Banco Comercial dos Açores para as empresas públicas regionais, estamos a cumprir integralmente os dois requisitos. Primeiro, porque grande parte da dívida garantida temos avales junto dessas empresas públicas que poderão amortizar empréstimos garantidos pelo Governo. Segundo, quando aqui se diz novas aplicações de capital no sector produtivo regional, só pode haver uma interpretação, nós não podemos aplicar capital em empresas que não são nossas, temos que fazer aplicações de capital no sector público, porque o que se entende por aumento de capital numa empresa, essa empresa tem que ser nossa. Nós não podemos ir aumentar capital numa empresa da qual não somos accionistas. Foi essa a interpretação que fizemos e julgo que se isto poder ajudar em alguma coisa a sua interpretação fica esta achega, uma vez que ponderámos esta questão.

Presidente: Não havendo mais nenhum pedido para intervir, vou pôr à votação os artigos 1.º e 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 1.º e 2.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PCP e registaram 12 votos de abstenção do PS.

Presidente: Votemos de seguida os mapas I, II, III, e IV que constituem anexos ao diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os mapas I, II, III, IV foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PCP e registaram 12 votos de abstenção do PS.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 24 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PCP e registou 12 votos de abstenção do PS.

Presidente: Srs. Deputados, passemos ao ponto n.º 5 da nossa ordem do dia, ou seja, a "**Eleição dos representantes da Região Autónoma no Conselho Económico e Social**".

Distribuídos os boletins de voto, vamos passar à chamada.

(Procedeu-se à chamada)

Presidente: Peço aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares para designarem um deputado para fazermos o escrutínio.

(Pausa)

Foram eleitos os seguintes cidadãos:

Efectivos:

Humberto Melo: 27 votos favoráveis, 10 contra, 3 abstenções.

Monteiro da Silva: 26 votos favoráveis, 9 contra, 4 abstenções e 1 voto em branco.

Suplentes:

Carlos Raulino: 23 votos favoráveis, 14 contra, 3 abstenções.

Eduardo Caetano de Sousa: 22 votos favoráveis, 11 contra, 6 abstenções e 1 voto em branco.

Srs. Deputados, chegámos ao fim da nossa ordem do dia.

Em nome da Mesa da Assembleia proponho a seguinte Proposta de Resolução: "Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Junho."

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalho, boa-noite e uma boa viagem de regresso para as vossas casas.

Muito obrigado pela colaboração prestada no decorrer dos trabalhos.

(Eram 4.00 horas)

A Redactora de 2.^a Classe: *Maria da Conceição Fraga Branco*